



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:
APONTAMENTOS SOBRE O RETRATO (APARÊNCIA-ESSÊNCIA) DO MUNDO DO
TRABALHO NO BRASIL (1999-2019)**

STELLA MONTIEL DA SILVA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA
LATINA**

**FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:
APONTAMENTOS SOBRE O RETRATO (APARÊNCIA-ESSÊNCIA) DO MUNDO DO
TRABALHO NO BRASIL (1999-2019)**

STELLA MONTIEL DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Profa. Dr^a Roberta Sperandio Traspadini

Foz do Iguaçu
2020

STELLA MONTIEL DA SILVA

**FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:
APONTAMENTOS SOBRE O RETRATO (APARÊNCIA-ESSÊNCIA) DO MUNDO DO
TRABALHO NO BRASIL (1999-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dr^a Roberta Sperandio Traspadini
UNILA

Profa. Dr^a Cristiane Luiza Sabino de Souza
UFSC

Profa. Dr^a Maíra Machado Bichir
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho ao meu mestre da vida, Dr. Daisaku Ikeda, e à minha mãe, Rosa, que me forjam desde muito antes da universidade a viver uma juventude com propósito, paixão e comprometimento. A viver uma vida que só tenha sentido se estiver fundamentada no protagonismo do humanismo e na revolução humana.

À Roberta Traspadini, minha mentora, amiga e amor, em que o encontro de vida a vida forjou uma relação afetuosa de estudo e trabalho com um nível de profundidade que eu não sabia ser possível ainda na graduação.

Aos meus amados grupos Saberes e Obepal, que fizeram do meu caminhar acadêmico uma estrada cheia de flores, abarrotada de brotinhos de esperança, com sementes de baobás e andurás que hão de crescer resolutas num futuro próximo.

À Edna Maria Brandão, por ontem, por hoje e pelo todo o sempre.

À Luandra Todero Nascimento.
(*in memoriam*)

Agradecimentos

Como ninguém faz ciência sozinho, vamos aos nomes das vozes que me acompanharam nesta caminhada. Agradecer é sempre um momento de muita emoção e de dificuldade em expressar com palavras o que se está sentido. Em tempos tão difíceis como o que estamos vivendo neste ano de 2020, manifestar gratidão a quem está conosco na jornada da vida é um gesto sublime.

Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, lugar que me permitiu conhecer um universo novo, de uma diversidade espetacular. Enquanto geração de sentidos e de sentires, a UNILA, ao apresentar-nos a possibilidade de adentrar a América Latina, torna-se um lugar privilegiado para o pensar, e um espaço muito especial para se fazer parte. Obrigada por me proporcionar, via SISU, estes cinco anos de estudos, garantindo, com recursos financeiros, minha estadia na Tríplice Fronteira.

Agradeço à turma de Ciência Política e Sociologia 2015, companheiros e companheiras tão especiais que, enfrentando diversas dificuldades, resistiram até o fim, não obstante o desmonte da educação no país estivesse nos pegando em cheio. É com alegria que digo que, sendo uma das últimas da turma a formar, cada ano vivido intensamente pela construção da paridade em nosso curso, pela construção de um currículo que nos fizesse sentido e pela solidificação das bases de nosso CELAPS, tenha valido a pena cada esforço e cada período que se tenha prolongado! Assistir o sucesso de vocês na vida acadêmica me faz feliz também.

Agradeço à professora Élen Cristiane Schneider, a primeira pessoa a confiar em mim e me incentivar a escrever com coração, garra e coragem. Ao companheirismo entre bruxas que tanto marcou a nossa relação de cumplicidade ao longo destes cinco anos.

Agradeço especialmente às professoras Juliana Biondi Guanais, Maíra Machado Bichir, Roberta Sperandio Traspadini e Marina Machado Gouvêa, mulheres extraordinárias e excelentes no que fazem, que calcaram as bases da Teoria Marxista da Dependência em nosso curso. É fundamental dizer, também, a centralidade que tiveram as professoras Cecília Angileli e Livia Morales para a minha formação interdisciplinar e com os dois pés fincados na área da Educação.

Agradeço às professoras e companheiras Cristiane Sabino de Souza e Marisa Silva Amaral que, após as aulas de nosso projeto de extensão Formação de Formadores 2017, solidificaram comigo uma relação camarada de acompanhamento mútuo, incentivos e trocas diversas. Vocês são especiais! E, mais que isso, ao lado das vozes anteriores, representam parte da atual geração da Teoria Marxista da Dependência que labutam, incansavelmente, para que as produções teóricas e trajetórias de vida de Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini assumam o papel que lhe são de direito no pensamento político e social crítico brasileiro.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa-Extensão Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina que, desde 2016, vem me direcionando nos estudos e me ensinando a forjar um pensar autêntico, sem manuais, fundamentado no trabalho coletivo e na solidariedade de classe. Nosso grupo reúne uma potência sem igual, é questão de tempo para emergirem ainda mais frutos dos tantos esforços que viemos empreendendo, interna e externamente, nos últimos anos.

Agradeço ao maravilhoso Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina que de um ano para cá mudou completamente a minha vida e potencializou ainda mais minha relação com o estudo e com o trabalho popular. Dialeticamente, em um ano de tristezas e isolamento social, este grupo me fez resgatar o desejo de viver, de fazer, de acontecer e de ser, depois de um período tão nebuloso e delicado na vida pessoal. Vocês são mulheres - e Elízio Girassol está incluído nisso, claro – espetaculares! A melhor escolha política que fiz até hoje.

Ambos os grupos, coordenados pela professora Roberta Traspadini, reúnem estudantes brilhantes que, na curiosidade científica e no compromisso com a classe trabalhadora e a justiça social, resgatam e recriam o espírito revolucionário do jovem comunista para o nosso tempo, tal qual ensinou Che Guevara. Em um tempo perverso que tenta, de todas as formas, destruir as capacidades ontocriativas, Saberes e Obepal são coletivos que, desde a educação popular, me ensinaram a enxergar e produzir beleza em qualquer lugar e sob qualquer circunstância.

Não poderia deixar de mencionar e agradecer profundamente aos meus companheiros da BSGI, organização budista a qual pertencço e na qual fui, desde a infância, acolhida, educada e forjada nos ideais do humanismo Soka e na educação humanística. À Edna Maria Brandão, Ana Paula Frizanco, Sueli Torres Guarine, ao José Luiz Guarine, às companheiras Eliana, Dona Imair, Dona Ridete, Sra. Marlete Hiromi Nakano, à Família Shibata, à Bianca Hiromi Hama, à Mariane Yukari, que estiveram direta e indiretamente na minha base nos últimos cinco anos.

Agradeço a parceria, carinho e amor dos homens da minha vida: Paulo Silva, Jean Michel Hack, Eduardo Gonçalves Ueda, Leonardo Alves, Henrique Roberto Figueiredo, Marcus Maello e Elízio Spadetto. Obrigada por serem quem são e por estarem sempre presentes, contribuindo, debatendo, corrigindo e me apresentando coisas novas.

Agradeço o companheirismo, o amor, a parceira, os cuidados, as conversas e trocas infinitas das mulheres da minha vida: Ana Raquel Alves, Marina Magalhães Moreira, Thamara Duarte, Nahayanna Sorgon, Ana Carolina Costa Andrade, Yasmin Boni Rodrigues, Karen Dias, Natália Moura, Julia Nascimento, Isabela Traspadini e Micaela Moreira.

Agradeço aos demais amigos e amigas que me acompanharam ao longo desta jornada.

Agradeço ao zelo e à pedagogia do exemplo das professoras Mariane Berger e Livia Costa Araujo.

Agradeço, do fundo do coração, à força tarefa empreendida pelos meus amigos Ruan, Karen, Ana Carolina, Marina e Yasmin na reta final de elaboração deste trabalho. E também às contribuições essenciais de meu querido amigo Sebastián Sarapura Rivas. Obrigada por serem esse suporte técnico e emocional.

Agradeço ao Gabriel, pelo tempo compartilhado até aqui, pelas músicas ouvidas juntos enquanto escrevia este trabalho em condições tão atípicas, pelos cuidados, paciência e confiança. Te amo.

Agradeço à minha família Montiel Duarte que, mesmo espalhados geograficamente pelo mundo, seguem conectados comigo e mandando *las buenas vibras* desde Uruguai, Argentina e dos recantos do estado de São Paulo, acompanhando e torcendo pela vitória em meus processos e voos.

Por último e o mais importante, agradeço ao meu irmão Victor Hugo e à minha mãe Rosa, por serem esses parceiros e presenças inigualáveis em todas as escolhas em que me joga na vida. Nada disso teria sido possível se não fossem os incessantes esforços, incentivos, dedicação, cuidados e confiança de mamãe e irmão.

A vocês, minha eterna e profunda gratidão. Contem comigo.

Modernizar o passado
É uma evolução musical
Cadê as notas que estavam aqui?
Não preciso delas!
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos

O medo dá origem ao mal
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
O orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios os que destroem o poder bravo da humanidade

Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os Panteras Negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia

(Chico Science, 1966-1997)

Se és uma mulher forte
tens que saber que o ar que te nutre
carrega também parasitas, varejeiras,
miúdos insetos que buscarão se alojar em teu sangue
e se nutrir do quanto é sólido e grande em ti.

Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória de mulheres antigas.

Saberás que és um campo magnético
até onde viajarão uivando os pregos enferrujados
e o óxido mortal de todos os naufrágios.
Ampara, mas te ampara primeiro.
Guarda as distâncias.
Te constrói. Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.

(Gioconda Belli, 1948)

MONTIEL DA SILVA, Stella. **Filosofia da práxis e superexploração da força de trabalho:** apontamentos sobre o retrato (aparência-essência) do mundo do trabalho no Brasil (1999-2019). 2020. 94 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Política e Sociologia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral apresentar um retrato do mundo do trabalho contemporâneo na América Latina, tendo como destaque o caso brasileiro no período de 1999 a 2019, à luz da Teoria Marxista da Dependência. Para tanto, desenvolve-se uma breve reconstrução histórica que coloca em destaque a formação histórico-social do Brasil, que nos permite evidenciar a tradição do pensamento social crítico latino-americano assentado na Contribuição à Crítica da Economia Política (filosofia da práxis). A análise dos dados contemporâneos sobre o trabalho em suas diferentes caracterizações serve de matéria-prima para a confirmação, ou não, da vigência da categoria superexploração da força de trabalho como expressão singular, sui generis, do capitalismo dependente. A partir da referência no materialismo histórico dialético, o exercício apresenta-se, ainda, como um estudo crítico aos postulados teórico-metodológicos das ciências sociais hegemônicas no Brasil, cujo sentido epistêmico estrutura-se sobre a centralidade do trabalho, da terra e do território, colocando, na ordem do dia, o necessário debate da linha tênue que separa a questão agrária da questão urbana. Este trabalho, como sustenta Rubem Alves, é um primeiro exercício de voo individual, ancorado em muitos processos coletivos.

Palavras-chaves: Filosofia da práxis; Superexploração; Capitalismo dependente; Ciências Sociais.

MONTIEL DA SILVA, Stella. **Filosofía de la praxis y superexplotación de la fuerza de trabajo:** apuntes sobre el retrato (aparência-esencia) del mundo del trabajo en Brasil (1999-2019). 2020. 94 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso en Ciencia Política y Sociología–Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo general exponer un retrato del mundo del trabajo contemporáneo en América Latina, destacando el caso brasileño en el periodo de 1999 a 2019, a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia. Para eso, se desarrolla una breve reconstitución histórica, haciendo hincapié en la formación histórico-social de Brasil, lo que nos permite poner en evidencia la tradición del pensamiento social crítico latinoamericano, asentado en la Contribución a la Crítica de la Economía Política (filosofía de la praxis). El análisis de datos contemporáneos sobre el trabajo en sus diferentes caracterizaciones sirve de materia prima para la confirmación, o no, de la vigencia de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo como expresión singular, sui generis, del capitalismo dependiente. A partir de la referencia en el materialismo histórico dialectico, el ejercicio se presenta, además, como un estudio crítico a los postulados teórico-metodológicos de las ciencias sociales hegemónicas en Brasil, cuyo sentido epistémico se estructura bajo la centralidad del trabajo, de la tierra y del territorio, poniendo en el orden del día el necesario debate de la tenue línea que separa la cuestión agraria de la cuestión urbana. Este trabajo, como sostiene Rubem Alves, es un primer ejercicio del vuelo individual anclado en muchos procesos colectivos.

Palabras claves: Filosofía de la praxis; Superexplotación; Capitalismo dependiente; Ciencias Sociales.

MONTIEL DA SILVA, Stella. **Ñamindu'u upe ñembomba'apoparei rehe:** mba'épa ojehecha ha mba'épa okañy umi jahecháva kupépe ñamaráramo mba'apo reko rehe Brasil-pẽ (1999-2019). 2020. 94 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso em Ciencia Política y Sociología–Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2020.

MBYKYHÁPE

Ko tembiapópe oñemombe'use mba'apo reko ko'ağagua raãnga América Latina-pe, ojepytavévo Brasil retãme 1999 guive 2019 peve, ojeporúvo upe Teoría Marxista de la Dependencia pojoapýramo oñeñamindu'u ha ojeheka hağua kuaapy arandu. Upevarã ojehecha mba'éichapa oikora'e ko tetã guasu, oñemaña ağüivévo Brasil rehe hembiasa ha hetãygua reko oñondivegua rehe, upéva ohechauka América Latina pe ojejepokuaaha oñeñamindu'u pypuku ha ipyrendáva upe Contribución a la Crítica de la Economía Política (filosofía de la praxis)-pe. Marandu mba'apo ko'ağagua, heko retaha guivo, oñehesa'ýijóvo ombokatu toñomoneĩ térã katu toñembotove umi ñemomba'aporeipaha rehegua ñemohenda ohóva upe capitalismo dependiente reko rehe. Ojerekóvo techapyráramo materialismo histórico dialéctico, ko tembiapópe ojekaguai umi arandu rape ojeporuvéva Brasil pe, umíva oñemopyrenda mba'apo, tekoha, yvy jerekópe; oñehenóivo oñeñomongeta añete umi yvy okaraygua ha yvy tavaguasu rehegua ojokupytynungáva voi. Kóva ko tembiapo, he'iháicha Rubem Alves, tembiapo tenondegua ojejapóva ha'eñohápe ha oñakãrama mbaretéva tembiapo oñondivegua rehe.

Ñe'ẽ katupyry: Filosofía de la praxis; Superexplotación; Capitalismo dependiente; Ciencias Sociales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Mapa categorial do mundo do trabalho contemporâneo	38
Infográfico 1 - Racismo e mercado de trabalho	58
Infográfico 2 - O mercado de trabalho para brancos e negros. Brasil, 2016	59
Infográfico 3 - Diferença salarial entre brancos e negros por região	60
Tabela 1 - Pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita total, incidência de pobreza e distribuição percentual da população pobre, segundo características selecionadas. Brasil, 2019.....	61
Gráfico 1 - Taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (em %). Brasil, 2019	58
Gráfico 2 - Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada aos afazeres domésticos. Brasil, de 2004 a 2014.....	63
Gráfico 3 - Renda média das trabalhadoras domésticas, segundo acesso à carteira de trabalho. Brasil, de 2004 a 2014	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
DIEESE	Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
EAD	Ensino à Distância
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	International Labour Organization
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TMD	Teoria Marxista da Dependência
OBEPAL	Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: O BRASIL E A AMÉRICA LATINA	16
2	SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A CRISE DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALETICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	22
	2.1 O MÉTODO DE MARX.....	23
	2.2 UM LABIRINTO TEÓRICO: A CRISE DOS REFERENCIAIS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	28
	2.3 O COMPROMISSO POLÍTICO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	31
3	O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO NA AMÉRICA LATINA: OLHARES SOBRE UM MURAL MOSAICO.....	36
	3.1 MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO: FACES APARENTES DA ESTRUTURA DE DEPENDÊNCIA.....	41
	3.2 POSTULADOS CRÍTICOS DO ESTUDO DO MUNDO DO TRABALHO LATINO-AMERICANO	45
	3.3 O VILIPÊNDIO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: ONDE NÓS ESTAMOS?.....	50
4	COMPREENDENDO AS TAREFAS DO PRESENTE: A ORTODOXIA DO MÉTODO.....	66
	4.1 NOVAS-VELHAS ARMADILHAS DO CAPITAL: A PSIQUÊ DO ROUBO DO TEMPO	67
	4.2 ENTRELACES DE PENSADORES: DO RIO QUE CORRE E QUE NEM TUDO ARRASTA.....	74
5	CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO.....	85
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1 INTRODUÇÃO: O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina, é fruto de uma série de reflexões advindas de estudos dirigidos, desenvolvidos ao longo da graduação, nas atividades teórico-práticas do Grupo de Pesquisa e Extensão Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina¹ e também pela formação recebida no Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (OBEPAL)² ao longo do último ano. Fruto de um esforço coletivo, este TCC tem como objetivo principal, fazer uma análise dos mecanismos de exploração e de superexploração no século XXI, a partir da apresentação de um retrato do mundo do trabalho latino-americano na realidade brasileira, no período de 1999 a 2019, à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Este intento parte de um desejo e de uma escolha intelectual, cuja organicidade do estudo é a da práxis. Este TCC apresenta um processo, um caminho, muitas escolhas em que se deixa para trás algumas rotas e se consolidam, ao mesmo tempo, outras, com meticulosidade. Tal processo foi alimentado com afinco desde o primeiro semestre da graduação, e trabalhado com rigor teórico-metodológico ao longo dos últimos quatro anos nas experiências de trabalho coletivo com grupos de estudos e projetos de extensão.

Para nós, estudantes radicados/as no Brasil e com pouca (ou mesmo nenhuma) experiência cultural e linguística para fora da fronteira nacional, compreender o que somos perante a grandiosa Abya Yala³ é um convite para estudar as Histórias da História e, ao mesmo tempo, um convite para o autoconhecimento. Conhecimento das nossas raízes, conhecimento das lutas travadas por povos que resistem ontem e hoje, conhecimento das gentes que conformam o DNA social latino-

¹ O Grupo de Pesquisa-Extensão Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina nasce originalmente como grupo de pesquisa vinculado ao projeto “Saberes em movimento: contribuições de Paulo Freire, Ruy Mauro Marini e Augusto Boal na luta por terra e trabalho no Brasil”, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Iniciado em 2016, é coordenado pelas professoras Dr^a Cecília Maria de Moraes Machado Angileli e Dr^a Roberta Sperandio Traspadini até o presente momento. A partir de 2017, compreendendo a necessidade de latino-americanizar ainda mais o coletivo e as atividades desenvolvidas, o grupo inicia o projeto de extensão “Formação de Formadores: a história das resistências e da educação popular através das imagens murais na América Latina”, que demarca um novo e mais conciso processo de estudo-trabalho coletivo. O grupo, de caráter interdisciplinar, reúne estudantes de diferentes cursos e institutos, articulando ações no território e atividades de pesquisa a partir de diferentes temáticas dentro do eixo terra-trabalho-resistências, com o direcionamento teórico-político e metodológico assentado no marxismo e no método dialético. Atualmente, o Saberes conta com 10 integrantes, entre graduandos/as e mestrands/as.

² O Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (OBEPAL) é um projeto de ensino-pesquisa-extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, com coordenação formal da professora Dr^a Maria Adélia M. Ribeiro e co-coordenação interinstitucional da professora Dr^a Roberta Sperandio Traspadini. O OBEPAL nasce como o principal objetivo da cooperação técnica entre UNILA-UFES realizada pela professora Roberta no período de dois anos. Tendo construído um lastro nos espaços em que atuam, politicamente ativas e muito vinculadas ao território que pertencem, as integrantes expressam a potência da formação política e do papel da extensão como comunicação. O OBEPAL é ganhador do Prêmio de Mérito Extensionista Maria Filina, de melhores práticas extensionistas no ano de 2019. Atualmente o grupo conta com 14 integrantes, entre graduandas e educadoras da rede básica de Vitória-ES.

³ Da língua do povo Kuna, Abya Yala significa Terra Viva, Terra em florescimento, e é sinônimo de América. É uma autodesignação dos povos originários do continente, como um contraponto ao nome América, que consagra o processo de invasão colonial. Disponível em: <<https://cutt.ly/UhTIKhd>>. Acesso: 8 dez 2020.

americano e também (re)conhecimento da nossa trajetória individual e familiar até o momento. Ao ter contato com uma América Latina controversa e complexa, passamos a questionar a história que oculta histórias e permitimos o abrir de portas para um processo profundo de desvelamento dos aparentes segredos do presente, que condicionam positiva e negativamente a vida cotidiana. Torna-se, portanto, obsessão científica compreender as tramas que forjam as desigualdades, os fios já tecidos que buscam explicar o presente e que ofuscam importantes nós do passado.

O exercício da observação tem a potência de abrir processos de consciência. Não porque ela mesma conscientize o/a sujeito/a, mas porque observar acompanha atos como o de questionar, criticar e de querer o diálogo. O processo de consciência é um desenvolvimento dialético, “em que cada momento traz em si os elementos de sua superação” (IASI, 2011, p. 12), no qual as formas observadas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem ao pensamento - à consciência - para a produção de novas formas e contradições. Desenvolver a autonomia política exige que se passe por algumas etapas — não se pode apenas absorver a habilidade de outro/as de analisar a realidade. A observação atua no sentido de criar indagações em torno das contradições e a ideia é que ela possa criar o desenvolvimento da imaginação sociológica, um caminhar investigativo que não dependa de manuais, mas sim de um farol que ilumina trajetórias⁴.

Neste sentido, a observação é crucial para o desenvolvimento da “imaginação sociológica”, tão bem refletida e esmiuçada na obra de Wright Mills⁵ (1982), de mesmo nome. O autor descreve a imaginação sociológica como a necessidade que os/as sujeitos/as têm de compreender a relação entre a história da sociedade e nosso encaixe nessa história, fazendo perguntas que possam jorrar luz a esta relação.

A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas: é a característica de Herbert Spencer - grandiloquente, polissilábico, geral; de E. A. Ross - gracioso, estrito, reto; de Auguste Comte e Émile Durkheim; do complicado e sutil Karl Mannheim. É a qualidade de tudo o que é intelectualmente excelente em Karl Marx; é a chave da brilhante e irônica perfeição de Thorstein Veblen, das formulações multilaterais que Joseph Schumpeter dá à realidade; é a base da penetração psicológica de W. E. H. Lecky, tal como da profundidade e clareza de Max Weber. É a marca do que há de melhor nos estudos contemporâneos do homem (sic) e da sociedade. Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou a sua jornada intelectual (MILLS, 1982, p. 12-13)⁶.

⁴ Parafrazeando Sabrina Fernandes, em seu mais recente livro *Se quiser mudar o mundo - Um guia político para quem se importa*. Editora Planeta, 2020.

⁵ É importante destacar Mills. O autor esteve especialmente preocupado com as responsabilidades dos intelectuais na sociedade após a Segunda Guerra Mundial e defendeu abertamente o engajamento político e público, criticando a tal observação desinteressada, *neutra*, em torno da pretensa objetividade científica.

⁶ Não discordamos do autor sobre a pertinente reflexão trazida em torno dos grandes nomes da ciência burguesa, mas pontuamos nosso posicionamento quanto ao apagamento de mulheres intelectuais que, enfrentando uma gama de desafios e ditames patriarcais, deixaram, igualmente, importantes contribuições para a ciência moderna. Dentre elas, podemos

Frente à forma dependente estrutural e estruturante do continente, evidencia-se o desejo de refletir não sobre uma origem do problema civilizatório contemporâneo, mas sobre as possibilidades de desvelamento das múltiplas determinações que compõem uma formação social atravessada de fraturas, descontinuidades históricas e, por isso, desigualdades diversas. Pensar o mundo do trabalho dependente demanda sulear o pensamento⁷, aportando recursos epistêmicos desenvolvidos desde e para a América Latina. É por isso que a proposta deste trabalho é, sobretudo, apresentar diferentes linhas do pensamento crítico que, em um diálogo metodológico, analisam a questão da centralidade do trabalho para a reprodução ampliada do modo de produção capitalista neste tempo. Buscaremos apresentar quão frutífero é o pensamento social latino-americano assentado na Contribuição à Crítica da Economia Política, no que tange produzir o conhecimento necessário para sustentar uma práxis popular emancipatória.

As veias da América Latina seguem abertas (GALEANO, 2004) e o sofrimento dos povos oprimidos pelo capital alcança, neste início de século, dimensões insustentáveis. A era das depressões, do endividamento massivo, da cada vez mais severa destruição ecológica, dos diferentes padrões de consumo distribuídos pelo mundo, não nos permite dormir em paz no conforto de nossas casas (para quem as tem!). Fazemos da inquietação de Ailton Krenak também a nossa neste trabalho. Em *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo* (2019), o pensador indígena coloca a questão da seguinte maneira:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim (KRENAK, 2019, p. 13).

Para concretizar inicialmente algumas problemáticas que apontamos na introdução até agora, apresentamos brevemente alguns números de um estudo do IBGE⁸, que serão desenvolvidos

reivindicar Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Flora Tristán, Nadejda Krupskaya. Em um tempo em que as mulheres não eram aceitas no meio científico, absorver seus escritos filosóficos, romances e manuscritos é parte da tarefa do/a cientista social de expandir as fronteiras epistêmicas da definição de ciência, para que encontremos, no passado, pistas sociológicas para além dos tradicionais livros científicos, que contribuam com um fazer investigativo não neutro.

⁷ Sulear é um termo criado em 1991 pelo físico brasileiro Marcio D’Olne Campos e responde a uma demanda de contrapor-se às imposições de convenções sociais sobre o hemisfério sul. Marcio diz que “suleando ‘integramos esquema corporal e lateralidade de uma forma coerente entre o céu e a terra, percebendo o nosso horizonte, o nosso ambiente’”. Sobre este tema, Elaine Tavares afirma: “como bem dizem os astecas, as palavras andam, e essa precisa andar. Desde os tempos imemoriais, nossa gente seguiu a direção a partir de constelações típicas do hemisfério sul, como as da Ema, do Homem Velho e do Veado, na qual fica o Cruzeiro do Sul. **Olhar desde o sul, então, é nosso destino geograficamente determinado**”. Para mais informações, ver: <<http://178.62.201.127/noticia/origem-do-sulear>>. Acesso: 08 dez 2020.

⁸ Ver: Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE <<https://glo.bo/36lyaIw>>. Acesso: 29 set 2020. Sulear também nos dá a dimensão de que nossa orientação epistêmica é outra, como formulada por Joaquín Torres García, ao inverter o mapa da América do Sul.

com maior profundidade em capítulos posteriores: em 2020 cresceu em três milhões o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave — um dado que não considera, por exemplo, pessoas que não tem moradia fixa, o que nos sugere, certamente, um número ainda maior. Dos que não “passam fome”, a pesquisa também mostra que o Brasil tem um índice grave de pessoas que não se alimentam de forma regular e nutritiva. O estudo da FAO "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2020" — o mais completo neste tema — aponta que a revisão feita dos estudos anteriores confirma o que já se vinha apontando: a fome tem aumentado em todo o mundo, lentamente, a partir de 2014⁹. São aproximadamente 42,5 milhões de pessoas passando fome na América Latina, cenário que em 2020 assume tons ainda mais graves, devido ao contexto pandêmico. É por esta constatação que vai além dos dados, que neste trabalho ganham força as referências de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus, autores que retrataram um tema-dilema presente na ode do capitalismo dependente desigual.

O que nossa investigação e o contexto pandêmico e seus dados sugerem é a validação das categorias superexploração da força de trabalho e dependência, que evidenciam a força explicativa dos estudos sobre a terra e o trabalho na América Latina, ontem e hoje. Não somente o/a trabalhador/a compromete mais da metade de sua renda com a alimentação, como também com o pagamento de aluguel. Sequer podemos considerar, aqui, as outras (tantas) necessidades que definem *vida digna e saudável*. Quanto do salário mínimo está voltado para a garantia de um teto? Quem garante a moradia daqueles que não comem? E, ainda, como pensar a formação de crianças, jovens e adultos em um cenário onde alimentação e moradia não estão garantidos?

Mills, antes da virada para os anos 2000, abordou a questão civilizatória da seguinte maneira:

Quando a estrutura econômica é tal que provoca depressões, o problema do desemprego foge à solução pessoal. Na medida em que a guerra é inerente ao sistema do Estado-nação e à industrialização irregular do mundo, o indivíduo em seu ambiente limitado é impotente - com ou sem ajuda psiquiátrica - para resolver os problemas que esse sistema ou falta de sistema, lhe cria. Na medida em que a família, como instituição, transforma as mulheres em adoráveis escravas e os homens em seus principais mantenedores e ao mesmo tempo dependentes, o problema de um casamento satisfatório continua a fugir a uma solução exclusivamente pessoal. Na medida em que a superdesenvolvida megalópole e o superdesenvolvido automóvel são características intrínsecas da sociedade superdesenvolvida, as questões públicas da vida urbana não serão resolvidas pela engenhosidade pessoal e pela riqueza particular (MILLS, 1982, p. 16-17).

Emerge como preocupação epistêmica limpar um terreno perigoso na conceituação e caracterização do mundo do trabalho latino-americano em sua expressão brasileira. Ao delimitarmos o recorte nacional e temporal - Brasil, 1999 a 2019 - buscamos demarcar especificamente o desejo de

⁹ Ver: <<https://bit.ly/33gPIZO>>. Acesso: 29 set 2020.

investigar o que, de tão específico, define o caráter brasileiro da condição de trabalho superexplorado. Não é nossa intenção produzir um retrato que possa explicar toda a situação atual da América Latina, senão captar os reflexos mais gerais da reprodução ampliada do capital que abrangem todo o continente e que, ao se plasmar na realidade brasileira, encontra obstáculos e produz resultados específicos.

Também não é a intenção produzir uma análise em que se possa tomar o Brasil, na sua condição problemática de subimperialista (nos termos de Marini), como expressão total do que são ou do que podem vir a ser os demais países latino-americanos. Cada formação social tem em sua história condicionantes estruturais e estruturantes próprios, leis tendenciais específicas que dizem respeito à economia doméstica que demandam, sem dúvidas, olhares mais conduzidos a nível local. Na perspectiva de apreender a particularidade brasileira na totalidade latino-americana, comporemos, com diferentes tons analíticos, o retrato brasileiro do trabalho superexplorado que integra o grande mural mosaico do capitalismo dependente

Estamos cientes de que o Brasil não representa toda a América Latina. Isto pode parecer óbvio, mas a mentalidade social, cultural e política hegemônica brasileira tem por característica não se entender enquanto latino-americana e isso traz fraturas históricas graves. A não latino-americanidade do Brasil guarda, em sua magnitude geoespacial e na complexidade própria de sua formação social, particularidades que produziram no hoje, frente ao passado de invasão colonial escravista, distorções ou até mesmo negação do sentido de pertencimento regional que ora reverenciamos e que é tão presente e tão mais vivo na América hispânica. Isso apresenta, para nós, um duplo desafio: ampliar a fronteira linguística e cultural na análise do mundo do trabalho e buscar evitar uma análise totalizante, com projeções continentais para fora do que se determina, até então, como o Estado-nação brasileiro.

É pungente nossa preocupação com conseguir apresentar um retrato inicial desta leitura de conjunto que permite uma compreensão da totalidade da América Latina na particularidade brasileira, apreendendo suas especificidades locais, definidas de fora (relações internacionais) para dentro (economias dependentes), como definidas, concomitantemente, a partir do metabolismo social do capital que se retroalimenta de forma regional (relações entre países do continente). Conseguir fazer isso, com possíveis erros que permite o espaço do trabalho de conclusão de curso, significa que estamos exercitando o uso do método, dentro de nossas capacidades e possibilidades.

O trabalho que apresentaremos é teórico e histórico, tem, portanto, uma dimensão qualitativa, ainda que utilize, em alguns momentos, instrumentos quantitativos. Apoiamo-nos em uma série de dados para buscar salientar a vigência das categorias suleadoras da análise e nossa crítica à produção de conhecimento neutro e passivo.

A pergunta geradora deste trabalho foi: Em que medida a atual situação do/a trabalhador/a brasileiro/a exemplifica a especificidade da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente latino-americano, e como isso expõe a condição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho?

“A sociedade do espetáculo”, de Guy Debord (2003), obra que selecionamos para fazer o elo entre as teses clássicas de Marx e Lênin com a Teoria Marxista da Dependência (TMD), elucida os sintomas sociais contemporâneos a partir de uma leitura mais ampla do que hoje é a era da informação e dos serviços — era dos aplicativos e da espetacularização do cotidiano via aprofundamento e tensionamento da linguagem propagandística — e contribui de forma significativa para o desvelamento das novas-velhas armadilhas do capitalismo. Neste sentido, estruturamos nossas reflexões em três capítulos, quais sejam: 2) Superexploração da força de trabalho e a crise dos referenciais teóricos: considerações sobre o método do materialismo histórico dialético nas ciências sociais; 3) O mundo do trabalho contemporâneo na América Latina: olhares sobre um mural mosaico e; 4) Compreendendo as tarefas do presente: a ortodoxia do método.

Por fim, mas não menos importante, vale destacar que buscamos, neste TCC, apresentar, ainda que de forma bastante sintetizada, o processo de estudo e escolhas realizados nos últimos quatro anos de estudo coletivo, tanto no grupo de pesquisa Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina, como do Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina, evidenciando a potência da inteligência coletiva, do estudo engajado e do olhar científico voltado ao trabalho popular¹⁰.

¹⁰ Comprometidas com os registros e documentação dos trabalhos realizados frente à disputa da curricularização da extensão, o OBEPAL deu um salto qualitativo em 2020, enfrentando os retrocessos da educação e a imposição do Ensino a Distância (EAD). Em meio ao contexto de perdas de muitas vidas e retrocessos nas políticas sociais dos últimos anos, a ação “Educação Popular em Pauta: Diálogos (Im)pertinentes”, pensada especialmente para o período de pandemia do novo coronavírus, foi a resposta coletiva que o grupo conseguiu construir. Como resultado deste processo coletivo e solidário, foram produzidas cartilhas de sistematização de cada ciclo de atividades. Elas podem ser acessadas no seguinte link: <<https://issuu.com/obepal>>. Acesso: 10 dez 2020.

2 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A CRISE DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

“Desatar las voces, desensoñar los sueños: escribo queriendo revelar lo real maravilloso, y descubro lo real maravilloso en el exacto centro de lo real horroroso de América. Al fin y al cabo, somos lo que hacemos para cambiar lo que somos. La identidad no es una pieza de museo, quietecita en la vitrina, sino la siempre asombrosa síntesis de las contradicciones nuestras de cada día.”
(Eduardo Galeano, 1940-2015)

A realidade tal qual se apresenta é um conjunto complexo e caótico de situações desiguais concretas, parafraseando Marx em seus escritos no século XIX. Na América Latina, segundo o documento da Oficina Regional para a América Latina y Caribe, “Panorama Laboral”, em 2019 haviam 26 milhões de pessoas em busca de trabalho, sem conseguir inserir-se seja na formalidade ou na informalidade¹¹. Somado a isso, como agravante deste quadro, o contexto excepcional da COVID-19 efetivou a intensificação da desigualdade no tema do emprego e da reprodução social da vida em toda parte do mundo em geral, e na América Latina em particular¹². Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 34 milhões de trabalhadores/as no continente perderam suas ocupações, situação que debilita ainda mais tanto o presente quanto o futuro da população jovem, feminina e negra, conforme aponta o documento¹³.

Considerando esse panorama geral inicial, as perguntas que se apresentam são: como construir análises sobre uma situação concreta como esta, em tempos tão excepcionais? À luz de que referência central no campo das ciências sociais e humanas podemos entender a estrutura de funcionamento que gera essas condições?

Existem diversas possibilidades teórico-metodológicas, de trilha investigativa. Neste trabalho, contudo, optamos pelo método marxiano por entendermos que, com base em suas categorias, nos forja a revelar como funciona a sociedade desigual contemporânea e prospectar sobre as leis tendenciais que nos conectam a um futuro ainda mais difícil para os/as que vivem da venda de

¹¹ (OIT, 2019)

¹² Em maio de 2020, a OIT informou que uma das consequências da conjuntura de pandemia no mundo laboral foi o severo aumento da taxa de pobreza relativa e, com ela, a porcentagem de trabalhadores/as informais. A crise sanitária corrobora com um quadro estrutural de desemprego, o qual significou a perda de 80% da renda destes trabalhadores/as na América Latina, enquanto em todo o mundo essa perda foi de 60%. Além disso, como aponta Vinícius Pinheiro, diretor da organização: “Uma das faces mais terríveis dessa pandemia é a desigualdade, porque afeta desproporcionalmente as pessoas mais pobres, aquelas que não conseguem adotar o teletrabalho, que dependem de empregos precários nos setores mais afetados e que geralmente têm mais limitações para cumprir com as medidas de confinamento [...] Em muitos casos, as trabalhadoras e os trabalhadores informais moram em casas superlotadas sem condições sanitárias adequadas” (OIT, 2020, s/p).

¹³ (ILO Brief, 2020).

sua força de trabalho, caso o “inédito viável” (FREIRE, 1981) não ocorra¹⁴.

Reforçamos, como sustenta Martins (2012), a tendência das ciências sociais de cultivar “uma concepção do homem que é objeto de seu interesse e de suas indagações como alguém que mente e finge sempre, alguém que está permanentemente preocupado em enganar os outros” (MARTINS, 2012, p. 102). Com a intenção de nos afastarmos dessa tendência, iremos nos debruçar sobre o modo de produção hegemônico e com as feições próprias do nosso tempo, recuperando suas raízes históricas constituídas por uma formação social particular (escravista e colonial) e a realidade do trabalho alienado (extrator de mais-valia e de toda dignidade ontológica presente no humano como possibilidade, em sua relação harmoniosa ou destrutiva com a natureza e os demais seres), para delimitar a fronteira epistêmica deste trabalho dentro do grande espectro do pensamento e da ação marxistas. Tomaremos como fronteira a definição de Martins realizada em sua obra *Fronteira: a da degradação do outro nos confins do humano* (2012).

2.1 O MÉTODO DE MARX

É no marco da atual divisão internacional do trabalho em geral, e no capitalismo dependente latino-americano em particular, que nos deteremos para evidenciar a assertiva do método de Marx (NETTO, 2011; KOHAN, 2003; MARX, 2008) para o estudo e apreensão das determinações que fundamentam a condição *sui generis* da força de trabalho superexplorada como tendência estrutural no continente, com vistas a investigar a situação da classe trabalhadora brasileira nas duas primeiras décadas do século 21.

A categoria trabalho terá centralidade no presente texto. De acordo com Marx, trabalho, entendido como elemento que está na raiz da existência e do devir humano, é a categoria que permite desvelar os aparentes segredos da história da humanidade. Através da busca pelo DNA social em seus diversos e imbricados processos históricos, chegamos ao real concreto e complexo (MARX, 2008; 2010; 2013). O trabalho como potência explicativa da crise estrutural, com condicionantes conjunturais próprias do contexto em que vivemos, nas quais o caráter destrutivo do capital tem se manifestado com mais força - a era das finanças, por exemplo, e dos intensos danos ambientais (AMARAL, 2014; ANTUNES, 2005; 2018; MÉSZÁROS, 2006; 2012).

¹⁴ Nas palavras de Paulo Freire, “inédito viável” é a “futuridade a ser construída. A concretização do ‘inédito viável’, que demanda a superação da situação obstaculizante [...] só se verifica, porém, através da práxis. Isto significa, enfatizemos, que os seres humanos não sobrepõem a situação concreta, a condição na qual estão, por meio de sua consciência apenas ou de suas intenções, por boas que sejam. [...] a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão. Mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele. É que, como seres da práxis e só enquanto tais, ao assumir a situação concreta em que estamos, como condição desafiante, somos capazes de mudar-lhe a significação por meio de nossa ação” (FREIRE, 1981, p. 109).

Conforme disse Marx, em *O capital*: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana” (Marx, K. *O capital*, v. I, p. 50). [...] sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho. O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano, como também nos mostrou Marx (ANTUNES, 2013, p. 8-9).

O desnudamento da natureza da sociabilidade capitalista e suas leis tendenciais segue sendo uma das mais importantes contribuições deixadas por Karl Marx e o marxismo, como legado de práxis.

A filosofia da práxis é definida como método de análise marxista. Referência política da interpretação da ciência como não neutra, com o fim de compreender o que se vive, incidir sobre dito viver e transformar a realidade superando os mecanismos de dominação do capital presentes em todos os âmbitos da vida cotidiana (KONDER, 1992). Através do materialismo histórico dialético (MHD) a práxis é entendida como um movimento em permanente disputa e com várias mediações. Mas é na centralidade do trabalho, exteriorizado do próprio ser social, e, ao mesmo tempo inerente ao ser, que a práxis se solidifica, enraíza, cria vínculos epistemológicos sobre o sentido projetado pelo ser social acerca de seu viver (TRASPADINI, 2016, p. 32).

O pensamento marxiano apresenta-se como um marco político-epistêmico fundamental para o campo das ciências sociais, no que tange ao entendimento de como funciona a sociedade mercantil em seu metabólico sistema dinâmico desigual e combinado (MANDEL, 1982; MÉSZÁROS, 2012). A desnaturalização do valor, o papel das contradições, o fetichismo da mercadoria, a vida reificada, são alguns dos temas expressamente esmiuçados na razão e sensibilidade teóricas de Marx¹⁵.

Enquanto proposição teórico-metodológica, ao estruturarmos este trabalho no

¹⁵ É interessante fazermos uma observação acerca do trabalho cooperativo e coletivo, muito pouco vivido nos dias atuais no que tange à produção do conhecimento. No tempo de Marx, século XIX, de fato se fazia produção de conhecimento de forma coletiva. Além de Jenny, sua companheira de vida, Marx contou com a amizade e parceria de Engels ao longo de toda sua vida, além de diversos outros pares com os quais dialogava através de cartas. Mary Gabriel (2013), em uma extensa obra intitulada *Amor e Capital: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*, reconstrói a trajetória da família Marx a partir de um resgate epistolar fabuloso. “Lendo essa quantidade imensa de documentos em ordem cronológica, com um olhar contemporâneo, comecei a ouvir os diversos personagens falando uns com os outros conforme os acontecimentos se desenrolavam à sua volta. Consegui ouvir seus diálogos cotidianos - durante vinte anos Marx e Engels se corresponderam quase diariamente pelo correio, e as mulheres da família Marx eram igualmente prolíficas. A imagem que aos poucos se formou foi a de uma família que sacrificava tudo por uma ideia que o mundo chamaria de marxismo, mas que durante boa parte de suas vidas existiria apenas no cérebro de Karl Marx. [...] Descobri uma história de amor entre um marido e uma esposa que seguiram apaixonados e dedicados apesar da morte de quatro crianças, apesar da pobreza, da doença e do ostracismo social, e da traição de Marx, que teve um filho com outra mulher. Era a história de três moças que adoravam o pai e se dedicaram a sua ideia grandiosa, mesmo à custa dos próprios sonhos, mesmo à custa de seus próprios filhos. Era a história de um grupo de pessoas brilhantes, combativas, exasperadas, divertidas, apaixonadas e, em suma, trágicas, apanhadas em meio às ondas de revoluções que varreram a Europa no século XIX. Era, sobretudo a história das esperanças frustradas, pessoais e políticas, contra a fortaleza da realidade amarga” (GABRIEL, 2013, p. 11-12).

materialismo histórico dialético, a ciência apresenta-se como campo de disputa política e de classe. Marx inaugura, no século XIX, ao denunciar o positivismo e o materialismo vulgar, uma possibilidade de análise acerca dos processos históricos no estudo dos fenômenos sociais, com base nas contradições concretas à luz da totalidade apreendida pelo pensamento enquanto processo de produção racional. Nas ciências humanas, dita totalidade é sempre a totalidade do pensamento, portanto âmbito da abstração/ideação, e não deve ser confundida com uma generalidade gramatical como se abarcasse um todo não apreensível pelo humano em sua finitude.

Neste sentido, é na compreensão da dialética, como uma coisa e outra indissociáveis e contraditoriamente conectadas, que Marx constrói seu arcabouço teórico e de práxis a partir do qual homens e mulheres criam a própria realidade complexa e contraditória através do trabalho na sua processualidade histórica, sob o jugo do capital. No entanto, na forma e no conteúdo da produção de uma vida centrada “no reino das mercadorias”, estes/as homens e mulheres são subsumidos/as, desterritorializados/as de seus próprios corpos e lugares (espaços-tempos) de trabalhadores/as, mitificados na forma de trabalho alienado como relação única e imediata com o dinheiro (equivalente geral).

A dialética em Marx é tese, antítese e síntese. Nos ajuda a interpretar o mundo como um conjunto de processos contraditoriamente interligados e a história da humanidade como um *continuum* de transições mediadas por lógicas de poder. Com as leis que regem as sociedades não poderia ser diferente: no movimento de ir do particular ao geral, Marx rompe metodologicamente com a ciência burguesa, positivista, e elucida a condição de transitoriedade das leis históricas¹⁶. O autor aponta que as relações de trabalho e o estágio técnico das forças produtivas dimensionam os elementos que explicam as dinâmicas estruturais-estruturantes de uma sociedade historicamente determinada (modos de produção).

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 49).

Ao produzir e materializar um novo método científico de análise que se opunha a hegemonia da ciência neutra, descritiva e simulada em uma ideia de processo de razão individual, Marx define que é na materialidade da vida e na historicidade das relações sociais que se deve iniciar a busca pela

¹⁶ É perspicaz a afirmação do autor no prefácio da primeira edição d’*O capital* em que diz “Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!* [O morto se apodera do vivo!]” (MARX, 2013, p. 79).

compreensão do movimento da totalidade (concreto vivido). Este seria o ponto de partida investigativo no qual se pode encontrar o fio que será puxado até desatar os nós reais que causam as contradições econômicas, políticas, sociais e culturais de cada época histórica e seus consequentes problemas aparentemente insolúveis.

A partir desta construção, Marx estabelece uma autêntica relação entre teoria e prática, reposicionando ao centro da questão o poder de agência de homens e mulheres no *fazer* histórico, constituindo assim a filosofia da práxis.

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, em suas totalidades [...] Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 2008, p. 49-50).

De forma ainda mais precisa e contundente, o que nos ensina o autor é que o ponto de partida do pensamento, como apreensão do real, conhecer científico, é a vida cotidiana assentada sobre as desigualdades concretas. O concreto *é a síntese de múltiplas determinações*, o que nos indica que, ao partir desta concepção, há um terreno fértil de possibilidades de desvelamentos a partir das diversas realidades existentes (totalidade que se abre para as particularidades). Nos termos de Marx, o concreto pensado é como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (2008, p. 260).

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 2008, p. 260-261).

O autor nos oferece três categorias entrelaçadas e essenciais no entendimento do método: a totalidade, a contradição e a mediação. “Articulando essas três categorias nucleares [...] Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2011, p. 58). O mais importante, contudo, é distinguir *aparência* e *essência*. O desafio da dialética marxiana e marxista está em ser capaz de realizar o processo da abstração não confundindo a forma (expressão fenomênica de processos mais profundos) com o conteúdo (desvelamento dos processos a partir do movimento de abstração e mediação).

Trata-se de ir além da empiria do objeto estudado e apreender seu real funcionamento. Para isto, é necessário a condição crítica de perguntar sistematicamente ao objeto, como sujeitos ativos do viver, primeiro decompondo o todo e depois reconstruindo-o, com vistas à chegar na

compreensão da realidade¹⁷ (NETTO, 2011; KOSIK, 2002).

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, *o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado* (MARX apud NETTO, 2011, p. 21, grifo original).

“Nesse sentido, as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real” (MARX, 2008, p. 263). O percurso metodológico de abstração no método marxiano é rigoroso: exige do/a pesquisador/a uma sede por desafiar-se no estudo comprometido, uma incansável necessidade de entender a própria realidade e, sobretudo, uma disposição honesta para colocar suas aparentes certezas em xeque.

O método de Marx será, então, a estrutura balizadora desta pesquisa, uma vez que oferece ferramentas para entender a particularidade na totalidade, permitindo que capturemos as características mais recentes que fundamentam a condição singular de superexploração da força de trabalho no Brasil. À luz do materialismo histórico dialético (MHD), teremos como ponto de fixação teórico o pensamento marxista latino-americano protagonizado pelas referências da Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos na década de 1960 - em um cenário extremamente violento de ditaduras militares no Brasil e na América Latina.

As elaborações, em especial do *Dialética da dependência* (1973) de Marini, e *Teoría de la dependencia - una anticrítica* (1976) de Bambirra, serão nossos pilares teóricos e políticos ao longo deste trabalho. A TMD é uma importante referência do pensamento crítico latino-americano. Nem melhor, nem pior do que outras do campo crítico das ciências sociais. No entanto, em tempos de generalização do desmonte educativo, trata-se de tomar partido, fazer escolhas e traçar as trilhas de uma autonomia intelectual, política e de práxis.

Cabe destacar que escolher um campo não significa negar as contribuições de outros dentro do pensamento crítico, mas sim construir diálogos deixando evidentes as premissas a partir das quais serão estabelecidos nossos apontamentos, buscando sempre a honestidade dialógica pertinente a quem se entrega ao papel de educar, educando-se. Em tempos de ecletismos, este também

¹⁷ Karel Kosik, em sua excelente obra “Dialética do Concreto”, afirma o seguinte sobre a dialética: “A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo” (2002, p. 18). Ainda, Marx elucida: “Para a consciência - e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe o homem é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real - para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato da produção - que apenas concebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, como uma concreção de pensamento é, na realidade, **um produto do pensar, do conceber**” (MARX, 2008, p. 261, grifo nosso).

é um processo de aprendizagem e amadurecimento intelectual.

2.2 UM LABIRINTO TEÓRICO: A CRISE DOS REFERENCIAIS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

No tema do mundo do trabalho sob a égide do capital, o pensamento social crítico latino-americano precisa encarar um problema teórico-político de duas faces: de um lado, as teses sobre a finalidade histórica do capitalismo e o horizonte desenvolvimentista e, de outro, as teses pós-modernas que explicitam um suposto fim do trabalho e tiram de cena dois elementos constitutivos do pensamento crítico marxiano e marxista: a história e o trabalho. Revelar a intencionalidade por trás desta ação é refazer a rota investigativa com base na sociedade tal qual ela se apresenta, não como desejamos que ela seja.

No exercício de elaboração do pensamento, e da práxis, quando conseguimos colocar os problemas da forma correta, segundo o MHD, nos deparamos com as leis tendenciais do modo de produção capitalista, econômicas e políticas, reificadoras da reprodução social capitalista que, ao longo da história da luta de classes, vai modificando a forma, mas mantendo seu conteúdo desigual. Ante isto, apresenta, como verdade, o fetiche originado pelas armadilhas na compreensão do que se entende, hoje, por sociedade civil. Face aos desafios que se impõem para a sociabilidade contemporânea, é necessário explicarmos porque entendemos que a concepção ontológica, histórica e científica que nos legaram Marx e Engels “é a que consegue *ir à raiz* da condição humana, [...] de forma mais abrangente e radical em relação às demais concepções e teorias vigentes” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016, p. 49, grifo original).

Diante das profundas mudanças na materialidade e subjetividade das relações sociais, ocorridas nos últimos anos no chamado capitalismo tardio, o olhar para a particularidade a partir da totalidade é o que determina, para nós, a capacidade de manter uma visão de conjunto das situações histórico-sociais de cada época, retomando a função social do pensamento científico de ser capaz de interpretar a realidade concreta com vistas a transformá-la (MANDEL, 1982; ZEMELMAN, 2016).

O que se coloca para nós como questão é: como resistir à fragmentação do conhecimento, à extrema especialização dos saberes, frente à espetacularização da vida?¹⁸ O marxismo é uma escola

¹⁸ Sobre a vida espetacularizada, nos apoiaremos nas reflexões formuladas pelo filósofo Guy Debord (2003) onde, de forma muito intrigante, o autor apresenta 221 teses no que se configura a chamada “Sociedade do Espetáculo” - um processo comunicacional específico do modo de produção capitalista em sua fase imperialista, que reestrutura as relações sociais e interpessoais a partir da imagem-propaganda-espetáculo. *E se você descobrisse que sua vida é um programa de televisão?* O filme “O Show de Truman”, de 1998, um drama que podemos dizer ser um misto de alerta com paródia, protagonizado por Truman Burbank (Jim Carrey), exemplifica, com o poder da arte audiovisual, o que Debord aponta ser o espetáculo: “o espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa” (DEBORD, 2003, p. 20). Sobre como a vida se altera em função da tecnologia a partir da reestruturação do capital, encontramos em Feuerbach: “Nosso tempo, sem dúvida... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... O que é *sagrado* para ele, não passa de *ilusão*, pois a *verdade* está no profano” (FEUERBACH apud DEBORD, 2003, p. 13, grifos

viva de pensamento e de prática; neste sentido, Zemelman faz uma importante defesa acerca do protagonismo humanista que provém da tradição marxista:

[...] não se pode ser simplesmente marxista; ao contrário, em nossa acepção, o marxismo, antes de ser um conjunto de respostas, como tem sido considerado e facilmente dogmatizado, constitui o desafio permanente para o homem de se construir pelo pensamento e pela ação, o que não significa que seja isento da atração da condição humana, se por humano entendemos aquilo que não se esgota na estrita determinação das circunstâncias. Eis por que conjuga consciência, conhecimento e vontade, como fica claro nas teses a Feuerbach, por que o marxismo é um humanismo do protagonismo, mas um protagonismo em todos os espaços, sejam macro ou microsociais (ZEMELMAN, 2016, p. 9).

Destacamos, então, a importância de dedicar um espaço neste capítulo metodológico e histórico para refletir sobre o “labirinto teórico”¹⁹ que vivemos no campo das ciências sociais no Brasil, trazendo elementos, de forma breve, a respeito da invisibilidade acadêmica e política de importantes intelectuais do pensamento crítico latino-americano. Para tal, nos apoiaremos em três subsídios que servirão de fundamentação estruturante do trabalho ora apresentado, quais sejam: o memoricídio e o epistemicídio (BÁEZ, 2010); a síndrome desenvolvimentista (PRADO, 2020); e a centralidade da terra sob a ótica da fronteira (MARTINS, 2012). Isto se assemelha à posição de Guerreiro Ramos, em *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1995), acerca de sua crítica à suposta razão sociológica, quando diz:

A disciplina sociológica, no Brasil e nos países de formação semelhante, como os da América Latina, tem evoluído até agora, segundo influências exógenas que impediam, neles, o desenvolvimento de um pensamento científico autêntico ou em estreita correspondência com as circunstâncias particulares desses países. Assim, a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas de salvação produzidas alhures, ou ilustra menos o esforço do sociólogo para compreender a sua sociedade, do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros (RAMOS, 1995, p. 37).

Na mesma linha, Frigotto e Ciavatta (2016) definem que é necessário dar um primeiro passo na contramão dos referenciais positivistas que apregoam uma fantasiosa ideia de neutralidade das ideias dominantes que, segundo Marx e Engels, são as ideias dominantes da classe dominante de cada época. Nos contrapomos à possibilidade de uma análise social neutra, assim como defendemos a necessidade de desumanizar o capital e romper com qualquer explicação que tende a naturalizar um modo de produção da vida tão recente para a história da humanidade (MARX; ENGELS, 2002).

A ciência burguesa (nos termos de Marx), na medida em que naturaliza as relações sociais capitalistas, desenvolve mecanismos justificadores para a dominação que tendem a negar e/ou ignorar as distorções e disfunções (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016) que este modo de produção historicamente vem produzindo. O que há vinte anos podia ser entendido como um paradoxo, hoje se

originais). Nos deteremos nisto de forma mais direta no capítulo 3.

¹⁹ Expressão que os autores Frigotto e Ciavatta usam na obra “Teoria e educação no labirinto do capital” (2016), para referirem-se ao estado das coisas no âmbito da educação a partir da crise do capital contemporâneo.

desvela como armadilhas próprias de forma ainda mais evidente. Todavia, para aqueles/as que, desde a Crítica da Economia Política – latino-americana –, disputam o campo do conhecimento científico, não há, de fato, muitas novidades, senão que tendências históricas que se complexificam e se acentuam.

Há uma tendência com ares hegemônicos no campo das ciências sociais contemporâneas que, ao se intitular como *crítico*, e encarar a realidade a partir de uma especialização cada vez mais extrema em suas respectivas áreas, tende a negar, institucional e politicamente, a perspectiva da totalidade em nome de um empirismo muito pouco frutífero e que vem fortalecendo, de maneira adversa, o ideário que supostamente se pretende combater. A respeito deste aspecto, Frigotto e Ciavatta elucidam o seguinte:

Em nome da diversidade, diferença e alteridade, reforçam, na maioria das vezes, o individualismo, o particularismo, a fragmentação, a descontinuidade e o evento, negando as dimensões estruturais e a continuidade histórica. O resultado destas perspectivas no plano epistemológico é, em grande parte, um retorno às perspectivas do relativismo absoluto e, no plano humano, a um presentismo insuportável (Hobsbawm, 1992) e um descompromisso com a realidade histórica. No limite, cada pesquisador tem a sua teoria, e esta é igualmente válida (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016, p. 52-53).

A batalha das ideias está sempre inserida em contextos específicos - locais - e conjunturas de maior projeção política e social, um movimento permanente que influencia os fluxos e disputas no campo do conhecimento científico. O século XX demarcou, na América Latina e no mundo, a emergência de diversas lutas sociais que, pensando e fazendo contra a ordem do capital, foram sistematicamente silenciadas (TRASPADINI, 2020). No caso brasileiro em particular - território que nos interessa no presente trabalho -, o que se construiu para dentro das universidades foi um muro que gerou a invisibilidade de intelectuais radicais que faziam o bom debate crítico acerca da formação social brasileira/latino-americana. Dentre tantos processos históricos, o que se construiu foi a miséria ideológica em que atualmente estamos inseridos/as (MARINI, 1977; TRASPADINI, 2020; IASI, 2020).

A tendência à produção padronizada das consciências, via Estado, e aparatos de comunicação massiva produziu uma tensão permanente de naturalização da ordem desigual historicamente produzida. De modo que isso nos exige um salto substantivo de escuta cotidiana das vozes e re-ações advindas de diversos povos e suas diversidades próprias. Partimos da responsabilidade social com esses povos, de comprometimento com a produção de uma ciência que remeta a eles. Esse movimento se torna vital ao tratar-se do entendimento das enfermidades de nosso tempo, com vistas a construir coletivamente um que-fazer crítico capaz de tensionar a hegemonia no plano real. Um conhecimento engajado, uma educação como transgressão, frente à histórica pedagogia do oprimido (FREIRE, 2001; HOOKS, 2013).

O compromisso com a transformação das condições de exploração e opressão atuais, à luz de sua historicidade, é o que dá sentido para o estudo e a investigação científica. A radicalidade se coloca, então, como categoria que precisa ser resgatada e ressignificada, de modo que se deixe sobressair o que Fals Borda chama de subversão: uma educação senti-pensante tal que nos permita resgatar o humano pelo próprio humano, rompendo as cercas que os prendem às armadilhas do capital (FALS BORDA, 2015).

2.3 O COMPROMISSO POLÍTICO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Marini e Speller, em um excelente artigo para a Revista *Educación Superior*, do México, afirmam que as universidades brasileiras são como são dadas as várias razões ligadas ao caráter de sua formação social. “O caso brasileiro é ainda mais ilustrativo, já que neste país a universidade é diretamente uma criação do capitalismo industrial, posterior aos anos 1930” (MARINI; SPELLER, 1977, p. 5). A importação de intelectuais, entre letrados e juristas, era uma demanda ideológica da metrópole que correspondia ao esquema de produção e circulação próprio da economia exportadora brasileira. Nesse sentido, os autores sustentam:

seus primeiros passos, as primeiras tentativas de formação de instituições universitárias, correspondem à década anterior [de 1930], precisamente em que arranca o processo de industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que já se manifesta a crise da antiga economia exportadora (MARINI; SPELLER, 1977, p. 5).

Marini e Speller apontam, ainda, as funções que cumprem as universidades na sociedade burguesa sob o capitalismo dependente. A cita a seguir é deveras extensa, mas se faz necessária:

Como instituição funcional ao sistema de dominação [...] a universidade cumpre na sociedade burguesa três funções principais. A primeira é a de reprodução das condições ideológicas nas quais a burguesia assenta as bases de sua dominação de classe. Podemos distinguir aqui dois níveis. Um primeiro nível está dado pela reprodução, na esfera da universidade, da divisão do trabalho, da estrutura de autoridade e dos demais elementos constitutivos da dominação burguesa; é dessa forma que a universidade reproduz permanentemente a separação entre trabalho manual e intelectual que impera no conjunto da sociedade, forma os quadros diretivos para a vida política e econômica, etc. Num segundo nível, a reprodução do sistema de dominação se dá pela transmissão de valores ideológicos mediante os quais a burguesia legitima sua dominação [...] num plano mais imediato é possível destacar o fato de que a universidade transmite, de forma permanente, valores como o individualismo e a competição. A segunda função que cumpre a universidade burguesa é de ordem econômica e se traduz na transmissão e mesmo criação, através da pesquisa, de técnicas de produção. A universidade constitui um dos centros fundamentais de concentração da ciência e da técnica, com a finalidade do seu desenvolvimento e transmissão aos que deverão utilizá-las como meio para levar a cabo a exploração do trabalho em benefício do capital. [...] A terceira função da universidade burguesa, de caráter político, é a de ser um dos campos no qual a burguesia pode concretizar as alianças de classes que necessita para afirmar sua dominação. [...] Em outro sentido, a universidade propicia a ampliação da aliança burguesa com as classes subalternas, em especial com a pequena burguesia, ao se apresentar como um meio de promoção social. No que se refere à luta de classes, é precisamente porque cumpre esta

função política que a universidade constitui um dos pontos críticos do sistema de dominação (MARINI; SPELLER, 1977, p. 3-4).

Dita condição subalterna situa as ciências sociais como campo de disputa. Por um lado, há o predomínio da perspectiva que, tomando como ponto de referência situações específicas vividas dentro da sociedade, erguem seus estudos sem colocar-se contrário à lógica do capital e, por outro lado, há o campo minoritário das ciências sociais que, a partir da apreensão da particularidade na totalidade, se propõe a discutir de forma crítica os pilares que embasam a sociedade desigual.

Para este último, é na divisão internacional do trabalho, sob o jugo do imperialismo, que se assentam as premissas categoriais sociológicas (MOURA, 1978; MARINI; SPELLER, 1977). Evidencia-se, no segundo campo, no qual se solidifica a práxis marxiana e marxista, um esforço para ir além das formas aparentes e alcançar, a partir da compreensão das mediações, um conteúdo substantivo sobre o funcionamento estruturante deste modo de produção ancorado na combinada desigualdade mundial e continental.

A dialética do desenvolvimento na América Latina se apresenta na ciência como a produção sistemática de conhecimento que sustenta o solo da burocratização e complexificação das estruturas da sociedade, via educação (MARINI; SPELLER, 1977). Nesse sentido, a dependência latino-americana evidencia os limites do progresso técnico-científico em uma realidade na qual a apropriação privada dos produtos do trabalho social define o subdesenvolvimento, a fome e a subeducação, ante o paradigma da crise do Estado tecnocrático-brasileiro (CASTRO, 1980; MARINI; SPELLER, 1977).

Enquanto *Ciência da Sociedade*, nos termos de Moura (1978), a sociologia se fossilizou no plano dos valores formais que a criou e institucionalizou, resultando na tal sociologia acadêmica, *aplicada*. As ciências sociais tornaram-se, assim, “em uma ideologia que faz parte dos mecanismos reguladores e controladores da sociedade burguesa” (MOURA, 1978, p. 9). O autor também destaca a “pretensa imparcialidade científica”²⁰ que confere a esta *ethos* liberal, muito em voga no ambiente político e acadêmico latino-americanos. Nas palavras do autor:

Essa ideologia conservadora caracteriza-se por uma sistemática gradualista que apresenta como sendo científico apenas aquelas reformas tópicas, horizontais e regionais, previamente elaboradas por cientistas sociais profissionais, a fim de serem executadas de cima para baixo e que podem ser realizadas nos quadros da sociedade capitalista. Fecha, portanto, a área de possibilidades de se fazer emergir, em obediência às próprias leis imanentes, uma ciência dinâmico/radical capaz de apresentar modelos e soluções que transcendam (e superem) o atual modo de produção. O pensamento dinâmico/radical que possibilitaria a análise, interpretação e transformação da sociedade é, por estas razões, considerado *ideologia* (num sentido pejorativo que se contrapõe à ciência), visão utópica, quando não pensamento indesejável nos meios universitários e entidades culturais tradicionais. Desta forma, a *sociologia acadêmica* transforma-se em *ciência aplicada* na medida em que coonesto o atual

²⁰ Ibidem, p. 11

tipo de sociedade, *racionalizando-o* (no sentido weberiano), procurando bloquear as forças mais ponderáveis que oferecem soluções globais radicais, e, por isto, antagônicas a um modo de produção sociologicamente superado (MOURA, 1978, p. 10, grifos originais).

A *Ciência da Sociedade* precisa, sobretudo, dar conta de compreender por dentro a nova ordem mundial e o sistema de ideias que se estruturam como sua lógica cultural, para que de fato cumpra seu papel de contribuir com a reorganização do mundo do trabalho com o objetivo de produzir faíscas e brechas para o rompimento de dada estrutura (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016; MARINI; SPELLER, 1977).

Na esteira do campo crítico das ciências sociais, reivindicar nomes como Ruy Mauro Marini (1932-1997), Vânia Bambirra (1940-2015), Theotônio dos Santos (1936-2018), Clóvis Moura (1925-2003), Jacob Gorender (1923-2013), Elizabeth Souza-Lobo (1943-1991), Lélia Gonzalez (1935-1994), Heleieth Saffioti (1934-2010) e José de Souza Martins (1938), significa tirar do apagamento histórico e do ostracismo intelectuais militantes que as ciências sociais em geral, e a sociologia contemporânea em particular, vem ignorando. Para nós, estes/as autores/as representam o que há de mais frutífero e potente para a compreensão da formação social e histórica brasileira e latino-americana, em suas dinâmicas estruturais-estruturantes, através da assertiva da particularidade e da totalidade²¹.

Recuperá-los/las, como fez o grupo de pesquisa-extensão Saberes em Movimento ao longo dos últimos quatro anos, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, é revivescer a combatividade do pensamento, ao mesmo tempo em que se avança na capacidade de *dizer e fazer* o que se necessita, para transcender os limites que estão postos pela realidade sócio-histórica (HOOKS, 2013). Forjar desde a universidade trabalhadores/as que aprendam, com o estudo e a prática, a unidade e coerência do pensamento através da descoberta de autores e autoras que ofereçam sistemas explicativos da história e da sociedade dependente, não pode ser uma prerrogativa de grupos universitários marxistas, senão que condição para a formação intelectual séria, crítica, e sobretudo comprometida, de todo/a estudante, em qualquer fase da vida.

Isto, somado à preocupação assertiva de Martins (2012) sobre os sujeitos reais e suas histórias de vida, narradas por eles/elas como fonte primária, apresenta uma outra perspectiva para as ciências sociais que supera a tradição positivista. Sustenta Martins:

A Sociologia que chegou até nós oculta um sujeito (para afirmá-lo ou negá-lo em nome da sociedade ou em nome da classe social) - o *indivíduo* -, aquele cuja vida social pressupõe a

²¹ É mister destacar a centralidade que cobra, nos dias de hoje, o resgate fundamental das obras e das trajetórias de intelectuais como Lélia Gonzáles, Clóvis Moura e Jacob Gorender, invisibilizados no meio intelectual brasileiro por décadas. As juventudes desta geração têm sentido a imperiosa necessidade de apropriar-se desses intelectuais fiéis às suas convicções, que oferecem, com o frescor de ideias e proposições autênticas frente à realidade na qual estavam inseridos/a, um horizonte de sentido e de luta. São intelectuais essenciais para entender o presente e que, sobretudo, permitem que nos reconheçamos enquanto sujeitos/as políticos/as da classe.

contratualidade das relações e, portanto, um vínculo de natureza histórica particular, o que foi produzido pela mediação da razão, da igualdade, da liberdade. O indivíduo é o sujeito que fala, e não o que se cala. É o que proclama seus direitos e reconhece seus deveres. É o que se baseia na reciprocidade, na igualdade, como conteúdo de (suas) relações sociais. A fala é um instrumento de direito, uma proclamação, negação daquilo que o silêncio é - submissão, complacência, desigualdade, menoridade. Nessa sociologia, a sociedade é a trama oculta, a trama que rege ocultamente as relações sociais e a própria vontade de cada um, na medida em que cada um, pela socialização, converte-se no agente do todo.

[...] É falso que o cientista social possa compreender a fala do outro sempre, como é falso que só é socialmente eficaz a fala que pode ser compreendida e explicada pelo cientista social. **Em suma, há outra diferenciação social cuja relevância não é pequena: há os que falam e há os que silenciam e falam por meio do silêncio. São os que foram calados, excluídos e marginalizados das tribunas da vida, obrigados a dissimular o seu dizer no gesto e na metáfora** (MARTINS, 2012, p. 104-105, grifo nosso).

Martins refere-se aos *ninguéns* de Galeano²², que “infortunadamente” não aparecem nos estudos sociológicos de dita ciências sociais - exceto quando aparecem em trágicas construções folclóricas da realidade. No capitalismo contemporâneo, acentuam-se as múltiplas crises nas quais está imersa a classe trabalhadora latino-americana como um todo e a brasileira em particular, e esse processo traz sérios reflexos para a formação intelectual e política de estudantes e docentes da educação superior. Combater o memoricídio - categoria cunhada pelo venezuelano Fernando Báez (2010) - exige (re)conhecermos trajetórias históricas daqueles/as que, desde *abajo*, buscaram compreender bem a realidade na busca por construir possibilidades para melhor viver, e não apenas sobreviver.

[...] a reivindicação da capacidade crítica somente pode ser entendida como parte do esforço de resgatar a capacidade do homem para ser homem, distanciando-se de seu contexto para poder dominá-lo; mas este domínio deve ser compreendido como o reconhecimento dos espaços de possibilidades de desenvolver-se em suas próprias determinações. [...] A categoria da totalidade, neste sentido, deve servir para reinstalar, de acordo com as necessidades e possibilidades de nossa época, um pensamento global que, sem dúvida, não se pode confundir com uma explicação de tudo. Cremos mais no papel de uma consciência com visão de conjunto do que em uma teoria. [...] Entre os desafios para isso está poder transformá-la em instrumento de raciocínio que permita que nos confrontemos com o detalhe da vida histórica e social sem nos perder no contingente ou na fragmentação; [...] Por isso, também é importante que a discussão sobre a construção do conhecimento possa se irradiar no âmbito intelectual da juventude de nosso tempo (ZEMELMAN, 2016, p. 9-10).

Marini, Bamberga e Dos Santos²³ foram os intelectuais orgânicos que construíram, em meio à tirânica força expulsora da ditadura militar brasileira, um arcabouço teórico e analítico capaz de captar as contradições entre a parte e o todo, dando significado e sentido à forma-conteúdo da

²² “Os ningúens: os filhos de ninguém, os dono de nada./Os ningúens: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos./Que não são embora sejam./Que não falam idiomas, falam dialetos./Que não praticam religiões, praticam superstições./Que não fazem arte, fazem artesanato./Que não são seres humanos, são recursos humanos./Que não tem cultura, têm folclore./Que não têm cara, têm braços./Que não têm nome, têm número”. Eduardo Galeano em *O livro dos abraços*, de 1989.

²³ Marini (Barbacena, MG, 1932 - Rio de Janeiro, RJ, 1997). Bamberga (Belo Horizonte, MG, 1940 - Rio de Janeiro, RJ, 2015). Dos Santos (Carangola, MG, 1936 - Rio de Janeiro, RJ, 2018).

integração do continente latino-americano ao mercado mundial, em seu mais alto estágio de desenvolvimento desigual e combinado. Se posicionaram, na teoria e na ação, ao lado da classe à qual pertenciam: a trabalhadora (TRASPADINI; STEDILE, 2011).

A dimensão da relação capital/trabalho-imperialismo/capitalismo dependente será, portanto, nosso fundamento epistêmico-metodológico para o desenvolvimento das reflexões do capítulo que se segue. O século XXI guarda complexidades específicas frente à informatização do trabalho na era digital e a intensificação da precarização da vida. Como disse Gorender em sua entrevista para o programa Roda Viva²⁴, da TV Cultura, concedida em maio de 2005: “Os tempos mudam. Para novos tempos, são necessárias novas ideias. Eu não fico com receio de apresentar essas novas ideias”. Nas fronteiras entre o humano e o desumano, o capital e o trabalho, o trabalho livre e o trabalho explorado, o mundo e a América Latina, anunciam-se possibilidades epistêmicas diversas. Nestas, a história, em suas múltiplas determinações, conflitivas, contraditórias, mas também superadoras, demarca o papel da teoria na ação cotidiana. Um instrumento que, projetado para romper com a alienação e o fetiche, incita entender como funciona a sociedade na qual vivemos, com vistas à construção de um novo viver. Isto significa situar a concepção materialista e dialética da história em um posicionamento político, não neutro, diante da crise dos referenciais teóricos que vivemos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016).

²⁴ Disponível em: <[youtube.com/watch?v=iyUpIy8P4b4](https://www.youtube.com/watch?v=iyUpIy8P4b4)>. Acesso em 20 nov 2020.

3 O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO NA AMÉRICA LATINA: OLHARES SOBRE UM MURAL MOSAICO

Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte (...) Catei dois sacos de papel. Depois retornei, catei uns ferros, umas latas, e lenha. Vinha pensando. Quando eu chegar na favela vou encontrar novidades [...] João José veio avisar-me que a perua que dava dinheiro estava chamando para dar mantimentos. Peguei a sacola e fui. Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente. A perua foi-se embora. O nervoso interior que eu sentia ausentou-se. Aproveitei minha calma interior para eu ler.
(Carolina Maria de Jesus, 1914-1977)

A epígrafe que inicia este segundo capítulo é um trecho da obra *Quarto de Despejo - Diário de uma favelada* (2014), escrito por Carolina Maria de Jesus²⁵, e refere-se ao cotidiano vivido pelas mulheres e homens que compõem a camada mais marginalizada e desprotegida pelo Estado dependente brasileiro: a pobre e preta. Estes/as viviam, na transição para a segunda metade do século XX, um espaço-tempo urbano ainda eminentemente rural. No Brasil dos anos 1950-1960 já se vivia uma forte precarização do trabalho e da vida através dos baixos salários. O livro inicia da seguinte maneira:

15 de julho de 1955 - Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.
Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se (JESUS, 2014, p. 10).

A autora, de forma muito contundente, refletiu a miséria dos/as oprimidos/as e nos deixou relatos potentes que narram a existência e resistência da mulher negra superexplorada. Seu fazer, seu querer-ser, suas dores, desejos e esperanças de um mundo menos injusto e desigual consolidam registros da sociabilidade popular muito bem demarcadas no tempo, no contexto e no espaço, de uma sociedade majoritariamente analfabeta e regida pela história oral.

Na condição de escravas e escravos de um salário que se desvanece feito pó na luta diária pela sobrevivência, Carolina Maria de Jesus, escrevendo muito bem a realidade, descreveu em romances, canções e poesias tanto a centralidade do trabalho, como as ânsias por mudanças das gentes

²⁵ Nascida em Sacramento, Minas Gerais, no ano de 1914, Carolina de Jesus viveu grande parte de sua vida na contraditória e turbulenta São Paulo. Faleceu na capital paulista em fevereiro de 1977. Louvável escritora, poetisa e compositora, tornou-se uma grande referência de comunicação popular para os/as educandos/as e educadores/as populares da atualidade, que pensam e trabalham desde, pela e para a Abya Yala. Disponível em: <<https://bit.ly/2SaPxmU>>. Acesso: 15 set 2020.

que têm fome. Verdade seja dita: fome e modernidade são discrepâncias que se reforçam dialeticamente, em um modo de vida capitalista que é inimigo de suas próprias projeções políticas, culturais e sociais, dado que tem no lucro a sua razão de ser.

O quadro do desemprego estrutural, que marca o mundo como um todo e a América Latina de forma extremamente grave, intensificou ao limite as deformações estabelecidas pela sociabilidade humana — apropriadas e ampliadas pela sociabilidade burguesa —, dentre as quais se destacam “a dominação sobre a mulher, sobre os negros, os indígenas, as crianças e idosos, sobretudo aqueles pertencentes às classes trabalhadoras” (PINASSI, 2011, p. 19). Para nós, estes definem o ponto de partida para a compreensão da luta de classes no século XXI e os embates a serem travados, uma vez que a igualdade substantiva, a igualdade verdadeiramente ontológica, não pode ser estabelecida nas relações hierárquicas do mundo do capital (MÉSZÁROS, 2012).

É essencial destacar que o racismo estrutural e institucionalizado regula práticas, estabelece relações, conforma subjetividades e produz as condições de vida e morte de camadas específicas da sociedade. Sobre as mortes, é preciso dizer como essa estrutura direciona seu foco para a morte precoce de apenas determinada parcela da população. O racismo estrutural é um sistema no qual políticas públicas e práticas institucionais funcionam para perpetuar desigualdades raciais. Não é algo que as pessoas ou as instituições optam por praticar, mas uma característica dos sistemas sociais, econômicos e políticos no estágio avançado do capitalismo no mundo (ALMEIDA, 2019; SABINO DE SOUZA, 2019).

Consoante ao argumento de Maria Orlanda Pinassi (2010) e Mirla Cisne (2013) sobre a centralidade do trabalho para a radicalidade da luta social neste tempo histórico, apresentaremos, a seguir, elementos que se colocam como fundamentais para uma interpretação desde a perspectiva de totalidade da condição da força de trabalho superexplorada latino-americana, em seus aspectos social, político e cultural no âmbito do Brasil. Entendemos que na base do modo de (re)produção da existência capitalista radica a categoria social superexplorada mais precarizada e envolta em contradições quando de inserção política, econômica e de emancipação se trata: a mulher negra e pobre. (BAMBIRRA, 1971; CISNE, 2013; PINASSI, 2011; 2011).

Para seguir com a exposição, entendemos ser necessário uma apresentação das definições das categorias que fundamentam nossa leitura de conjunto do mundo do trabalho²⁶ latino-americano,

²⁶ “Por mundo do trabalho entendemos o trabalho livre e os trabalhadores urbanos, a formação profissional, o ambiente e as relações de trabalho, as condições de vida e suas lutas por emancipação. Entendemos trabalho na sua forma ontológica, fundamental, criativa, estruturante de um novo tipo de ser, o homem, o ser social, no qual a delimitação entre a reprodução estritamente biológica e produção/reprodução própria do homem é constituída não apenas pelo produto do trabalho, mas pela consciência, pela capacidade de representar o ser, o produto, de modo ideal, na sua imaginação criadora” (CIAVATTA, s/d, p. 7)

posto que buscamos compreender as particularidades e especificidades da realidade brasileira *cindida pela superexploração e pela desigualdade* (SABINO DE SOUZA, 2019). Como primeiro movimento, precisamos situar que é consenso internacional a noção de que o trabalho²⁷ é premissa para a resolução do problema da crescente complexificação do desenvolvimento das sociedades, frente ao também crescente número de fatores interagentes que passam a determinar a divisão social-sexual-racializada do trabalho (KON, 2016; SABINO DE SOUZA; 2019). Sobre o “estado da arte” das pesquisas brasileiras neste campo, no que se refere ao interesse sobre a distribuição recente do trabalho na economia dependente, Kon (2016) afirma que

[...] a estruturação ocupacional se relaciona a determinantes naturais e históricos específicos de uma sociedade, que definindo por um lado sua disponibilidade estrutural de recursos e por outro o macrossistema social configuram uma especialidade, que pode se mostrar diferenciada para distintos espaços geográficos de uma mesma sociedade. Para cada espaço definido, o **desenvolvimento econômico** rebate-se em um patamar distinto, resultando e sendo resultado de níveis também diferenciados de acumulação de capital e de progresso tecnológico; esses componentes do **processo de desenvolvimento** têm impactos na alocação e realocação dos fatores produtivos de modo a se adaptarem às condições características de produção e demanda daquela região, enquanto integrada com maior ou menor intensidade à economia global do país. Ciente da relação da estruturação ocupacional com o **desenvolvimento econômico**, a literatura especializada nos revela [...] que, para a maior parte das economias mundiais capitalistas, a divisão nacional do trabalho internamente a cada país é imposta pelo **desenvolvimento de centros hegemônicos em regiões polarizadas do crescimento econômico** (KON, 2016, p. 17, grifos nossos).

Neste sentido, apresentamos a seguir um quadro categorial para assentar ainda melhor o debate proposto, como também para dissipar possíveis dúvidas que tenham surgido por parte do/a leitor/a até o momento, acerca das categorias suleadoras que regem nossa investigação.

Quadro 1. Mapa categorial do mundo do trabalho contemporâneo

Categorias	Definições	Referências
<i>Trabalho abstrato</i>	Dimensão dialética do trabalho na relação trabalho ontológico \times trabalho alienado. Torna-se o padrão de trabalho da sociedade capitalista, na qual os valores de troca subsumiram por completo os valores de uso. É a forma própria do trabalho mercantil, que caracteriza o momento histórico da humanidade de <i>total</i> mercantilização da vida. Enquanto convenção social, é uma configuração estruturante que anula a diversidade dos trabalhos e produz a comparação e a generalização dos trabalhos concretos úteis: não interessa mais suas diferenças e sim a abstração - massa homogênea - do trabalho assalariado “livre”.	Karl Marx (2013); Reinaldo Carcanholo (2011)

²⁷ Trabalho aqui entendido enquanto processo global de distribuição de tarefas e funções entre indivíduos, e estes como agentes do processo de produção econômica enquanto fatores de produção ou forças produtivas, na definição de Kon (2016, p. 15).

<i>Superexploração da força de trabalho</i>	Característica do trabalho assalariado livre nas economias dependentes. Modo específico de produção de valor e extração de mais-valia, que impede o pagamento do salário (preço) necessário, acima ou igualado ao valor da força de trabalho expropriado, para a reposição da força física do/a trabalhador/a e seus dependentes. Sistema de acumulação de capital que tem como característica o encurtamento do tempo de vida do/a trabalhador/a, dada as condições de trabalho às quais estão submetidos/as. Raiz estrutural da dependência, com conexão indissociável entre a particularidade e a totalidade (divisão social e internacional do trabalho) mediadas pela transferência de valor.	Ruy Mauro Marini (2011); Vânia Bambilra (1983)
<i>Racismo</i>	Complexo de elementos que permite a continuidade, ao mesmo tempo em que cria novas determinações, do processo de alienação do trabalho sob o capital. Expressão da alienação colonial e arma de dominação ideológica. Nas economias dependentes, é a determinação que materializa o processo de acumulação de capital, integrando o movimento geral do capital no mundo. Na particularidade brasileira, é o cordão umbilical que conecta passado e presente.	Cristiane Sabino de Souza (2019); Clóvis Moura (2020)
<i>Espectáculo</i>	Relação social entre pessoas mediatizada por imagens. Forma-mercadoria da representação que proporcionou a unificação do mundo a partir do progresso da técnica espetacular no âmbito da economia política. Sua raiz reside no terreno da economia tornada abundante, que veio sendo pautada pela vontade política internacional de modernização e acumulação de capital. O espetáculo, como inversão da vida concreta através do consumo de imagens, é o movimento autônomo do não-vivo.	Guy Debord (2003)
<i>Desenvolvimento</i>	Horizonte utópico dominante na política, na economia e na sociologia, que se replica, conseqüentemente, para todas as áreas do conhecimento, da cultura e da práxis política. Após a Segunda Guerra Mundial, forja-se como uma ideologia que fundamenta uma interpretação a-histórica do processo de desenvolvimento do gênero humano e da relação ser-natureza. Tornou-se um campo de disputas de modelos de equiparação da desigualdade estrutural entre os países, para a concorrência de mercado no âmbito da economia política internacional.	Roberta Traspadini (2016); Fernando Prado (2020)
<i>Dupla transferência de valor</i>	Processo que marca o papel que cumpre a América Latina na divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo que explica a dinâmica do intercâmbio desigual.	Ruy Mauro Marini (2011)

	Forma estrutural que impõe uma transferência de valor e de renda. A superexploração emerge como resposta a essa necessidade dos capitalistas latino-americanos de darem conta desta estrutura produtiva.	
<i>Capitalismo dependente</i>	Formações sociais cuja essência radica na acumulação de capital baseada na superexploração da força de trabalho. Estão engendradas e um processo de desenvolvimento desigual e combinado, dada suas leis específicas, e tem como característica a baixa composição orgânica e técnica do capital em relação à composição orgânica e técnica total do capital a nível mundial, o que explicita uma situação de subdesenvolvimento impossível de ser resolvida sem a superação das relações capitalistas de produção.	Ruy Mauro Marini (2011); Vânia Bambirra (1983)
<i>Imperialismo</i>	Etapa superior do capitalismo que define as leis gerais de desenvolvimento desigual e combinado a partir da ação imperialista de estruturas capitalistas mais avançadas. Forma de organização da produção marcada pela expansão do capital financeiro e fictício, em que se reconfigura a hierarquização dos Estados nacionais na esfera política, que tem, na intensificação do movimento de capitais, o plano mundial como esfera de atuação. Tem o neoliberalismo como base de sustentação ideológica e político-concreta ²⁸ .	Vladimir Lenin (2012); Ernest Mandel (1982); Marisa Amaral (2012)
<i>Subimperialismo</i>	Processo histórico que demarca centros medianos de acumulação de capital, que conseguiram, a nível internacional, algum avanço mais significativo do complexo industrial na esfera produtiva. Fenômeno que caracteriza o atual padrão de reprodução capitalista dependente, em especial do Brasil, no qual se instaura uma ambiguidade na relação com o imperialismo: seguir com a cooperação antagônica ou romper com ela?	Ruy Mauro Marini (2011, 2013); Adrián Sotelo Valencia (2019)

Fonte: produção própria.

Estas são as categorias que para nós explicitam, para o objetivo do presente trabalho, a abrangência e centralidade do método marxiano na exploração e interpretação dos fenômenos

²⁸ O imperialismo, como tudo o que é historicamente determinado, está em constante movimento. Assim o é, também, com as teses que lhe dão fundamento. Demarcamos estes três autores como referência porque, a nosso ver, apesar de terem pensado períodos históricos específicos, levam em consideração o caráter geral do imperialismo – de desenvolvimento desigual – aspecto essencial para sua compreensão. Lenin pensou o imperialismo em sua fase pós-guerra, nas primeiras duas décadas do século XX; Mandel esteve pensando, também, o capitalismo de pós-guerra em suas décadas subsequentes, suas leis gerais de desenvolvimento desigual e combinado e a situação de dependência engendradas aos países do hemisfério sul; Amaral está pensando propriamente o capitalismo neoliberal, esta etapa mais recente de financeirização e capital fictício e, portanto, os desdobramentos históricos da situação do pós Segunda Guerra Mundial e consequente mundialização do capital – o capital transnacional.

contemporâneos para a leitura de conjunto do mundo do trabalho para a sociologia crítica, *da práxis*, como propôs Moura (1978). Ancorar-se corretamente nestas categorias possibilita-nos compreender não só os reflexos aparentes, mas as estruturas invisíveis que estão “por detrás” de um/a trabalhador/a (super)explorado/a e também nos permite compreender como, ao longo do desenvolvimento histórico, técnico e científico, produziram-se disritmias entre o tempo da natureza e o tempo humano (ou seja, tempo do relógio). Cada vez mais o tempo nos esgota e cada vez mais a atividade laboral perde seu sentido e significado para a vida cotidiana, distanciando a sociabilidade humana da natureza, o que produz, inevitavelmente, um distanciamento cada vez maior da própria condição humana — ontológica²⁹.

3.1 MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO: FACES APARENTES DA ESTRUTURA DE DEPENDÊNCIA

O *ethos* da modernidade (ECHEVERRÍA, 2011) consolida o horizonte civilizatório latino-americano e o projeto político do desenvolvimento se vende como arma ideológica, assumindo diferentes significados em cada momento histórico. A formação social dependente, que se edificou infraestruturadamente a partir da era da modernização dos anos 1930, correspondeu ao período de industrialização dos nascentes Estados nacionais latino-americanos. É preciso reforçar que a questão do desenvolvimento e do desenvolvimentismo não se resumem à economia, senão que perpassa, terminantemente, todas as áreas do conhecimento e da vida (BICHIR, 2017; PRADO, 2020).

Prado sinaliza a necessidade de separar *projeto* de *processo* de desenvolvimento, bem como ter bem fundamentado o desenvolvimentismo enquanto período histórico, que se materializa em projetos políticos que correspondem a um *ideário desenvolvimentista*, sustentado pela própria *ideologia do desenvolvimento*. O perigo de desistoricizar o desenvolvimento (PRADO, 2020) incorre em análises que inevitavelmente naturalizam

as relações de dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. [...] [Os traços fundamentais da chamada *ideologia do desenvolvimento* são:] i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como desenvolver o país?”. Sete hipóteses conformam essa ideia central, todas girando em torno da ideologia do desenvolvimento.

²⁹ “Nem o fato de utilizarmos o termo trabalho em acepções tão distintas, nem o fato de quase todo o trabalho ter hoje a forma de trabalho abstrato, nem ainda a reconfiguração de algumas das relações entre trabalho produtivo e improdutivo no contexto da “reestruturação produtiva”, nada disso cancela as reais distinções entre trabalho e trabalho abstrato: suas funções sociais são e continuam a ser ontologicamente distintas. O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p. 28).

Tratam de sua presença atual, origem, enraizamento, desdobramento, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de superação (PRADO, 2020, p. 32).

Sob a égide do progresso, o desenvolvimentismo se instaurou como horizonte utópico presente em todos os projetos de nação, partidos políticos e frações de classe, que têm, na disputa de projetos políticos, a mesma direção. O período de modernização, enquanto marco de transformação sócio-espacial e de sociabilidade, em total acordo com a lógica de expansão do capital financeiro no século XX, forjou um intenso processo de reestruturação do espaço-tempo a partir da perspectiva de “um urbano ‘moderno’ frente a um rural ‘atrasado’” (TRASPADINI; ANGILELI et al., 2020, s/p).

No status de Nação, o Brasil construía as rodovias, as ferrovias, os portos, como aparato logístico de circulação das mercadorias produzidas no campo, armazenadas nas cidades e consumidas no exterior. Deste movimento de aumento de produção de escala e de redesenho das cidades, é que o êxodo rural se apresenta como forma de ser dessa nova territorialidade do capital (TRASPADINI; ANGILELI et al., 2020, s/p, grifo original).

Na relação entre questão agrária e questão urbana, na ode ao desenvolvimento dependente, o problema da propriedade privada da terra se apresenta como matrizes de produção fundamentadas no extrativismo e no monocultivo (SVAMPA, 2010; BRUCKMANN, 2011; TRASPADINI, 2016). O extrativismo configura uma realidade concreta de vastos territórios que têm suas populações jogadas para fora, em nome da economia do progresso. O desenho do campo, então, forjará historicamente o desenho das cidades e o produto histórico que vivemos hoje é a pobreza extrema dos que, jogados às margens, vivem a faceta mais desigual do sistema capitalista na formação dependente.

Mas o que permanece de substância ante as novas formas que assume a função social da América Latina na divisão internacional do trabalho? Aquilo que foi o centro da produção material da riqueza originária e que compõe a produção de riqueza capitalista: a terra e o trabalho (TRASPADINI, 2016, p. 135).

No nível específico do pensamento econômico brasileiro, o “endogenismo” analítico das teorizações acerca do “como se desenvolver?” seguiram em consonância com os pressupostos políticos e econômicos dominantes da década de 1970. A ofensiva da ditadura empresarial-militar (PRADO, 2020) precisava garantir uma afirmação política e econômica tanto no plano interno, nacional, quanto no plano internacional. No cenário que sustentava esse movimento, como nos diz Prado (2020), se encontrava a crise dos países capitalistas centrais, a partir da crise do petróleo de 1973, como também a expressiva agudização da concorrência intercapitalista entre os grandes centros - Estados Unidos, Europa Ocidental e, particularmente, a Alemanha e o Japão. Estes fatores alteravam as condições em que se estabelecia a política externa da América Latina (PRADO, 2020, p. 161).

As relações estruturais que conformam o capitalismo dependente na América Latina, como conjunto de economias subordinadas ao imperialismo após seu processo colonial, só podem ser

pensadas e definidas de forma estritamente relacionada às tendências mundiais de desenvolvimento (TRASPADINI, 2014). Isso porque a superexploração da força de trabalho é uma especificidade de um mundo que está sob uma alta e complexa divisão internacional do trabalho e que tem, na contribuição crítica e rigorosa da TMD, sua profunda definição político-metodológica.

Uma interpretação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento coerente com o método da economia política marxista [ou, mais precisamente, da *crítica da economia política* - agregado meu] deve, portanto, decorrer dos níveis mais abstratos da teoria formulados por Marx, mas ao mesmo tempo, ser capaz de mediar sua aplicação à realidade concreta através da correta tomada em conta das distintas determinações que afetam o objeto de estudo, e que não decorrem do funcionamento do capital em geral. Para esta perspectiva, tanto absolutizar as determinações específicas da concretude (as especificidades do subdesenvolvimento), quanto as determinações mais abstratas gerais, em nome de uma suposta ortodoxia (ou dogmatismo), sem localizar seu devido grau de abstração e as relações e determinações daí decorrentes, levariam à transformação do que poderia ser considerado como verdades imparciais em mentiras gerais, ou nos termos usados por Marx, mistificação da realidade (BONENTE apud PRADO, 2020, p. 232-233, grifo original).

Nos termos da TMD, a dependência é “síntese de múltiplas determinações. Estas residem no cruzamento de relações causais inscritas nos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais” (LUCE, 2018, p. 197). A particularidade histórica do desenvolvimento capitalista dependente engendrou um mundo do trabalho na América Latina que se define pelo subdesenvolvimento, pela subalimentação e pela subeducação (CASTRO, 1980). Na lógica da exploração, as economias dependentes são ainda mais perversas, uma vez que estão regidas pela lei do valor em condições históricas desiguais.

Terreno da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005), a América Latina da qual o Brasil faz parte, se incorpora nas relações internacionais sob condições severas de que o capital externo e o capital interno juntos oprimam e superexplorem a classe trabalhadora para a extração de valor que os permita existir e perpetuar seu poder de classe (TRASPADINI; ANGILELI et al., 2020, s/p).

A produção das cidades industriais brasileiras é herdeira do problema da terra que antecede a República e, portanto, evidencia o quanto “o esvaziamento histórico do campo [...] hiperdimensionou a força do capital monopolista financeiro e atrofiou, na contemporaneidade [um] sentido de reforma agrária” (TRASPADINI, 2016, p. 136). A categoria superexploração da força de trabalho, desenvolvida e legada por Marini (2011), permite desvendar a tendência da produção capitalista no continente. À sombra da estratégia da dupla transferência de valor nas relações do mercado mundial, o corpo social latino-americano contemporâneo está fundamentado sob as bases da espoliação da terra, da superexploração do trabalho e do êxodo rural. A relação campo e cidade abarca as contradições mais fundamentais dos dilemas estruturais-estruturantes e desigualdades sociais contemporâneas a partir destes fundamentos.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini nos mostra que sua

ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo sui generis”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 219).

Mathias Luce (2018) aponta como, no capitalismo dependente, os desdobramentos históricos da dependência produziram as duas cisões, *cisão do ciclo do capital* e posterior *cisão entre esfera baixa e esfera alta de consumo*³⁰, que engendraram um mercado interno em que as esferas de realização contrapostas se distendem sem nunca se dilacerar completamente. Esta dinâmica “influi sobre o processo de produção e valorização, em uma relação de causa e efeito com a tendência da generalização da mais-valia relativa, que traz repercussões nas relações básicas de distribuição de bens de consumo” (LUCE, 2018, p. 118), seja do ponto de vista quantitativo, seja do ponto de vista qualitativo, características que “comparecem na determinação do valor da força de trabalho”³¹.

No capitalismo dependente, em que as duas esferas são cindidas ou dilaceradas, essa cisão pode ser pensada como a ruptura de anéis ou elos [de uma] mola [...] A cisão provoca o efeito de que a energia propagada pela mola e transmitida de um elo a outro encontra uma interrupção no caminho, encurtando seu movimento. Isto faz com que a modificação da composição-valor não atinja todos os pontos que poderiam ser modificados se prevalecessem outras circunstâncias. Com isso, impõe-se como consequência a não generalização da mais-valia relativa para o conjunto da economia e ramos da produção e a fixação da mais-valia extraordinária no subsetor que produz bens suntuários. Assim, o caráter disruptivo da circulação é acentuado até o limite, inclusive porque atuam contratendências de outra natureza, como é o mecanismo de compensação inscrito na superexploração, em face das transferências de valor (LUCE, 2018, p. 118-119).

A superexploração da força de trabalho, segundo Amaral e Carcanholo (2009), necessita ser entendida como mecanismo estrutural interno utilizado pelos capitais atuantes nas economias dependentes para contrarrestar suas condições subalternas nas relações internacionais. É, ao mesmo tempo, uma particular exploração condicionada desde fora, como transferência de valor, e, desde dentro, como uma intensificação contínua de extração de mais-valia. Esta dupla determinação — intensificação da superexploração e transferência de valor — expõem o que Marini define como

³⁰ “Após o período colonial, [...] o decurso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa [...] desde uma *formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora* para finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista industrial*. Porém, não são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial, e que leva a redefinir constantemente as formas que o capitalismo dependente assume” (BAMBIRRA apud LUCE, 2018, p. 114).

³¹ Ibidem.

cooperação antagonica, ou seja, a debilidade latino-americana se inscreve na totalidade da potência do capital e na contraditória condição de sermos débeis por termos mão de obra potente e recursos naturais e minerais abundantes (MARINI, 2011; TRASPADINI, 2016).

Cabe destacar que as categorias fundantes da Crítica da Economia Política demarcam a compreensão do que é o modo de produção capitalista e a concepção de que sua natureza desigual está fadada sempre a um desequilíbrio contínuo. Como pontua Mandel, devemos sempre ter em mente que “o problema da expansão do capital a novas esferas da produção - técnicas ou geográficas - é determinado, em última análise, por uma diferença de nível de lucro” (MANDEL, 1982, p. 51). Taxa média de lucro, tempo de trabalho socialmente necessário médio, produção e apropriação de mais-valia, transformação do valor em preço, são alguns dos marcos analíticos vitais no pensamento marxiano e marxista contemporâneo.

Enquanto modo de produção particular com ares universais, o capitalismo é um sistema cuja totalidade da produção, do pensamento e da ideação, requer a compreensão da indissociabilidade entre a produção e a circulação de capital. A tendência histórica à queda da taxa de lucro é continuamente contrarrestada por processos econômicos, políticos e culturais de manutenção do velho conteúdo de exploração em novas roupagens ao longo do tempo (MARX, 2008; IASI, 2011).

3.2 POSTULADOS CRÍTICOS DO ESTUDO DO MUNDO DO TRABALHO LATINO-AMERICANO

Tendo em vista os elementos desenvolvidos até aqui, parece-nos fundamental a centralidade que cobra ainda hoje, na vida cotidiana de parte expressiva da população mundial em geral e latino-americana em particular, a sobrevivência assentada na venda da força de trabalho, seja ele remunerado na forma de salário ou outros mecanismos próprios da precarização do nosso tempo³². A total mercantilização da vida naturaliza, na história recente, um conflito que não é natural. No polêmico debate sobre o fim da centralidade do trabalho³³, o que constatamos pelos estudos críticos

³² Como parte do estudo interdisciplinar que bebe de diferentes fontes históricas – dentre elas, a arte muralista, as fotografias, os filmes e a própria história oral –, indicamos os seguintes filmes que, estudados de forma dirigida na ação de extensão “CINEMARX” pelo OBEPAL, se mostraram como mediações para o estudo da história do trabalho, bem como para a construção desta pesquisa. São estes: 1) “Da servidão moderna”, 2009, dirigido por Jean-François Brient; 2) “Dedo na ferida”, 2017, dirigido por Silvio Tendler; 3) “O Show de Truman: o show da vida”, 1998, dirigido por Peter Weir; 4) “Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil”, 2016, dirigido por Belisario Franca; 5) “Estou me guardando para quando o carnaval chegar”, 2019, dirigido por Marcelo Gomes; 6) “Eu, Daniel Blake”, 2016, dirigido por Ken Loach.

³³ Vertente teórica que apregoa a ideia do fim do trabalho (sic) na afirmação de que o capital não mais depende desta mercadoria para manter-se reproduzindo. Entre os autores que defendem esta tese estão os estudiosos do trabalho imaterial como André Gorz, Antonio Negri, Mauricio Lazzarato e Michael Hardt. Sergio Lessa afirma que já não é novidade teorias que tentam tornar “mais palatáveis” a crise estrutural do capital, beirando a um otimismo sombrio. Em suas palavras: “Tais interpretações otimistas, além de equivocadas, fazem, ao fim e ao cabo, um elogio da crise. Isto é, justificam-na como a passagem dolorosa, porém indispensável, à prosperidade econômica. A crise seria, por isso, fundamentalmente positiva, pois indispensável à remoção dos entulhos ao pleno desenvolvimento” (LESSA, 2002, p. 154). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comen15lessa.pdf>. Acesso: 26 ago 2020.

mais recentes das ciências humanas é que as amplas dimensões acerca do significado da reestruturação produtiva, no limiar do desenvolvimento de uma nova esfera de existência social, relacionaram à diminuição da presença do emprego uma espécie de elo social decisivo da vida cotidiana dos indivíduos, com a negação política dos/as trabalhadores/as enquanto classe (LESSA, 2002; ANTUNES, 2005), como se

1. a fragmentação dos processos de trabalho e a conseqüente heterogeneização interna dos trabalhadores;
2. o velamento daí decorrente das fronteiras tradicionais, mais nítidas, entre a classe média e a classe operária fabril;
3. aliados à nova realidade na qual o <desemprego> é uma situação social tão frequente quanto o emprego [...] fossem *provas cabais* da falência da concepção da classe operária enquanto <sujeito> do atual período histórico (LESSA, 2002, p. 156, grifo original).

Antunes (2005) refuta a tese dos críticos da sociedade do trabalho, apontando o erro destes teóricos que, sob argumentos eurocêntricos ao analisar o complexo tema da pobreza na sua relação com o trabalho, não tomam em conta que dois terços da parcela da humanidade que trabalha se encontram no sul global. A não compreensão da definição de Marx (2013) sobre o trabalho abstrato — entendimento profundamente atrelado à teoria do fetichismo da mercadoria e à questão da reificação, muito bem esmiuçadas por Kohan (2003) e Mészáros (2006, 2012) —, incorre em análises equivocadas sobre a própria definição do que é o trabalho concreto útil, *atividade laboral inerente ao humano*, no processo histórico da humanidade na luta de classes. É fundamental que se diferencie o *emprego* na sociedade capitalista contemporânea — trabalho abstrato, trabalho “livre” assalariado —, do trabalho ontológico — ato ontocriativo, teleológico; essência do ser social. A forma-conteúdo que assume o trabalho em cada fase histórica não anula o que de fato é o trabalho.

Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é precisa a síntese de André Tosel: [...] é a própria “centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo” que, uma vez (des)sociabilizados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, “procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de sociabilização nas esferas isoladas do não-trabalho” (atividade de formação, de benevolência e de serviços) do chamado Terceiro Setor etc.

A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT (ANTUNES, 2005, p. 27-28).

Para a análise que coloca a dimensão da relação capital-trabalho como contradição inerente ao modo de produção capitalista e, portanto, mediação de primeira ordem, é central que se pontue as trampas da polissemia do termo trabalho. No senso comum da vida política cotidiana, trabalho é entendido como emprego, martírio, tipo de esforço que gera recompensas, tipo de atividade remunerada que pode garantir a existência, mas que, na maioria das vezes, é desgastante demais e

insuficiente. No limite, o trabalho também está ligado à dignificação da vida³⁴. À primeira vista, nos dias de hoje, raramente associa-se trabalho ao desejo ou a algo prazeroso; poucas são as vezes em que o trabalho está de fato ligado à "realização pessoal" em sua completude. Sobretudo, trabalho tem a ver com o roubo do tempo livre. Rouba-se o tempo que gostaríamos de dedicar a diversas outras atividades, obrigações ou mesmo o ócio, todas igualmente necessárias para a boa fruição, desenvolvimento de capacidades cognitivas e boa coexistência em sociedade.

Usando dos aportes da socióloga do trabalho Luci Praun (2016), sobre a sociabilidade contemporânea (neoliberal) dos/as trabalhadores/as no contexto permanente de degradação do trabalho³⁵, constatamos que a intensificação das jornadas de trabalho no regime de acumulação flexível passa por flexibilizar, principalmente, a compra de capital variável (força de trabalho), condicionando as vagas de trabalho cada vez mais incertas e precarizadas à formação profissional e educacional que os/as trabalhadores/as majoritariamente não conseguem acessar. Essa racionalidade vem se sustentando sob o corolário neoliberal da pré-disposição para ser "criativo/a, polivalente e colaborador/a" na relação direta com os empregadores e suas empresas - característica que vem determinando, desde os anos 1990, a sociabilidade capitalista em seu processo de metamorfose do mundo do trabalho (ANTUNES, 2005; PRAUN, 2016).

A partir dos anos 1970, se estabelece um quadro de reorganização mundial do capital que emerge de um longo período de crescimento econômico desde as transformações geradas pela

³⁴ Sob uma racionalidade moralizante, as instituições imputam a introdução e reintrodução sistemática dos/as sujeitos/as *outsiders* à sociedade do trabalho, seja obrigando-os/as a não reconherem-se como pessoas normais frente à miséria vivida, seja persuadindo-os/as à busca de emprego com estímulos que regulam a disciplina para o trabalho (o que Foucault chamou de constituição dos *corpos dóceis*). Maria Stella Martins Bresciani (1990), na sua obra *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, escrito em 1982, escrevendo sobre o fenômeno da *multidão* no século XIX a partir da observação londrina em seu movimento ininterrupto e contraditório, reconstrói a Londres da metade do século e os recém perigos emergidos na vida urbana, frente à deterioração das condições de vida nos bairros pobres. Apresenta alguns dos processos históricos constituintes da classe trabalhadora na Inglaterra àquele tempo, baseada na produção literária da época e com aporte teórico-metodológico em Thompson e Engels, esmiuçou boa parte das contradições que engendraram o slogan "não à caridade, sim ao trabalho", que veio a normalizar as *Workhouses* como estrutura de contenção do desemprego e pessoas em situação de miséria, que igualou sem escrúpulos *homem trabalhador, pobre e criminoso*, instaurando aí uma nova lógica do que são hoje, por exemplo, o encarceramento massivo da população pobre e, sobretudo, preta.

³⁵ Praun tem contribuições de grande relevância no campo de estudo da saúde do/a trabalhador/a, investigando os aspectos mais profundos da precarização do trabalho no que tange ao adoecimento em funções laborais, sobretudo em setores industriais. Sua tese investiga a tendência do adoecimento psíquico e físico a partir da reorganização do trabalho e da produção nos pressupostos do toyotismo no Brasil, que data da década de 1990. Já Guanais (2016), na mesma linha, oferece contribuições essenciais sobre o adoecimento e morte precoce dos/as trabalhadores/as do campo, que inseridos/as na realidade do trabalho manual – braçal - na agroindústria canavieira, sobrevivem com a cruel dinâmica do salário por peça – pagamento por produção - e todos os infortúnios que geram este tipo de remuneração para trabalhadores/as rurais. A autora comprova a vigência da categoria superexploração ao desvelar as conexões indesejáveis entre pagamento por produção, intensificação do trabalho e a impossibilidade dos/as trabalhadores/as rurais poderem ter controle do processo de trabalho e de seus salários. A principal característica deste tipo de relação de trabalho, como aponta a tese de Guanais, é a morte precoce do/a trabalhador/a e a redução da expectativa de vida para as pessoas do campo. Ambas as autoras são fundamentais para a continuidade dos estudos sobre a complexidade que guarda a superexploração da força de trabalho em nosso tempo.

industrialização de países estratégicos do sul global. Isto proporcionou, na sequência contraditória dos fatos, uma nova divisão internacional do trabalho, fundamentada na descentralização produtiva, em que se gestou uma nova forma de produção e acumulação de capital³⁶: o padrão de acumulação flexível.

O primeiro alarme que indicou que mais um ciclo de crescimento da economia mundial havia chegado ao fim soou quando a estagnação passou a alavancar o desemprego, interrompendo cerca de duas décadas de produtividade e consumo altos. [...] Harvey destaca que as mudanças vivenciadas desde então, ancoradas no ideário neoliberal, traduziram-se, em diferentes países, em práticas nem sempre análogas, mas alinhavadas em sua essência pelo imperativo do “reestabelecimento das condições de acumulação de capital”, já não propiciadas pelo padrão taylorista-fordista ao final dos anos 1960 (PRAUN, 2016, p. 150).

Os anos 1970 representaram um divisor de águas. A transformação da base produtiva se impôs e trouxe consigo uma exacerbação da dinâmica de financeirização. Trata-se de um novo estágio de complexificação a nível global, que encerra processos interligados e que conformaram metamorfoses fundamentais no mundo do trabalho (ANTUNES, 2005; AMARAL, 2012). Na chegada aos anos 2000, o caldo histórico do capitalismo em sua fase imperialista monopolista contava com uma economia internacional configurada sob a égide estadunidense; com repercussões globais da era Thatcher e da política externa de Ronald Reagan; com o fim do bloco soviético; com a transição da China para o livre mercado; e, finalmente, com o início da era toyotista, demarcando um salto qualitativo e quantitativo no padrão de disputa concorrencial no livre mercado³⁷.

Valencia (2019) apresenta as contribuições da TMD na compreensão do processo histórico do capitalismo imperialista na agudização da dependência, e nos apresenta uma diferenciação em quatro etapas com base nos quatro grandes padrões de acumulação no capitalismo dependente. Esta construção analítica é possível graças às particularidades da nossa condição estrutural. As quatro etapas são: a) a dependência colonial – diferenciação feita por Marini entre dominação colonial e dependência, b) a dependência primário-exportadora e financeira, c) a dependência industrial e, finalmente, d) a dependência neoliberal sob o domínio do capital fictício e da revolução técnico científica (VALENCIA, 2019). No que concerne à especificidade brasileira, a

³⁶ “A economia internacional passa atualmente [1992] por uma transformação que resulta, no essencial, no notável avanço da microeletrônica, da aplicação da informática ao processo de produção, do desenvolvimento da indústria aero-espacial e das telecomunicações, da fabricação de novos materiais e das inovações que se estão verificando no campo da biotecnologia. Não participar dessa transformação é aumentar o subdesenvolvimento, ampliando a brecha que nos separa das condições em que produzem e vivem os povos do mundo desenvolvido. Mas, para ser parte dela, a América Latina necessita contar com capitais, capacidade para importar novas tecnologias, escalas de mercado e mão-de-obra qualificada” (MARINI, 1992, p. 215).

³⁷ Marini decifra uma dinâmica de funcionamento próprio do capitalismo dependente em um nível muito elevado, que contribui com a complementação das teses clássicas do imperialismo. O raciocínio central é: sendo o imperialismo uma fase do capitalismo e, sendo o capitalismo dependente também uma fase do imperialismo, então a dependência passa por uma nova fase, com novas características (AMARAL, 2012). No interior da TMD, o atual debate sobre o imperialismo passa por reforçar a importância da historicidade destas teses para pensar o capitalismo contemporâneo, posto que já se impõe uma nova dinâmica geral, e a novidade da financeirização reforça a necessidade de seguir com a tarefa política da caracterização do que é e como se organiza o imperialismo (AMARAL, 2012).

quarta etapa alude ao início do que Marini conceituou como subimperialismo, um fenômeno vigente no Brasil desde o período da ditadura empresarial-militar e que caracteriza o atual padrão de reprodução capitalista dependente, que veio se sustentando “na produção-exportação de matérias primas [...] e com uma forte dependência da China” (VALENCIA, 2019, p. 112). Ainda no nível da análise da dinâmica internacional, Marini aponta que

[...] A força do fenômeno a que o conceito de subimperialismo alude levou a que as Nações Unidas, privilegiando sua dimensão estritamente econômica, acunhassem e difundissem, através de seus órgãos técnicos, o conceito de *novos países industrializados*, cujo uso se generalizou na segunda metade dos 1970; nessa mesma linha, alguns autores marxistas trabalharam o tema, **tendendo a suprimir as diferenças qualitativas entre imperialismo e subimperialismo** [...] Na teoria da política internacional, o fenômeno conferiu importância ao conceito de potência média, que foi por alguns autores contraposto ao de subimperialismo e que se incorporou inclusive ao vocabulário oficial de certos estados, notavelmente o México e o Brasil (MARINI apud VALENCIA, 2019, p. 112-113, grifo nosso).

Concomitante a este processo, se construía no mundo do trabalho no plano mundial uma nova forma de envolvimento do/a trabalhador/a, a partir da racionalização imposta pelo toyotismo (ANTUNES; ALVES, 2004). No nível da análise das relações sociais e da nova sociabilidade do capitalismo manipulatório, que ia se inserindo na subjetividade social, consolida-se o que Antunes e Alves (2004) chamam de *captura integral da subjetividade operária*. Esse processo não é novo, mas assume novos contornos, mais profundos, e está intrinsecamente ligado ao processo histórico de subsunção real e formal do trabalho ao capital. “Só que é sob o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento *real* e não apenas *formal*” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 346, grifo original). Os autores explicam isto da seguinte maneira:

Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a re-transferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do *chão* da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. [...] Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual do trabalho* é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam mais *inteligentes*. Como a máquina não pode *suprimir* o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Surge, portanto, o envolvimento *iterativo* que aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada.

Na verdade, com a *aparência* de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microcósmico, dado pela fábrica toyotista, ainda mais *profunda* e *interiorizada* a condição do estranhamento presente na subjetividade operária e dissemina novas objetivações fetichizadas que se impõem à classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 346-347 grifos originais).

Neste sentido, a nova morfologia do mundo do trabalho define o desemprego estrutural como consequência histórica do que se constituiu como uma “monumental sociedade dos

descartáveis, uma vez que a reestruturação e a produtividade [...] acarreta a crescente redução do trabalho vivo e sua substituição pelo trabalho morto” (ANTUNES, 2005, p. 15), uma consequência que se dá pela destruição e eliminação dos postos de trabalho. Antunes (2005) afirma que a sociabilidade do mundo do desemprego traz novas complexidades que decorrem desta nova divisão internacional do trabalho na era do capital mundializado.

O século XXI desperta sob a naturalização de trabalhar sem limites e no esgotamento físico e psíquico sem precedentes na história da humanidade. As transformações ocorridas nas formas de produção e apropriação de excedente nas últimas décadas transformam, no mundo do trabalho, a sociabilidade dos/as trabalhadores/as em um peso/fardo ainda maior, tamanha a intensificação do roubo do tempo (CRARY, 2014; KEHL, 2009; TRASPADINI, 2016). Nosso tempo histórico marca uma profunda regressão social no que, ao longo da história mundial recente, se concebe como marco civilizatório, pautado pela razão e objetivação da vida: a constatação, não sem dúvidas, de uma pseudo vitória da modernidade, sobre um comparativo questionável que entende o barroco como atrasado (ECHEVERRÍA; 1989). Isto ocorre tanto no plano econômico, político e cultural, como no plano da produção científica, epistêmica e educacional (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016).

3.3 O VILIPÊNDIO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: ONDE NÓS ESTAMOS?

Abrindo este tópico, retomamos que o campo e a cidade compõem a síntese das múltiplas determinações ligadas ao âmbito da (re)produção da vida. Neste sentido, a era dos monopólios, dos mecanismos de crédito e da desregulamentação do mercado de trabalho constitui a receita ideal para que se passe do desemprego declarado para o desemprego oculto. Este redesenho garante, de forma contraditória, a inserção no mercado de consumo através da cooptação via dívida (ANTUNES, 2018; TOUSSAINT, 2004), mas não garante, por exemplo, o acesso à moradia digna e o acesso à terra (ANGILELI, 2012; TRASPADINI, 2016). O neoliberalismo consegue reinventar, na aparência do fenômeno, as justificativas para a contínua reprodução da pobreza e normalização da fome no mundo. A fome, enquanto resultado histórico do modo de produção capitalista, é também uma mediação que contribui para a análise não só das desigualdades sociais em si, mas dos processos políticos e culturais como um todo. Josué de Castro (1980) a coloca como fenômeno estrutural — logo, como face oposta inerente ao desenvolvimento — e, como tal, a fome forja outros processos próprios.

O neoliberalismo, em particular, e o capitalismo, em geral, só atenuam a pobreza “normal” e extrema por questões meramente políticas; de nenhum modo a erradicam porque precisam dela em certo nível de existência para controlar e gerir os processos de desemprego e a acumulação de capital, como bem demonstrou Marx no capítulo XXIII do primeiro volume de *O capital* (VALENCIA, 2019, p. 122).

Mas quem passa fome na América Latina? Quem passa fome no Brasil? Quanto mais o capitalismo avança, mais delicado e difícil é conseguir apreender os mecanismos de dominação do sistema. A exploração é o mecanismo central que permite esse modo de produção manter-se no tempo. O ocultamento do real funcionamento sobre como o valor é socialmente produzido e privadamente apropriado cria irracionalidades ideológicas que, na aparência, solucionam (ou pretendem solucionar) os ditos “problemas sociais”, mas que, na essência, retroalimentam o sistema em voga.

O informe sobre as tendências do mundo laboral para 2019, da OIT, já apontava um forte aumento dos trabalhos por conta própria, empreendidos por falta de oportunidades de emprego no setor formal: 34% da população mundial em idade para trabalhar trabalham por conta própria, e 85% dos trabalhadores por conta própria operam na economia informal (OIT, 2019, p. 7). A nota técnica do Panorama Laboral en tiempos de la COVID-19 para a América Latina e Caribe, de junho de 2020, aponta um recorde histórico de desemprego na região: 41 milhões de pessoas (OIT, 2020, p. 13).

Para o Brasil, a interrupção dos fluxos de renda no contexto de isolamento social reforça as contradições estruturais entre mulheres e homens, negros/as e brancos/as. A nota de maio de 2020, do Subgrupo Empregos e Salários do Grupo de Conjuntura do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, apresenta a face desigual do mercado de trabalho brasileiro:

As assimetrias do mercado de trabalho brasileiro se evidenciam nos rendimentos médios, nas taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, bem como no grau de formalização das relações trabalhistas. Por qualquer indicador que se investigue, mulheres e negros estão mais sujeitos à condição de precariedade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no último trimestre de 2019, a taxa de desemprego foi de 11%. As dificuldades em alcançar uma nova ocupação, no entanto, não se distribuem simetricamente entre homens e mulheres, brancos e negros. [...] Com base nos números da subutilização da força de trabalho, as mulheres negras aparecem, mais uma vez, como o grupo mais vulnerável (33,2%, no último trimestre de 2019). Isso significa que o contingente de desocupados, subocupados e de força de trabalho potencial é maior, em termos proporcionais, entre as mulheres negras. Considerando os dados do último trimestre de 2019 com recorte de sexo, são cerca de 6,2 milhões de mulheres desocupadas, 3,6 subocupadas e 4,5 milhões de trabalhadoras na força de trabalho potencial. Em todos estes casos, o contingente de mulheres ultrapassa, em termos absolutos, o de homens. No corte por raça/cor, trata-se de 7,5 milhões de negros desocupados, 4,5 milhões subocupados e 5,5 milhões na força de trabalho potencial. Em todos os casos, o contingente de negros ultrapassa, em termos absolutos, o de brancos (COLOMBI *et al.*, 2020, s/p).

Em 2018, o IBGE publicou a “Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, no qual revela a piora das condições de vida da população brasileira nos anos mais recentes, diante do aumento da pobreza e da agudização das desigualdades. De 2016 para 2017, houve um crescimento da pobreza segundo os três critérios de “linha da pobreza” utilizados pelo IBGE para identificar as pessoas pobres (DIEESE, 2019). Na linha de pobreza mais elevada, com cerca de R\$406,00 como rendimento mensal domiciliar *per capita*, a proporção de

pessoas em situação de pobreza passou de 25,7%, em 2016, para 26,5% da população brasileira em 2017 (IBGE apud DIEESE, 2019).

De acordo com esta publicação, no que tange ao foco na distribuição de renda e na participação dos mais pobres, os dados do Gráfico 1³⁸ indicam que, até 2015, aumentou em 40% a participação dos mais pobres e em 50% a dos intermediários na distribuição de rendimentos de todas as fontes e diminuiu a participação dos 10% mais ricos (DIEESE, 2019). O vilipêndio do mundo do trabalho está inserido no processo recente de aumento da pobreza e da desigualdade, que associa-se sempre a uma série de fatores: a crise econômica (com diminuição do Produto Interno Bruto) em 2015 e 2016 — à época do golpe institucional contra a então presidenta Dilma Rousseff (PT), reeleita democraticamente —, e o baixo crescimento em 2014 e 2017 — o mesmo previsto para 2018 (DIEESE, 2019; IBGE 2018); a elevação substantiva do desemprego e da precarização dos postos de trabalho e possibilidades de ocupação; o arrefecimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; além da perda do dinamismo na valorização do salário mínimo. Estes são fatores que certamente explicam o movimento atual de agudização da pobreza e, conseqüentemente, dos índices de quem passa fome no país. De acordo com a Nota Técnica nº 205 do DIEESE, de abril de 2019, entendemos que

No Brasil, o salário mínimo tem largo alcance sobre os rendimentos e as remunerações. Além de estabelecer o limite legal inferior de remuneração do trabalho, em especial dos empregados assalariados, o salário mínimo serve de referência para a remuneração de trabalhadores autônomos e também constitui o piso dos benefícios da Seguridade Social [...] Por esse motivo, a elevação real do valor do salário mínimo tem grande efeito sobre a população do país, favorecendo o aumento do consumo. A possibilidade de não renovação da política de valorização do salário mínimo depois do reajuste de janeiro de 2019 coloca, portanto, uma questão relevante sobre esse mecanismo de estímulo ao desenvolvimento, fortalecimento do mercado consumidor interno e de combate à pobreza e à desigualdade (DIEESE, 2019, p. 3).

Outro estudo do IBGE³⁹ indica que cresce em três milhões o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave — um dado que não considera, por exemplo, pessoas que não têm moradia fixa, o que nos sugere, certamente, um número ainda maior. Dos que não “passam fome”, a pesquisa também mostra que o Brasil tem um índice grave de pessoas que não se alimentam de forma regular e nutritiva. O estudo da FAO "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no

³⁸ Ver: Capítulo 1 - Estrutura econômica e mercado de trabalho, item “Estrutura econômica: estrutura produtiva”, da publicação mencionada (IBGE, 2018, s/p).

³⁹ Ver: IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>>. Acesso: 29 set 2020. Ver também: “10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave”, por Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <encurtador.com.br/bnyQV>. Acesso: 8 dez 2020.

Mundo 2020" — o mais completo neste tema —, aponta que a revisão feita dos estudos anteriores, confirma o que já se vinha apontando: a fome tem aumentado em todo o mundo, lentamente, a partir de 2014⁴⁰. São 42,5 milhões de pessoas passando fome na América Latina, pelo menos. Em 2020 isso assume tons mais graves. Sem dúvida, os grupos mais vulneráveis sentem de forma mais forte os impactos do contexto de pandemia.

A pesquisa do DIEESE referente ao início do segundo semestre de 2020, tomando em conta os preços de mercado para agosto, revela que o custo da cesta básica tem aumentado consideravelmente, mês a mês, em mais da metade das capitais. A cesta mais cara em agosto foi a de São Paulo, R\$ 539,95. Vamos ao relatório:

- Com base na cesta de agosto, o salário mínimo estimado deveria valer 4,34 vezes mais do que o vigente, ou seja, R\$ 4.536,12;
- O tempo médio necessário para conseguir acessar os produtos desta cesta, em agosto, foi de 99 horas e 24 minutos;
- Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (alterado para 7,5% a partir de março de 2020, com a Reforma da Previdência), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em agosto, na média, 48,85% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em julho, o percentual foi de 48,26%⁴¹.

Os dados apresentados acima expõem a dura realidade brasileira na qual uma abundante parcela da população não consegue garantir, ou garante de forma insuficiente, sua alimentação, fazendo coro à problemática posta por Josué de Castro (1980). Eles, contudo, ainda não explicitam as particularidades internas à classe trabalhadora e as especificidades dela. A questão que se levanta no decorrer dessa discussão é: dado esses números gerais do IBGE, como podemos pensar a questão da fome e de salários que não bastam para dar conta dessa demanda (e outras), quando analisadas a partir um espectro que amarre a opressão racial à exploração de classe? O que propomos a seguir, então, é trazer esse debate geral, aliando-o ao debate necessário e urgente sobre o racismo no Brasil.

O estudo da realidade latino-americana na sua expressão brasileira, a partir de um horizonte emancipatório, demanda a centralidade de três categorias⁴² — ou como propõe Sabino de

⁴⁰ Ver: “FAO publica relatório: O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, por Revista TecnoAlimentar. Disponível em: <<https://bit.ly/33gPIZO>>. Acesso: 29 set 2010. Para acessar diretamente o relatório: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>>. Acesso: 05 dez 2020.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202008cestabasica.pdf>>. Acesso em 30 setembro 2020.

⁴² No âmbito deste trabalho, pensando uma escala de determinações, das categorias mais essenciais (simples) para as mais

Souza (2019), da relação categorial — entre terra, trabalho e racismo, as três bastante marginalizadas ainda na produção teórica das ciências sociais no Brasil, segundo a autora. No que tange à especificidade da formação social dependente brasileira — fundada no passado-presente do escravismo colonial — e o caráter ético-político da reprodução das desigualdades sociais que vivenciamos no país, explicar corretamente a relação exploração-opressão através do racismo se coloca como tarefa histórica para nossa geração (SABINO DE SOUZA, 2019).

O racismo é a herança da escravidão colonial, nascida dos mesmos processos que possibilitaram a existência da sociedade burguesa e de cujos espólios esta jamais poderá se livrar sem sucumbir-se, e portanto os mantém e os reproduz, pois deles se alimenta. A exploração e a opressão que se tenta mistificar pelo racismo, bem como pela dominação patriarcal, são os eixos estruturantes do capitalismo. A luta de classes moderna é, necessariamente, um complexo que comporta a dialética da exploração da força de trabalho e das opressões de sexo e raça. É nesse sentido que tomamos o **racismo** como categoria analítica fundamental (SABINO DE SOUZA, 2019, p. 54).

Reforçando Aimé Césaire, Sabino de Souza pontua que o racismo não é um fenômeno exclusivo das sociedades latino-americanas, mas que está “entranhado nas relações contraditórias da sociedade moderna” (2019, p. 54), sendo o próprio fruto do processo que a ela deu base. No mesmo sentido, Almeida (2019) e Sabino de Souza (2019) reforçam a necessidade de se usar de forma rigorosa o termo racismo, posto que nele se imbricam importantes categorias — dentre elas a de racismo estrutural — que guardam em si explicações próprias de fenômenos distintos.

Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. [...] Classificamos em três [estas] concepções: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia. [...] A fim de que conceitos tenham alguma relevância científica e, conseqüentemente, possam servir como meios para que aspectos importantes da realidade concreta possam ser desvendados, é necessário que sejam tratados com o devido rigor. Nesse sentido, deve-se considerar que na sociologia os conceitos de *instituição* e *estrutura* são centrais e descrevem diferentes fenômenos sociológicos. Assim, *os adjetivos institucional e estrutural não são meramente alegóricos, mas representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos* (ALMEIDA, 2019, p. 25, grifo original).

Sabemos, portanto, que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social vigente, ainda que sejam ideológica e politicamente contrárias, na aparência, ao sistema dominante (ALMEIDA, 2019). Desta forma, é necessário que se diga que por parte das instituições se consolidou um *modus operandi* condicionado pelo racismo, o que lhes imputa certas limitações de atuação frente a estrutura social à qual pertence. Por mais óbvio que isto seja, é válido pontuar que, ainda que haja limites, cada instituição se constitui “por inúmeros conflitos —

concretas (complexas), ou seja, indo do mais amplo para o mais específico (MARX, 2008), a relação categorial que se apresenta como nosso ponto de partida e de chegada no estudo proposto é a relação dialética entre terra-trabalho-racismo, que se articulam, conseqüentemente, com as categorias suleadoras apresentadas no início deste capítulo.

de classe, raciais, sexuais etc. —, o que significa que as instituições **também podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito**” (ALMEIDA, 2019, p. 32, grifo nosso).

A única forma de uma instituição combater o racismo estrutural, nas palavras de Almeida, é “por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas”⁴³. A respeito deste desafio internacional, eminentemente atrelado às disputas na vida política coletiva travadas pela classe trabalhadora, Mirla Cisne diz o seguinte:

Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva. Trata-se de analisar, por exemplo, que as discriminações de sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas ‘elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária’ (Souza-Lobo, 2011, p. 79). Isso nos leva ao alerta de ‘evitar a armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas <específicas>, como se existissem relações de trabalho neutras’ (Idem, p. 163-164) (CISNE, 2018, p. 224).

No que tange à Sociologia do Trabalho, ao Direito Trabalhista, à Economia do Trabalho e ao Serviço Social, áreas que se debruçam diretamente sobre o estudo e as construções teóricas que subsidiam e direcionam as políticas públicas a partir de assessorias e direcionamentos da OIT, Anita Kon (2016) afirma que é consenso internacional a compreensão de que

[...] a discriminação no contexto laboral é um fenômeno cotidiano e universal e é entendimento da Organização que o enfoque da discriminação no emprego e na ocupação inclui uma série de ideias e estereótipos diferenciados no tratamento das pessoas por razão de sua raça, cor, sexo, idade, condições de saúde de classe social [sic], entre outros, independentemente de quais sejam suas aptidões, capacidades ou dos requisitos do trabalho que devem desempenhar. Essas ideias e estereótipos obedecem em grande parte a condicionantes históricos, econômicos e sociais, a regimes políticos e ao contexto cultural global de cada país e, portanto, podem apresentar especificidades regionais diversas, dependendo dos valores prevalentes em uma sociedade em determinada época. [...] Essa discriminação no trabalho se produz em diversas situações e formas laborais e em todos os setores da economia, quer se trate de trabalho formal ou informal (KON, 2016, p. 186-187).

Ainda que o papel institucional da OIT ofereça suportes técnicos e um arcabouço fundamental de conhecimentos especializados sobre as questões do mundo do trabalho — que hoje acumulam cerca de 90 anos de estudos —, o peso das desigualdades estruturais de raça, sexo e etnia define, na política, um abismo entre o que já se avançou na produção teórico-científica para o combate da pobreza, da discriminação no âmbito laboral e educacional e das desigualdades salariais entre as frações de classe e entre os gêneros, e o que de fato se conseguiu construir e consolidar política e institucionalmente na esfera do Estado nacional. É por isso que neste trabalho fazemos a denúncia desde o lugar da radicalidade, para poder resgatar um sentido de revanche histórica que anuncia, desde o popular, um *poder ir além* do pessimismo que inevitavelmente causa o imperativo das contradições da vida cotidiana. É preciso compreender a relação entre a história da sociedade e a

⁴³Ibidem, p. 32.

nossa história, para perguntar corretamente e agir de forma politicamente intencionada.

Marini (1992, 2011) aludia ao imprescindível esforço nacional que precisavam empenhar as classes políticas latino-americanas para uma integração regional autenticamente forte, fundamentada no espírito genuíno de Bolívar⁴⁴, para uma reunião de forças dos países subdesenvolvidos com vistas a auferir uma pressão concreta no contexto de economia mundial contemporânea que se impõe violentamente — uma vez que os projetos estritamente nacionais pareciam (e parece) já não ter nem aceitação nem força política. “A verdadeira integração econômica só será possível com a delegação de atribuições estatais a órgãos supranacionais, em maior ou menor grau, desde a política tarifária, monetária e fiscal, até as que se referem às questões laborais, educacionais e culturais” (MARINI, 1992, p. 216).

A condição de dependência obriga as economias latino-americanas a seguirem um caminho inverso ao das economias centrais, por força de nossa dívida externa, que tem suas raízes históricas nas condicionantes estruturais de matrizes econômica, política, cultural e ético-moral (MARINI, 1992). A justaposição de diferentes facetas tem o potencial de revelar os contrastes que se multiplicam nas vidas latino-americanas. Existe uma contradição irreconciliável no capitalismo dependente: *o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas*, o que produz um antagonismo, anualmente comprovado por dados da CEPAL, IPEA, IBGE e DIEESE, por exemplo, que demonstram a persistência de índices mundiais de desigualdade, ainda que se tenha alcançado um grau intermediário de acumulação de capital na escala internacional dos aparatos produtivos nacionais — como é o caso do Brasil subimperialista (LUCÉ, 2018, p. 85).

Em 1999, diante do grave quadro de desemprego mundial, sobretudo na área subdesenvolvida do planeta, a OIT introduziu na agenda internacional o conceito de Trabalho Decente (*Decent Work*). No relatório da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) daquele ano, foram estabelecidas as metas para a promoção de oportunidades de trabalho produtivo e decente para o século que se iniciaria, como meio de identificar as prioridades da organização no que se referia à agenda social (KON, 2016, p. 185). No relatório da CIT 1999 consta: “O principal objetivo da OIT hoje é promover oportunidades para que mulheres e homens obtenham trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e direitos humanos” (ILO, 1999, p. 3 apud KON, 2016, p. 185, tradução nossa).

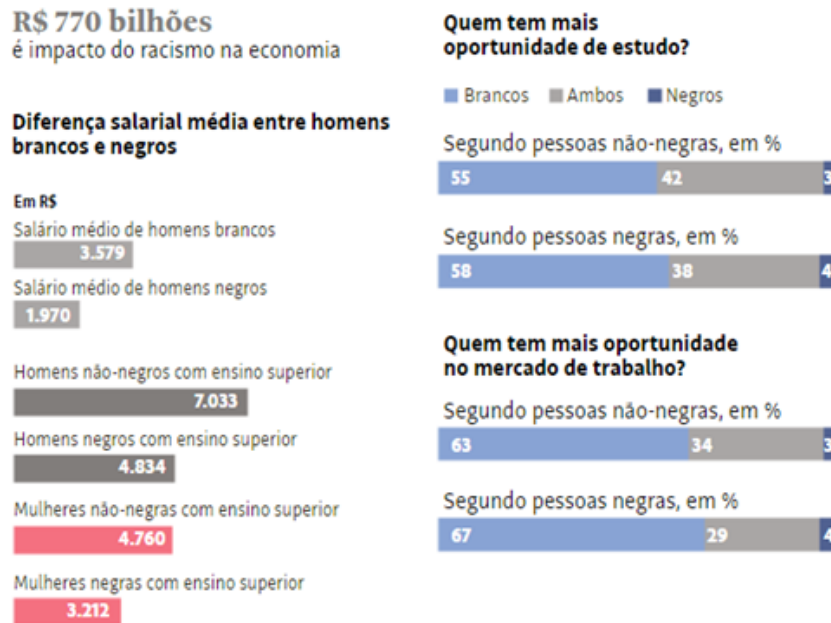
⁴⁴ Expresso na figura de Simon Bolívar (1783-1830), El Libertador, que com uma determinação radical pioneira, inaugurou o sentimento de *Patria Libre*, pela integração e emancipação dos povos da América em um sentido de identidade comum. Em suas palavras esteve sempre manifesto este incessante sentimento: “Para nosotros la patria es América, nosotros somos un pequeño género humano”. Ver: “Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical”, por István Mészáros. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espirito-da-determinacao-radical/>>. Acesso: 02 dez 2020.

O conceito de trabalho decente busca sintetizar o ideário da OIT de promover oportunidades de trabalho em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, e é considerado a *condição fundamental* para a superação da pobreza e das desigualdades sociais. Este conceito fundamenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definido pelas Nações Unidas (ONU), quais sejam: I) o respeito aos direitos do trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e infantil); II) a promoção do emprego produtivo e de qualidade; III) a ampliação da proteção social; IV) o fortalecimento do diálogo social (ILO, s/d, s/p).

O caráter estrutural do racismo advém de séculos de divisão racial do trabalho na escravidão e depois dela. Dizer que ele é vetor central das desigualdades não significa dizer que elas não têm outros componentes (ALMEIDA, 2019; SABINO DE SOUZA, 2019; MOURA, 2020). O legado do racismo é uma parte do problema, a assimilação contemporânea dele é outra. Para Gregório Grisa (2015), que investiga a relação entre racismo e educação, a desigualdade entre brancos/as e negros/as na sociedade brasileira, de caráter estrutural e sistêmico, é inquestionável e persiste com a fragilidade das políticas públicas para o seu enfrentamento.

Selecionamos abaixo alguns dados quantitativos de pesquisas dos órgãos especializados no mundo do trabalho que expressam a materialidade do problema em questão. As informações a seguir referem-se principalmente ao período que abrange 2004 a 2016, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, que mesmo com uma aliança de classes perigosa, pôde consolidar alguns avanços sociais. Pelo espaço que dispomos, buscamos usar dados que contribuam diretamente com a reflexão da situação histórica das pessoas negras em relação às pessoas brancas no que tange à distribuição de ocupações, vagas, rendas médias nominais e acesso à educação, e as consequentes disposições econômico-sociais dessas pessoas no mercado de trabalho. Do universo selecionado destacam-se, como poderá ser visto, a desigualdade salarial e educacional entre homens e mulheres e, sobretudo, a trágica situação atual de superexploração da força de trabalho das mulheres negras.

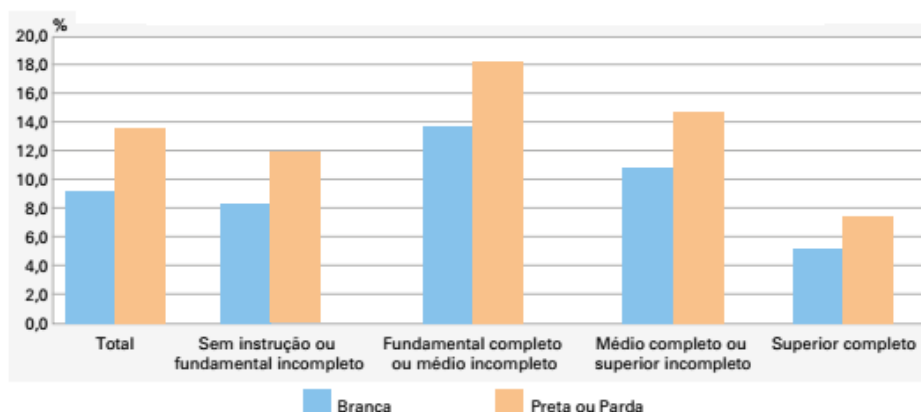
Infográfico 1. Racismo e mercado de trabalho



Fonte: Instituto Locomotiva da PNAD 2019. IBGE: Valores inflacionados para julho de 2019 pelo INPC e Pesquisa do Instituto Locomotiva com 1.170 pessoas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), era uma pesquisa anual realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2016, o IBGE começa a trabalhar com uma metodologia atualizada e inicia a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que busca captar flutuações trimestrais e a evolução, no curto, no médio e no longo prazo, da situação da força de trabalho brasileira no que diz respeito aos interesses estatais para o desenvolvimento socioeconômico do país⁴⁵.

Gráfico 1. Taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (em %). Brasil, 2019

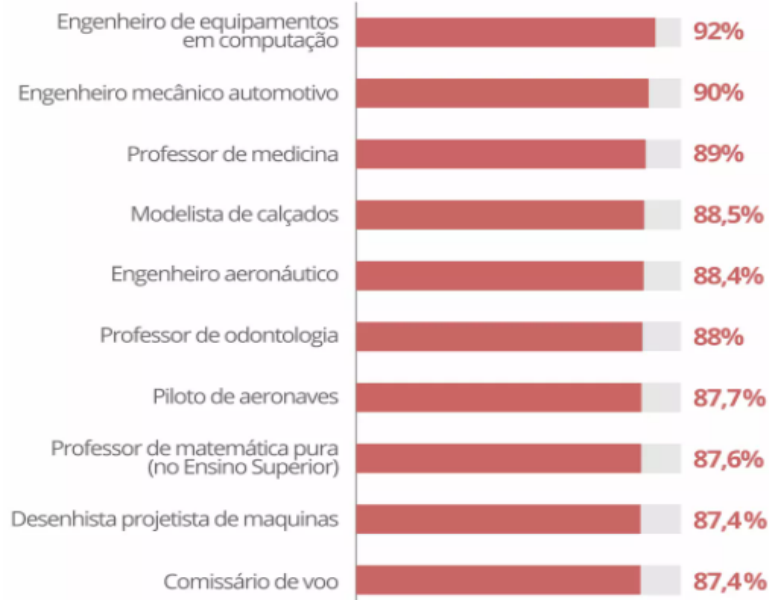


⁴⁵ IBGE. Disponível em: <<https://cutt.ly/MhmlaHW>>. Acesso: 04 dez 2020.

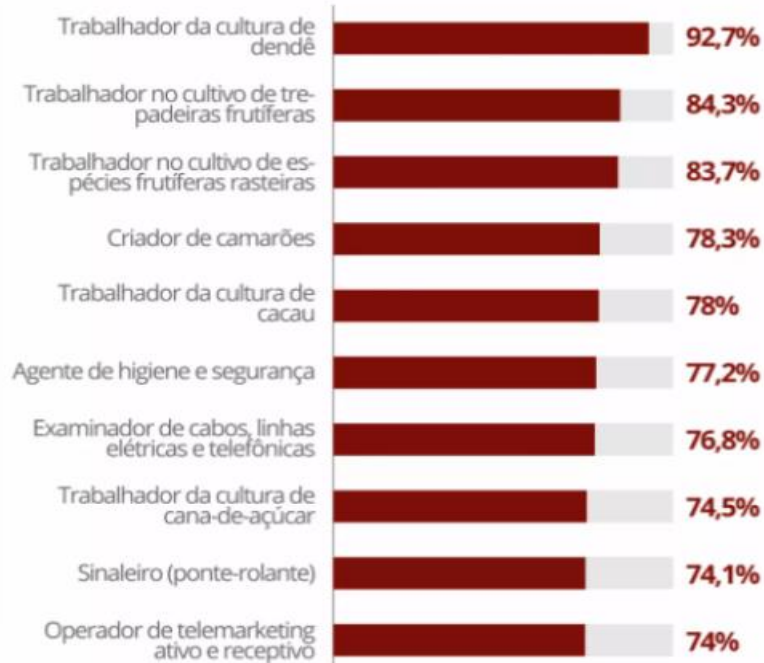
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>. Acesso: 29 nov 2020.

Infográfico 2. O mercado de trabalho para brancos e negros. Brasil, 2016

BRANCOS

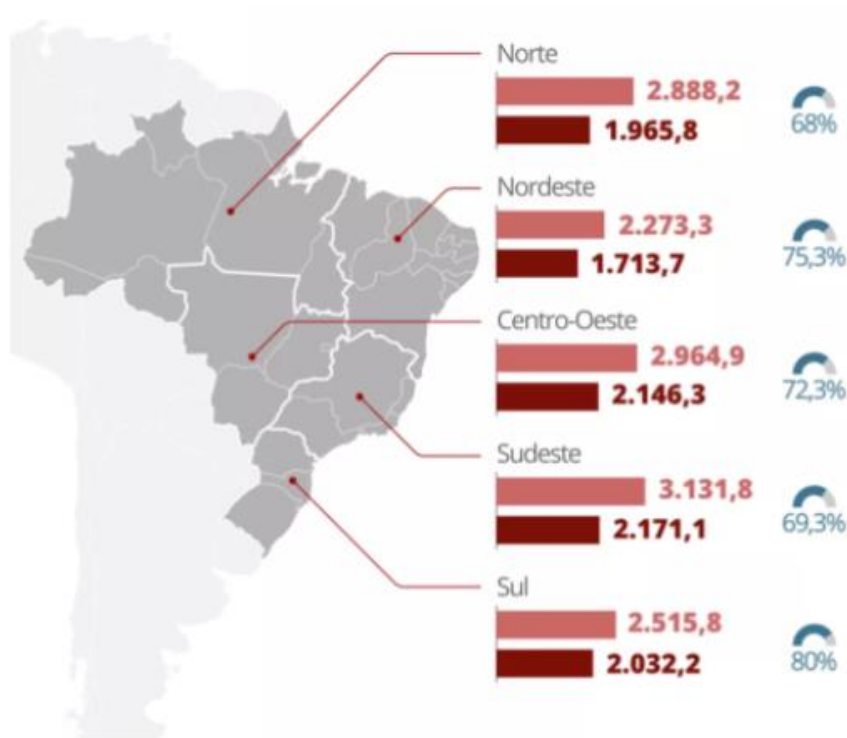


NEGROS



Fonte: RAIS 2016 - Ministério do Trabalho e Emprego. Infográfico elaborado em 11/05/2018 a partir do levantamento de dados oficiais, realizado pelo Portal de Notícias G1. Disponível em: <<https://cutt.ly/0hmbAHP>>. Acesso: 30 nov 2020.

Infográfico 3. Diferença salarial entre brancos e negros por região



Fonte: RAIS 2016 - Ministério do Trabalho e Emprego. Infográfico elaborado em 11/05/2018 a partir do levantamento de dados oficiais, realizado pelo Portal de Notícias G1. Disponível em: <<https://cutt.ly/0hmbAHP>>. Acesso: 30 nov 2020.

A PNAD Contínua de 2016 mostrou que a taxa de analfabetismo para brancos era de 4,2% e para pretos e pardos era de 9,9%⁴⁶. Ela também mostra que, em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos de idade trabalhavam. Em 2017, a PNAD Contínua do 4º trimestre apresentou a assimetria do mercado de trabalho a partir da taxa de desocupação nos indicadores de raça: 9,5% para brancos, 14,5% para pardos e 13,6% para pretos. No que tange ao rendimento médio de todos os trabalhos, os dados mostram que para brancos a média bruta foi de R\$ 2.814,00, para pardos foi de R\$ 1.606,00 e para pretos foi de R\$ 1.570,00.

Existe uma diferença no interior da classe trabalhadora brasileira — marca da heterogeneidade da classe ao longo de sua complexificação histórica (LESSA, 2012) — que está relacionada às diferentes jornadas de trabalho que homens e mulheres negros e negras desenvolvem para compor o rendimento médio bruto nominal, na forma de salário. A herança histórica do escravismo colonial para a reprodução desigual das relações de raça, etnia e sexo, aumentam a disparidade ocupacional e salarial para as mulheres e normalizam, no cotidiano do roubo do tempo,

⁴⁶ Ver: “PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo”. Disponível em: <encurtador.com.br/IMWZ3>. Acesso: 10 dez 2020.

as triplas e quartas jornadas de trabalho (ANTUNES, 2005; 2018). Aqui retornamos ao nosso ponto de partida deste capítulo.

Tabela 1. Pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* total, incidência de pobreza e distribuição percentual da população pobre, segundo características selecionadas. Brasil, 2019

Características selecionadas	Total (1 000 pessoas)		Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>					
			Menos de US\$ 1,90 PPC 2011 (1)			Menos de US\$ 5,50 PPC 2011 (1)		
	Total	Distribuição percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)	Distribuição percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)	Distribuição percentual (%)
Total	209 415	100,0	13 689	6,5	100,0	51 742	24,7	100,0
Sexo								
Homens	101 054	48,3	6 525	6,5	47,7	24 883	24,6	48,1
Mulheres	108 361	51,7	7 163	6,6	52,3	26 859	24,8	51,9
Cor ou raça (3)								
Brancos	89 373	42,7	3 055	3,4	22,3	13 168	14,7	25,4
Pretos ou pardos	117 855	56,3	10 499	8,9	76,7	38 072	32,3	73,6
Sexo e cor ou raça (3)								
Homens brancos	42 222	20,2	1 420	3,4	10,4	6 298	14,9	12,2
Homens pretos ou pardos	57 790	27,6	5 049	8,7	36,9	18 358	31,8	35,5
Mulheres brancas	47 151	22,5	1 635	3,5	11,9	6 870	14,6	13,3
Mulheres pretas ou pardas	60 065	28,7	5 450	9,1	39,8	19 714	32,8	38,1
Grupos de idade								
0 a 14 anos	41 428	19,8	4 692	11,3	34,3	17 258	41,7	33,4
15 a 29 anos	47 196	22,5	3 515	7,4	25,7	13 672	29,0	26,4
30 a 59 anos	87 938	42,0	4 937	5,6	36,1	18 360	20,9	35,5
60 anos ou mais	32 853	15,7	545	1,7	4,0	2 452	7,5	4,7

Legenda: (1) PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes. (2) Incidência de pobreza em cada grupo. (3) Não são apresentados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Notas: 1. Não inclui as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico; 2. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Nota-se que: 1) em todos os índices, os corpos negro/as detêm negativamente as maiores porcentagens de poder de compra e de incidência de pobreza; 2) o marcador cor ou raça contém diversas ambiguidades na pesquisa qualitativa, pois representa um enorme e contraditório contingente

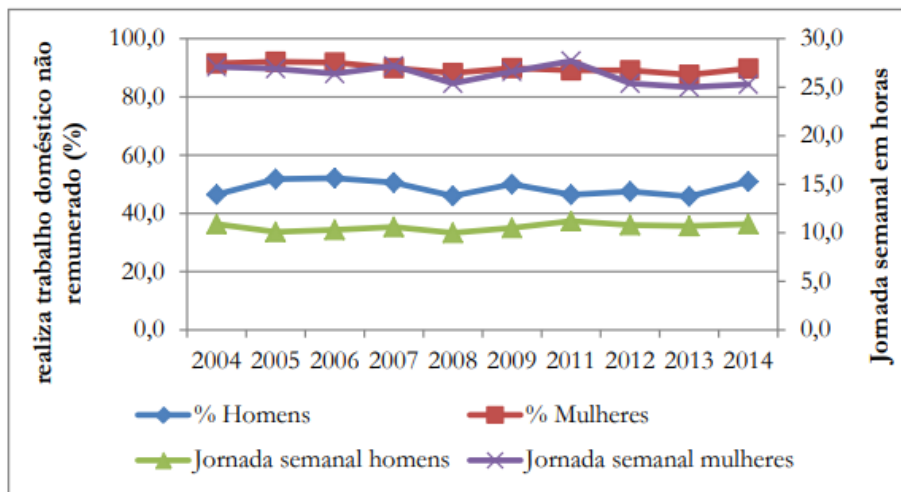
de pessoas não brancas que não se reconhecem entre si enquanto classe, mas o que importa saber aqui é que este marcador guarda a incômoda diferença de incidência de pobreza no interior da classe trabalhadora brasileira, apresentando um peso muito maior sobre os corpos das trabalhadoras negras; 3) que o poder de compra das pessoas de terceira idade é caracteristicamente menor com relação aos outros grupos, comportando uma significativa distância com relação às pessoas de até 14 anos de idade; 4) que o índice de incidência de pobreza mais elevado é sobre a fase da infância e da adolescência — e isso nos preocupa especialmente, ante as lutas travadas pelos/as trabalhadores/as da educação e o desafio que viemos enfrentando ao longo do ano de 2020, sob a crise sanitária mundial de coronavírus e a ampliação do ensino à distância.

A década de 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento econômico que estavam combinadas com as mudanças em curso nas formas de gestão do trabalho. Este processo, já apontado anteriormente, resultou em uma redução generalizada dos salários, bem como do substancial aumento de pessoas pobres, incremento necessário ao capital no que tange aos usos e desusos da massa do exército industrial de reserva latino-americana. Isto produziu taxas severas de desemprego, proliferação de formas atípicas de contratação, informalização, terceirização de atividades produtivas e uma reprodução em escala ainda mais ampliada da massa de trabalhadores/as em atividades de subsistência urbana (ANTUNES, 2005; IPEA-NÚCLEO DE GÊNERO, 2016).

Enquanto as taxas de desemprego cresciam e as formas atípicas de emprego proliferavam, alterava-se a inserção de um contingente expressivo de mulheres no mundo do trabalho. Se para as mulheres negras e pobres o trabalho fora do domicílio já era uma realidade desde o período escravocrata, para outro contingente o acesso à esfera pública via trabalho remunerado é algo ocorrido com mais intensidade nos últimos 40 anos. A ausência de reformas urbana e agrária capazes de democratizar o acesso à terra no campo e o direito à cidade, a ausência de uma política estatal de cuidados e a reprodução de múltiplos processos discriminatórios de gênero e raça no mundo do trabalho condicionou essa integração. Em regra, as mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho, produto da acumulação do trabalho remunerado com os serviços de cuidados. Este é o pano de fundo a partir do qual vem ocorrendo a incorporação das mulheres, motivo pelo qual as conquistas do período recente precisam ser analisadas com rigoroso olhar crítico (IPEA, NÚCLEO DE GÊNERO, 2016, p. 8-9).

A mesma pesquisa aponta ainda que, no tocante à questão do trabalho doméstico não remunerado, realizado do âmbito individual de cada trabalhadora, não existem diferenças significativas entre os grupos raciais — o que comprova os argumentos de Vânia Bambirra (1972), Souza-Lobo (1991) e Heleieth Saffioti (1976) sobre a questão da mulher na economia dependente no que se refere à relação dialética entre classe-raça/etnia-sexo. “A questão do trabalho doméstico não remunerado tem um marcador de gênero que, estritamente do ponto de vista do envolvimento e das jornadas, parece ser igualmente sentido por mulheres negras e brancas” (IPEA, NÚCLEO DE GÊNERO, 2016, p. 22).

Gráfico 2. Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada aos afazeres domésticos. Brasil, de 2004 a 2014.

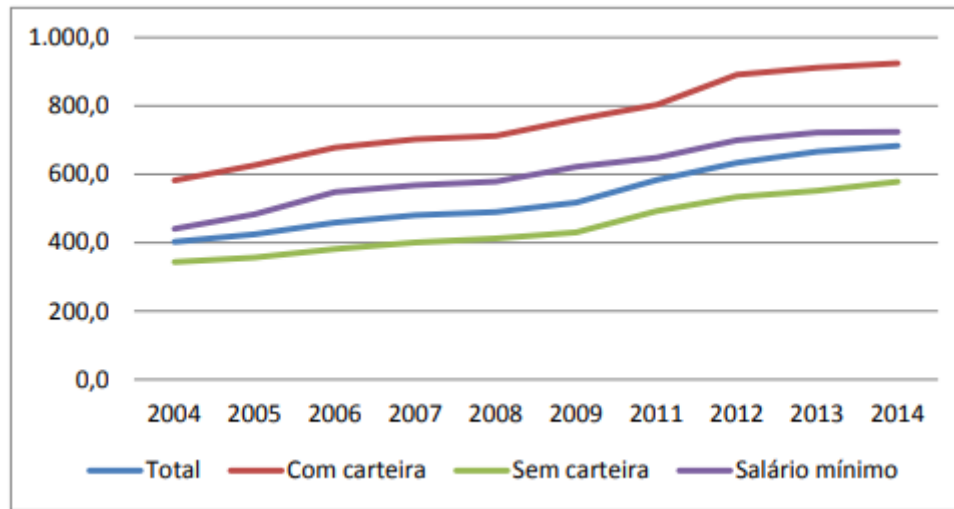


Fonte: PNAD/IBGE. Valores deflacionados pelo INPC de setembro de 2014. Elaboração: Núcleo de Gestão de Informações Sociais/IPEA. Ver: IPEA, Nota técnica n° 24 do Núcleo de Gênero. Item 6: Trabalho doméstico não-remunerado e jornadas de trabalho. In: *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, 2016.

De acordo com a Nota Técnica da Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em março de 2016, constata-se que a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu, com o rendimento feminino ultrapassando os 70% da renda masculina. O tempo médio de estudo das mulheres também aumentou com relação aos homens: 6,4 para elas e 5,3 para eles (IPEA, NÚCLEO DE GÊNERO, 2016). Em 2014, as mulheres negras estavam mais suscetíveis ao desemprego, 10,2% delas encontravam-se desempregadas, contra uma taxa de 4,5% dos homens brancos. Mais um complemento necessário: a série histórica da PNAD Contínua 2016 também aponta um aumento preocupante de precarização das atividades desenvolvidas por trabalhadoras negras: 39,08% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho (mesmo quando estão respaldadas pela carteira de trabalho assinada), seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%)⁴⁷.

⁴⁷ Ver: IBGE. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2º trimestre de 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2016_2tri.pdf>. Acesso: 7 dez 2020.

Gráfico 3. Renda média das trabalhadoras domésticas, segundo acesso à carteira de trabalho. Brasil, de 2004 a 2014.



Fonte: PNAD/IBGE. Valores deflacionados pelo INPC de setembro de 2014. Elaboração: Núcleo de Gestão de Informações Sociais/IPEA. Ver: IPEA, Nota técnica nº 24 do Núcleo de Gênero. Item 5: Trabalho doméstico remunerado. In: *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, 2016.

A feminização da pobreza marca nossa época de mulheres trabalhadoras como chefes de família. Trabalhadoras, em sua maioria negras, que não obstante o mito da mulher forte, reinventam-se na luta cotidiana não só para garantir a sobrevivência dos seus, mas constroem caminhos de autonomia financeira e economia solidária que evidenciam um fenômeno tanto de reconfiguração nos arranjos familiares como na reconstrução do poder social. As trabalhadoras domésticas brasileiras vêm, desde meados dos anos 1940, construindo uma organização política cada vez mais forte. Ainda que muito se tenha ampliado os direitos desse setor, os desafios são enormes e extrapolam a esfera jurídica, como buscamos evidenciar até aqui. Cada vez mais inseridas nos espaços de produção de conhecimento, as mulheres brasileiras, sobretudo negras, vem se apropriando de espaços historicamente negados, construindo, com rebeldia, o tecer contínuo das experiências e resistências coletivas protagonizadas (ou encabeçadas) por estas mulheres.

O teor da luta de classes nos últimos três quinquênios mostra como o neoliberalismo, mesmo em meio a um período quase ininterrupto de crises, consegue manter a espiral do lucro em movimento ascendente. A classe política ora dominante foi vitoriosa na retirada dos direitos trabalhistas. Ainda que estes direitos sejam, de certa forma, “privilégios” para uma substantiva parcela de trabalhadores e trabalhadoras — em sua maioria ninguéns, de Galeano —, que nunca o acessam de fato, eles representam um avanço histórico fundamental para a luta de classes empreendida pelos povos oprimidos, e por isso é essencial que recuperemos a força política da classe e estejamos a postos nas batalhas que virão, para garantir que se mantenham e se expandam essas

conquistas da luta social.

Para nós, explicitar como o racismo estrutural e a superexploração da força de trabalho conformaram uma realidade laboral em que trabalhadores negros foram jogados para os centros urbanos e as trabalhadoras negras confinadas a uma dinâmica escravista de trabalhos do lar e de cuidados, é reconhecer que a questão do negro na sociedade brasileira é um problema longe de estar compreendido na sua totalidade. A dor do povo preto transcende nossa capacidade analítica do pensar fragmentado das disciplinas científicas. Somente a luta anticapitalista, essencialmente antirracista e antipatriarcal, poderá abrir caminhos frutíferos para a base que sustenta este regime de trabalho e de extração de mais-valia. Compreender isso, este *modus operandi* da formação social dependente brasileira, é firmar as bases de uma visão histórica, com perspectiva de totalidade, que fundamenta o compromisso com a realidade concreta na luta antifascista de nossa época.

4 COMPREENDENDO AS TAREFAS DO PRESENTE: A ORTODOXIA DO MÉTODO

“Violada, desonrada, esvaindo em sangue, emanando sujeira – eis aí a sociedade burguesa. Assim ela é. Não é totalmente imaculada e moral, com pretensões à cultura, à filosofia, à ética, à ordem, à paz e ao primado da lei – mas uma besta voraz, uma praga na cultura e na humanidade. Assim se revela em sua verdadeira forma... O imperialismo e sua brutalidade política, e a sequência de catástrofes que desencadeou, são sem dúvida uma necessidade histórica para as classes dominantes do mundo capitalista. Nada seria mais fatal para o proletariado do que se iludir, acreditando que é possível, após essa guerra, resgatar a continuação idílica e pacífica do capitalismo. A conclusão que o proletariado deve tirar da necessidade histórica do imperialismo é de que se render a ele significará viver para sempre à sua sombra vitoriosa e comer de seus restos.”

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”

(Rosa Luxemburgo, 1871-1919)

O exercício de observação nos permite constatar que a contradição é reveladora. A contradição não pode ser apenas assustadora e portadora de um sentimento de negação/eliminação da tensão contraditória. Ela serve para nos fazer questionar sobre o que está posto e incitar que busquemos novas resoluções. É fundamental, portanto, entender a importância da observação e da reflexão se a questão é *como transformar* a realidade vivida⁴⁸. Enquanto buscamos propor e lutar por uma versão mais radical e transformadora da sociedade, o sistema capitalista ora dominante determina as relações de produção e de consumo, a exploração e a superexploração do trabalho, a desigualdade e o impacto ecológico (TRASPADINI, 2016; 2020).

Certamente é fundamental que se interprete bem o mundo — o concreto vivido —, mas o crucial é interpretá-lo bem com ferramentas que possibilitem a materialização de uma intervenção coletiva eficaz, antissistêmica, mais ativa do que reativa; com o objetivo legítimo de não apenas entender como as coisas são e estão, mas também de poder imaginar como gostaríamos que elas fossem e o que podemos fazer para contribuir concretamente com tal empreendimento, a partir do que está ao nosso alcance. Para resolver as contradições é preciso ousar agir e pensar para além das “caixinhas” (TRASPADINI, 2020, IASI, 2020).

⁴⁸ Dentre as teses de Marx sobre Feuerbach, encontramos: tese 2. “A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente *escolástica*”; tese 8: “A vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis”; tese 10: “O ponto de vista do antigo materialismo é a sociedade “civil”; o ponto de vista do novo [materialismo é] a sociedade *humana*, ou a humanidade socializada”; e a mais importante, tese onze: “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é [como] *transformá-lo*”. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso: 05 dez 2020.

Atualmente, a luta política encara o problema da decadência ideológica (IASI, 2020) em que, cotidianamente, temos que usar de forma perspicaz diferentes ferramentas para explicar a necessidade de defender o que é justo — ter acesso à moradia digna, poder se alimentar mais de duas ou três vezes ao dia, ter direito ao acesso à cidade, ter o direito a plantar sem veneno — defesas que em 2020 se mostram como radicais. Sim, somos radicais no que tange a defender o direito a viver! Recentemente foi publicado um artigo que reflete os absurdos da nova balbúrdia que a situação de crise sanitária mundial permitiu e vem fortalecendo: o salário emocional. Na chamada, lemos o seguinte: “Em vez de salários dignos e condições salubres, empresas tentam fingar trabalhadores por meio de ‘contatos’ e ‘benefícios’. Porém, termos vazios não pagam contas - e podem normalizar, ainda mais, a autoexploração”⁴⁹.

“Que tempos são esses em que temos de defender o óbvio?”. A frase de Brecht que se tornou comum no vocabulário do/da jovem que se preocupa com os problemas sociais, diz sobre a coragem e os desafios de se defender o óbvio. Ainda que pareça redundante e simplista, dentre os desafios, o de conseguir comunicar para verdadeiramente dizer, em uma época de aceleração do tempo e de respostas rápidas para perguntas mal feitas, coloca-se de forma categórica. Neste terceiro bloco, mais breve que os anteriores, buscaremos refletir acerca das tarefas do presente e sobre como a TMD nos oferece recursos e conteúdos que possibilitam uma formação engajada para a construção de uma práxis emancipatória. Faremos isso em dois movimentos: primeiro, traremos alguns elementos sobre a espetacularização da vida e o roubo do tempo através das novas-velhas armadilhas do capital; segundo, articularemos o corpo teórico da TMD, já esmiuçado ao longo de todo o trabalho, com contribuições de outras linhas marxianas que juntas, em nosso entender, podem proporcionar um arcabouço teórico potente para o estudo e a práxis revolucionária latino-americana.

4.1 NOVAS-VELHAS ARMADILHAS DO CAPITAL: A PSIQUÊ DO ROUBO DO TEMPO

Desde a ótica da esfera da vida cotidiana, pautada pela racionalidade neoliberal, destaca-se a percepção comum de um mundo confusamente percebido, sustentado pela necessidade imperativa da sobrevivência. As mudanças na gestão do trabalho que marcaram a virada ao novo milênio, e as transformações na sociabilidade capitalista das últimas décadas, vieram deteriorando progressivamente as condições de vida da maioria da população não só da América Latina, mas do mundo.

A era da dívida, segundo Toussaint (2004), aponta para uma nova faceta do desemprego

⁴⁹ Ver: “Salário emocional, nova tática para precarizar”, de Paulo Schwartzman, publicado pelo jornal independente Outras Palavras, em novembro de 2020.

estrutural em âmbito mundial, emergida com as políticas neoliberais instauradas a partir da década de 1980: a possibilidade de consumir mesmo estando/a desempregado/a (TOUSSAINT, 2004). A menor composição orgânica e técnica do capital nas economias dependentes se apresenta, por um lado, como aumento de produtividade atrelado ao aumento da intensidade do trabalho (MARINI, 2011), e como um aumento, também, das jornadas de trabalho, tanto nos empregos formais quanto nos informais, mas mantendo-se salários muito abaixo de seu valor real, o que caracteriza nossa época de empregos intermitentes, de flexibilização e terceirização (ANTUNES, 2005, MARINI, 2011).

Por outro lado, das periferias aos centros urbanos, o que se apresenta aos nossos olhos é: o consumo desenfreado através de endividamento massivo, que vai pautar a sobrevivência na era das depressões (KEHL, 2009); números cada vez maiores de pessoas em situação de rua; famílias vivendo em condições indignas, tanto no que diz respeito à falta de saneamento básico quanto ao acesso a serviços essenciais; alugueis cada vez mais altos frente à especulação imobiliária; e, por fim, mas o mais importante, alimentos que são cada vez “menos comida”, por seus altos preços e por sua baixa qualidade ante as escalas cada vez mais impressionantes de transgênicos e uso de agrotóxicos, que envenenam não só as comidas, mas as águas e os ares⁵⁰. O desenvolvimento do mercado interno financeirizado visa, através de mecanismos de crédito, possibilitar o consumo popular (AMARAL, 2012; TRASPADINI, 2016). Mas é crucial que se pergunte: de que consumo estamos falando?

Um encontro das teses de Guy Debord (2003), sobre a então chamada *sociedade do espetáculo*, com a tese de Jonathan Crary (2014) acerca da aceleração do roubo do tempo, condicionado pelo capitalismo tardio que estrutura os *fins do sono*, nos permite entender o caráter bárbaro e degradante da situação atual. Ambas proposições definem importantes características, próprias da desumanidade do capital sobre a totalidade da vida e do trabalho. A *sociedade do espetáculo*, tema que dá título à obra de Guy Debord (2003), é uma relação social entre pessoas mediatizadas por imagens que conformam uma visão cristalizada do mundo. Uma forma e um conteúdo societário que definem a afirmação máxima do consumo, uma vez que o espetáculo é resultado, e ao mesmo tempo projeto, do modo de produção capitalista. Isso nos provoca a refletir sobre como atribuímos sentido e significado para o que consumimos, além de ajudar na compreensão sobre porque tendemos, em uma intencionalidade construída de fora para dentro, achar natural o que é social e historicamente construído.

⁵⁰ Os anos 1990 também demarcam um período de grande transformação na matriz alimentar, especialmente nas economias dependentes. O alto nível de desenvolvimento tecnológico e os avanços da biotecnologia passaram a apostar no ultra processamento dos alimentos, inaugurando a era dos transgênicos. Este processo, como estudos especializados na área mostram, contribuiu, dentre outros fatores, para a agudização dos índices de subnutrição no mundo (BRUCKMAN, 2011; CASTRO, 1980). Ver: FONTES, Virgínia. **Tecnologia e guerra de classes**. TV Boitempo, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h3qnZusch9M>>. Acesso: 03 dez 2020.

Em Debord (2003), o espetáculo se caracteriza pela linguagem espetacular, pelo monopólio da aparência, e exige, sobretudo, aceitação passiva. Os seus meios são também finalidades, objetivando o espetáculo como sentido da prática total da formação sócio-econômica. Ou seja, no alienar reside o princípio constitutivo da estrutura social dominada pelo capital. O espetáculo, como sustenta o autor, está intrinsecamente vinculado ao emprego do tempo na forma veloz da mercadoria, pois controla o uso do tempo individual e coletivo expresso nas coisas que são consumidas pelos olhos. O espetáculo está associado ao roubo do tempo e exige que nos afirmemos em nossa completude através da aparência, pois a representação passa a ser o mais importante (e o mais mentiroso) dos recursos. A décima tese de Debord diz o seguinte:

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências organizadas socialmente, que devem, elas próprias, serem reconhecidas na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a *negação* visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível (DEBORD, 2003, p. 16).

O momento contemporâneo apresenta-nos, ele mesmo, nas contradições que não podem mais serem ocultadas, a centralidade que ganha na vida cotidiana a ausência do tempo para si, dada a necessidade do tempo para a sobrevivência. Segundo Crary (2014), o ritmo da sociedade do espetáculo assenta-se na indiferença da necessidade do descanso pleno, no sentido de desconforto frente ao necessário acomodo para reposição das energias físicas. Para o autor isso se caracteriza como o método 24/7: o princípio do funcionamento contínuo de uma época que anuncia “um tempo sem tempo”, que explicita um outro metabolismo social⁵¹, no qual as 24h de um dia e os sete dias da semana já não mais representam fronteiras para o funcionamento produtivo e eficiente em todas as esferas da vida, principalmente no que tange à esfera do trabalho.

24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou identificável, um tempo sem sequência nem recorrência. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável composta de operações incessantes e automáticas. Pertence ao momento posterior à transformação da vida comum em objeto da técnica. Também repercute indireta, mas poderosamente, como uma intimação, como o que alguns teóricos chamam de “palavra de ordem”. [...] **Slogan imaterial e abstrato, a implacabilidade 24/7 repousa, no entanto, em sua temporalidade impossível. É sempre uma condenação e depreciação da fraqueza e da inadequação do tempo humano, com suas tessituras confusas, irregulares.** Apaga a relevância e o valor de todo intervalo ou variação (CRARY, 2014, p. 21, grifo nosso).

Ao refletir sobre a situação atual das juventudes da classe trabalhadora, não podemos

⁵¹ Ver: “Exaustos-e-correndo-e-dopados: na sociedade do desempenho, conseguimos a façanha de abrigar o senhor e o escravo no mesmo corpo”. Indicamos o interessante artigo da escritora e jornalista Eliane Brum. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html>. Acesso: 7 dez 2020.

desconsiderar os impactos que esse período histórico de constantes inovações e obsolescências programadas geram no tempo sem tempo do capital (CRARY, 2014). O contexto de aceleração do tempo define novos contextos, e demanda um número cada vez maior de mediações para a leitura de conjunto. As chamadas *geração millennial* e *geração Z* — caracterizadas, principalmente, pela facilidade e o uso constante de mídias informacionais (ALVES, 2012) — passam por processos formativos qualitativamente diferentes das gerações de trabalhadores/as anteriores. Em *Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição proletária no século XXI*, como marca desta juventude, Alves aponta:

Sob o espírito do toyotismo, o discurso da organização do trabalho incorpora um novo léxico: trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se “colaboradores”. Os novos operários e empregados cresceram em um ambiente ideológico, cujo universo locucional está esvaziado do discurso do conflito ou luta de classes (o que demonstra o contraste entre novos e velhos operários). A cisão geracional é muito mais intensa (e presente) do que noutras épocas de mudanças etárias nos ambientes de trabalho (ALVES, 2012, p. 16).

Os impactos disso são sentidos e vividos tanto nos espaços do trabalho como em outras esferas do convívio (ou não convívio) social. Essa fase do capitalismo financeiro, que vem conformando essa nova morfologia do trabalho, segue sendo caracterizada pela força da filosofia neoliberal, com o avanço de suas políticas e a consolidação de um sistema identitário que oculta o real sentido do trabalho, o que veio fragmentando de forma perversa a identidade de classe dos/as trabalhadores/as (ANTUNES, 2005, BOGO, 2010). A produção em rede do capitalismo financeiro não significa a democratização do conhecimento técnico-científico e o acesso ao consumo não significa um consumo pleno, senão que marcado por processos infinitos de endividamento e empobrecimento da classe trabalhadora (TOUSSAINT, 2004).

A mercadoria como espetáculo anuncia pseudo-necessidades e um problemático “uso” da vida, pois ela já dominou tudo o que é vivido por nós e reproduz uma sociedade atomizada e em permanente contradição consigo mesma. Como diz Mészáros (2006), é esta reificação das relações sociais no capitalismo que vai garantir a expansão da mercantilização a todas as esferas da vida e é essa, também, a verdade do nosso tempo histórico: nossos corpos, como os sentimos e os expomos para os/as outros/as, são e estão determinados pela sociedade — pelo trabalho, pelo tipo de alimentação que ingerimos, pelas coisas que consumimos pelas mãos, pelos olhos e pelos poros.

Por pseudo-necessidades entendemos tudo aquilo que, na lógica do excesso, não é essencial à reprodução da vida. Não nos referimos ao supérfluo, que guarda em si um papel de dar sentido e significado à existência⁵². No que diz respeito às escolhas individuais, sempre políticas em

⁵² Como canta Dorina na música “Filosofia de Vida”, composta por Martinho da Vila: “eu só quero o que preciso pra viver meu dia a dia/ que o supérfluo nunca nos falta/básico, para quem tem carestia/ não quero mais do que eu necessito/ pra transmitir minha alegria”.

algum nível, a vulnerabilidade à dependência do simbólico do que é *ser*, hoje, *homem*, *mulher* ou *nenhum dos dois* — e todos os desafios que esses caminhos cheios de contradições gera para o convívio coletivo — suscita desafios e reflexões outras que não poderemos nos deter aqui com a profundidade que se demanda. Sobre a propagada ideia de liberdade de ser “quem você quiser ser”, coloca-se a contradição de até onde as escolhas individuais podem ser autônomas de fato, em uma realidade que não educa para a autonomia (FREIRE, 1987; TRASPADINI, 2006).

Sobre a chamada liberdade individual — liberdade esta que, na verdade, não é mais que uma liberdade para o consumo (TRASPADINI, 2016; MÉSZÁROS, 2006) —, o que vivemos é a consolidação, não sem resistências, de um ideal político e moral da subjetividade burguesa.

Como todos sabemos, essa ‘dependência direta da natureza’ é [totalmente] suplantada pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, implicando a realização da liberdade individual em sua universalidade formal. O avanço vitorioso das forças produtivas do capitalismo cria um modo de vida que coloca uma ênfase cada vez maior na *privacidade*. À medida que avança a liberação capitalista do homem [e da mulher] em relação à sua dependência direta da natureza, também se intensifica a escravização humana ante a nova “lei natural” que se manifesta na alienação e reificação das relações sociais de produção. Diante das forças e dos instrumentos incontroláveis da atividade produtiva alienada sob o capitalismo, o indivíduo se refugia no seu mundo privado “autônomo”. É o que ele *pode* fazer (MÉSZÁROS, 2006, p. 236).

A humanidade está inserida, atualmente, numa forma de organização do mundo e das relações entre as pessoas que esconde formas de opressão através da mercantilização da vida, um conjunto de relações sociais mediado por inúmeras determinações do metabolismo social do capital que hierarquiza sujeitos — homens, mulheres e não binários — e constrói subjetividades condicionadas pela e para a exploração e a superexploração do trabalho. Um exemplo pertinente é a mercantilização do corpo no caso da mulher, que imputa a redução da vida a uma condição subordinada ao padrão hétero-normativo de feminilidade, que resulta em uma inserção desigual no mercado de trabalho — o que sustenta a racionalidade racista-patriarcal do modo de produção capitalista.

De acuerdo a la concepción marxista, la única solución para terminar definitivamente con la explotación de la mujer es la industrialización de la economía doméstica. Esto es imposible bajo el capitalismo y solo puede ser logrado completamente en una sociedad comunista. Porque la resolución de tal problema supone una economía altamente planificada, supone una nueva orientación en el proceso de producción y de distribución (como por ejemplo la producción prioritaria no de artículos individuales para cada hogar - aunque naturalmente esto se verificará en varias líneas - sino en especial para atender un conjunto mucho más amplio de necesidades públicas [...]) Supone además una revolución urbanística y arquitectónica en donde, por ejemplo, sea valorizado en los conjuntos habitacionales mucho más el espacio para el esparcimiento y para las actividades culturales, que para las actividades de servicios doméstico que pasan a ser atendidos socialmente y solo secundariamente en el ambiente familiar (BAMBIRRA, 1991, p. 12).

Sobre o roubo do tempo e sua articulação com as diferentes jornadas semanais de trabalho entre homens e mulheres, a produção teórica de Bambirra sobre a economia política da libertação da

mulher evidencia uma problematização sobre as condições de opressão vivida pelas mulheres na especificidade da economia dependente (BAMBIRRA, 1991 apud SIQUEIRA, 2020). Bambirra mostra como, em uma realidade que reproduz a desigualdade salarial entre os sexos e os gêneros⁵³, a força de trabalho feminina é (super)explorada no modo de produção capitalista de tal forma que cria “um perverso processo de opressão das mulheres trabalhadoras, bem como a inculcação ideológica da submissão das mulheres aos homens” (SIQUEIRA, 2020, p. 105), seguindo um padrão ideológico mundial arcaico ainda muito presente no Brasil. Em um texto para a imprensa crítica chilena sobre a questão da libertação da mulher e a luta de classes (BAMBIRRA, 1991), em que reflete a respeito da real condição da mulher trabalhadora superexplorada e se posiciona enfaticamente contrária à concepção da esquerda hegemônica da época, que secundariza uma perspectiva sobre o tema que é crucial, a autora afirma que:

[...] queda claro que por más que se empeñe el sistema capitalista, nada más tiene que ofrecer a esta categoría social superexplotada. A la vez de hablar de la doble explotación de la mujer cuando trabaja también fuera de la casa, se habla de la “doble misión” que la mujer “se ha impuesto” (otorgando de esta forma al sexo femenino la distinción de masoquista...). Y se reconoce que esta “doble misión” “no deja de complicarla en muchos aspectos (¡SIC!) y tanto, que hay veces en que se pregunta si esta LIBERACIÓN (?) conseguida a fuerza de tantos sacrificios, valia la pena...” [...] se percibe claramente que la “liberación de la mujer” para la burguesía consiste en mantenerla como “dueña de casa” en el “estrecho marco de su hogar” ya que la prensa femenina burguesa tratará de abrir “horizontes nuevos” acogiendo en sus páginas “todos los temas” que son de interés para mantener la situación de la mujer tal cual, tratando de “modernizarla” en sus que-haceres domésticos (BAMBIRRA, 1991, p. 11).

Essa dinâmica político-moral imposta para toda a sociedade coloca, conseqüentemente, as mulheres em um estado permanente de insegurança com relação aos seus corpos e às suas vidas e influenciam as escolhas políticas que conformam um *poder-ser* ainda muito atrelado ao funcional *dever-ser* patriarcal, posto que vivem neste estado permanente de dependência simbólica para seguir reproduzindo a própria existência com segurança e dignidade, dentro de suas condições materiais concretas (SAFFIOTI, 1976).

Ao mito da vassalidade feminina, habilmente nutrido até os dias atuais, sobretudo pela imprensa chamada coração, Freud acrescentou o mito da passividade. Assimilando o ativo ao viril e o passivo ao feminino, a Psicanálise freudiana legitimou cientificamente o velho mito, promovendo sua ampla aceitação nas sociedades baseadas na ciência e na tecnologia científica. Assim, acabou o mito da passividade feminina por se transformar numa verdadeira profecia auto-realizadora. Acreditando na passividade como propriedade intrínseca da

⁵³ Sobre este tema, ver: CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Na seguinte passagem, podemos observar a leitura de Bambirra sobre a controvérsia da questão de gênero a partir da ótica feminista dominante, de correntes burguesas e pequeno burguesas, no que tange à luta contra a exploração e as opressões, uma vez que se desconectavam da luta de classes das trabalhadoras e dos trabalhadores: “(...) a questão da dupla exploração da força de trabalho da mulher trabalhadora, da equivocada formulação dos movimentos feministas, [...] deforma o enfoque da questão ao não fazer uma diferenciação entre os vários tipos da ‘categoria mulher’, propugnando uma absurda luta entre os sexos” (BAMBIRRA apud SIQUEIRA, 2020, p. 107).

personalidade feminina, <verdade> afirmada pelos livros científicos, propalada e reinterpretada pela literatura de divulgação e pela <imprensa do coração>, a mulher se definiu, de fato, como uma criatura passiva, ratificando suas concepções através do comportamento manifesto. Ela elevou à categoria de verdade suprema aquilo que não passava de uma hipótese científica, cuja rejeição o desenvolvimento da ciência da Psicanálise iria se permitir posteriormente. A propósito, diz Merton: <A predição criadora começa por uma definição falsa da situação, provocando um comportamento novo que torna verdadeira a concepção, falsa na origem> (SAFFIOTI, 1976, p.166-167).

Silvia Federici (2017, 2019) elucida os resultados históricos da contínua degradação da mulher ao apontar em suas obras que as diferentes formas de dominação e subordinação nas quais as mulheres foram condenadas ao longo da história da sociedade capitalista⁵⁴ — a chamada caça às bruxas — não pode mais se refletir, hoje, senão como a revanche histórica violenta das mulheres contra a ordem vigente. Não existem justificativas plausíveis que possam argumentar em favor de uma possível aceitação da subordinação a um tipo socialmente construído, historicamente determinado e sociologicamente já superado (FEDERICI, 2019; MOURA, 1978). No exercício de construir os caminhos para a emancipação humana, que começa pela libertação das camadas negras e femininas dos povos oprimidos, é fundamental visualizar a emancipação tal qual pensou Marx: como a restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humanos, tarefa histórica que exige a superação de três mediação essenciais, a da mercadoria, a do capital e a do Estado (IASI, 2011, p.56).

Anita Kon (2016), que pesquisa o mundo do trabalho desde a economia, aponta alguns problemas dos paradigmas econômicos que reproduzem segmentações e informalidades no mundo laboral frente à divisão sexual do trabalho. A afirmação de que determinadas tarefas pertençam ao “universo feminino” termina por reforçar uma ideia antiga de que determinados trabalhos, sobretudo o doméstico, cabem à mulher por uma razão absolutamente natural e *espontânea*⁵⁵. Coloca-se na ordem do dia, portanto, a necessidade de superação do imperativo universo ideologizado do lar como universo feminino.

A única verdade que interessa à mulher, assim como ao conjunto dos trabalhadores, é aquela que desvela o que fica obscurecido pelas malhas da ideologia. O desvelamento de um aspecto

⁵⁴ “Por que as caças às bruxas foram dirigidas principalmente contra as mulheres? [...] Uma resposta inicial a essa pergunta reconstitui a perseguição às ‘bruxas’ desde os deslocamentos causados pelo desenvolvimento do capitalismo, em especial a desintegração das formas comunais de agricultura que predominavam na Europa feudal e a pauperização a que a ascensão da economia monetária e a expropriação de terras lançaram amplos setores das populações rurais e urbanas. Segundo essa teoria, as mulheres tiveram maior probabilidade de ser vitimizadas porque foram as ‘destituídas de poder’, por essas mudanças, em especial as mais velhas, que, muitas vezes, se rebelavam contra a pauperização e a exclusão social e que constituíam a maioria das acusadas. Em outras palavras, as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social, deixando-as sem nenhum recurso além da dependência da caridade quem estava em melhores condições. Isso em uma época de desintegração dos laços comunais e de cristalização de uma nova moralidade – que criminalizava o ato de pedir esmolas e desprezava a caridade, que no mundo medieval fora um caminho conhecido para a salvação eterna” (FEDERICI, 2019, p. 62).

⁵⁵ Parafrazeando um trecho do texto de Mauro Iasi (2011) sobre o tema.

antes velado vale mil vezes mais do que um belo discurso valorativo que mantenha escondido, aos olhos de quem quer se libertar, um elo das correntes que o oprimem (IASI, 2011, p. 140-141).

A sociedade do espetáculo sob o capitalismo tardio do fim do sono impõe uma perversa dinâmica de retroalimentação do sistema na dimensão da vida cotidiana, nas 24 horas do dia e nos sete dias da semana. A manutenção da reprodução ampliada de capital não estaria tão bem garantida, não fossem os sólidos mecanismos de alienação que reificam através do consumo, cada vez mais e com menos dificuldade - a irracionalidade da lógica do capital (MÉSZÁROS, 2006). Em seus estudos sobre a dinâmica da psicopatologia do trabalho, Dejours (1992), importante referência para quem investiga sobre a relação saúde-trabalho desde o olhar sociológico, diz que a positividade deste sistema transforma a “loucura do trabalho” em uma forma de ser doentia para o cotidiano dos/as trabalhadores/as. Através da “ideologia da vergonha”, do *não poder trabalhar o suficiente e, conseqüentemente, não conseguir garantir a sobrevivência* (DEJOURS, 1992, p. 34-35), reproduz-se um *continuum* de ansiedade e depressões no âmbito privado que é, em verdade, uma questão coletiva, um problema social, como também reforça Kehl (2009) em um estudo profundo mais recente.

Quando as condições de sobrevivência são tão precárias quanto as que observamos [...] nas populações dos países subdesenvolvidos, não há lugar para a ansiedade face à doença enquanto tal (o que não significa que tão angústia não exista!). Ela está possivelmente oculta pela questão relativa à sobrevivência a exemplo do que foi descrito a propósito do século XIX e da história da relação saúde-trabalho antes da guerra de 1914. [...] A ideologia da vergonha consiste em manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação e à morte. [...] O esforço material e econômico fornecido pelas famílias do subproletariado (sic) para sobreviver seria incompreensível se ele não fosse sustentado por um sistema mental muito sólido (DEJOURS, 1992, p. 34-35).

O metabolismo social do capital reproduz essa dinâmica que contribui para a construção de sujeitos/as padronizados/as a partir de uma homogeneização das consciências. Padronização que define o comportamento não só na esfera produtiva e improdutiva do trabalho, mas na própria capacidade de poder ver para além, de poder sentir para além e de poder ser para além do que propugna o “mundo das mercadorias”. Um sistema que produz, conseqüentemente, identidades fraturadas, dada a tendência à perda da capacidade de estabelecer referências, sentimento de não pertencimento coletivo e uma sucessão de dificuldades para a vida coletiva saudável, fraterna e solidária (BOGO, 2010).

4.2 ENTRELACES DE PENSADORES: DO RIO QUE CORRE E QUE NEM TUDO ARRASTA

O horizonte emancipatório exige que reconheçamos a centralidade que cobra hoje tirar os véus que ofuscam a história da formação social dependente brasileira. Nosso presente, fundado no memoricídio (BÁEZ, 2010), tem um caráter ético-político que forma a substância das desigualdades

que vivemos no país. O passado do escravismo colonial e seus diversos aspectos constituintes aprofundam, no presente, ainda mais o problema da formação do mercado interno de consumo e das condições de acesso da classe trabalhadora. A brutalidade do capitalismo virótico (ANTUNES, 2018) intensificou a destruição da natureza e produziu uma tendência destrutiva no trabalho, como já evidenciamos. Mészáros (apud ANTUNES, 2018) chama isso de “lei de tendência decrescente do valor de uso da mercadoria”, isto é, o problema da obsolescência programada de determinadas mercadorias. Isso explica a necessidade do capital de menor durabilidade das coisas materiais, para que se reproduza cada vez com maior intensidade, mercadorias, sobretudo, imateriais, que estimulam abundantemente a produção de valor e geração de lucro em padrão internacional de disputa cada vez mais acelerado (ANTUNES, 2018).

Os estudos coletivos conduzidos pelos grupos de pesquisa-extensão Saberes em Movimento e OBEPAL propõem uma leitura da ciência voltada ao popular. O método marxiano tem se mostrado como o único capaz de, através da prática, descomplexificar o que, para não universitários/as, é “complexo demais”. Ambos os grupos assumem o posicionamento que se referênciam em Brecht: dando voz e sentido ao popular, constituir uma ciência como comunicação e expressão que permita a ruptura com o silenciamento instituído; a produção da transgressão à ordem a partir de formas e linguagens que comuniquem a teoria fora do âmbito acadêmico.

Como é difícil escrever a verdade, uma vez que a mesma está suprimida em toda a parte, para a maioria das pessoas trata-se de questão de foro íntimo escrever ou não a verdade. Acreditam que somente é necessária a coragem. Esquecem do segundo obstáculo: a dificuldade de encontrar a verdade. De forma alguma pode-se dizer que é fácil encontrá-la. [...] Além da convicção, é necessário conhecimento, que pode ser adquirido, e método, que pode ser aprendido. O que é necessário a todos os escritores desta era de perplexidade e mudanças relâmpago é conhecer o materialismo dialético, a economia e a história. [...] Pessoas que simplesmente descrevem pequenos fatos não são capazes de entender as coisas deste mundo, de modo que são facilmente controláveis (BRECHT, 2012, p. 11-12).

Eis o desafio que enfrentam os/as cientistas sociais críticos/as deste tempo: serem capaz de produzir para transformar a ordem desigual, superexploradora e opressora que vigora há quase 200 anos no Brasil — se contado a partir da independência formal. Materializar o simples-complexo à luz do método de investigação, de sistematização e de exposição, como instrumento da — e para — classe trabalhadora. Por isso, insistimos no problema da sociologia acadêmica, uma vez que ela tem

[...] os jargões cada vez mais indecifráveis; a criação de um código de linguagem cada vez mais inacessível aos *leigos*; a especialização cada dia mais extremada e que pesquisa profundamente detalhes cada vez menores de uma realidade social inquestionavelmente irrelevante; a sua pretensa imparcialidade; o empirismo e a sua falta de visão histórica colocam-na como um instrumento altamente valioso, sofisticado e inatacável no sentido de impedir a radicalização das soluções dos problemas sociais (MOURA, 1978, p. 10-11).

Essa necessária disputa tanto dentro da universidade como de dentro para fora dela se

coloca como desafio para as novas gerações intelectuais orgânicas pois teremos que, em meio à intensificação da superexploração, criar mecanismos de superação enquanto lutamos para sobreviver. Uma práxis engajada em meio à aceleração do roubo do tempo e da escravização para a venda, sem direitos, de nossa força de trabalho. Moura aponta para uma sociologia da práxis ao reiterar o seguinte:

Da prática ao conhecimento, de novo à prática e novamente ao conhecimento, esta forma é infinita em sua repetição cíclica e o conteúdo de cada ciclo da prática e do conhecimento eleva-se relativamente a um grau mais alto.

A ação política deve, portanto, ser um reflexo do conhecimento empírico da realidade social, mas não de forma contemplativa ou simplesmente pragmática, deve ser dialética e conseqüentemente, dinâmica na sua essência. O conhecimento das leis sociológicas dá ao homem [e à mulher] o poder de intervir conscientemente no processo social, elevando o grau desse conhecimento à medida que atua. Daí porque a Sociologia acadêmica tangencia este fato de suma importância: a possibilidade das ações de massas se processarem não como reflexo de tendências psicológicas agressivas desses grupos sociais, mas como decorrência da sua conscientização (MOURA, 1978, p. 33).

A questão teórica das categorias marxianas se coloca, então, como um fator ético-político, visto que vislumbra uma análise crítica efetiva contra o capitalismo⁵⁶, sem qualquer tipo de celebração, cujo caráter reside justamente na construção concreta de mediações para a análise da realidade social, buscando criar possibilidades de travessia para novos tipos de relações sociais.

Desde o início, então, a construção crítica de análise da realidade social engendra uma dimensão ético-política. Esta perspectiva nos conduz à compreensão de que é fundamental o esforço de efetivarmos uma permanente crítica ao que Karel Kosik (1986) sintetiza como sendo a **metafísica da razão do modo burguês de compreensão da realidade** (racionalismo e cientificismo); a **metafísica da vida cotidiana** (a tendência a tomar a realidade por sua aparência); e a **metafísica da cultura** (visão fragmentada e economicista ou dos fatores da realidade humano-social). Isto, todavia, não pode ser confundido com a possibilidade do conhecimento crítico sem a mediação da razão humana e a construção de categorias analíticas que nos permitam relacionar o recorte de um objeto de análise e sua delimitação a uma totalidade histórica mais ampla (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016, p. 74, grifos nossos).

E prosseguem os autores em sua produção coletiva:

A ciência, diferente da filosofia e da arte, padece da necessidade de delimitar seus objetos. [...] Mas delimitar não é fragmentar e atomizar. A vigilância crítica ao delimitar um objeto e as mediações que o constituem numa totalidade concreta são os elementos básicos que caracterizam o caráter dialético e, portanto, histórico do método. Vale dizer, o método que nos conduz a apreender o movimento da realidade, ou das determinações que o constituem, e não simplesmente nossas representações, ou pseudorepresentações, sobre aquele. Por isso a concepção de conhecimento histórico (científico) e de método de apropriação crítica do movimento e constituição dos fatos e fenômenos sociais elaborados por Marx em vários textos (1969, 1977 e 1986) não só guardam total atualidade como se revelam, hoje, mais do

⁵⁶ Na explicação das limitações do método de análise da Economia Política Clássica, Marx desvela a real função e movimento das categorias no processo do pensar: “Se é certo, portanto, que as categorias da economia burguesa ocorrem em todas as demais formas de sociedades não se deve tomar isso senão *cum grano salis* [com uma pedrinha de sal - latim - N.E.]. Podem ser contidas, desenvolvidas, esmaecidas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. A chamada evolução histórica descansa em geral no fato de que a última forma considera as formas ultrapassadas como graus que conduzem a ela, sendo capaz de criticar a si mesma algumas vezes, e somente em condições muito determinadas. [...] Desse modo, a economia burguesa só chegou a compreender a sociedade feudal, antiga, oriental, quando a sociedade burguesa começou a criticar a si mesma” (MARX, 2008, p. 267).

que nunca, imprescindíveis na apreensão das mudanças da sociabilidade do capital (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016, p. 75).

Entre as fronteiras epistêmicas e a morte da alteridade, na perspectiva dialética da fronteira como encontro-desencontro⁵⁷, Paulo Freire (1981; 2001; 2002) defende que para a compreensão da realidade acontecer, através da “leitura do mundo e da palavra”, faz-se necessário um primeiro momento de (re)conhecimento entre sujeitos/as cognoscentes, no qual ensinante e ensinado/a se colocam permanentemente disponíveis a “repensar o pensado, rever-se em suas posições” (FREIRE, 2001, p. 259). “E a experiência da *compreensão* será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes da *experiência escolar* aos que resultam do mundo da cotidianidade” (FREIRE, 2001, p. 261, grifo original).

Na mesma linha trabalha Martins, ao tratar da *degradação do outro nos confins do humano* na fronteira da história:

A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. [...] O Brasil é um país particularmente apropriado para se estudar a fronteira nessa perspectiva. As últimas décadas têm sido uma época em que grupos humanos de diferentes tribos foram contatados pela primeira vez pelos civilizados. Ao mesmo tempo, civilizados muito diversificados entre si, com mentalidades muito desencontradas a respeito de seus lugares nesse dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade: o camponês, o peão, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário, o religioso (de diferentes confissões religiosas), o funcionário público, o antropólogo (MARTINS, 2012, p. 141-142).

Em outra obra, *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*, Martins (2008) desenvolve uma profunda análise sobre como chega a modernidade para a realidade cotidiana do sujeito simples, uma realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do *novo* e do *atual*. A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo, sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar por *isso ou aquilo* (MARTINS, 2008).

No caso latino-americano, e especialmente o brasileiro, a crítica constituída da modernidade vem do “hibridismo” cultural, da conjugação de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam. No que tange às nossas raízes e aos *ninguéns* silenciados, que ficaram às margens da racionalidade limitada do lucro no mundo colonial e no processo de constituição do mercado interno no capitalismo dependente, reitera Martins:

⁵⁷ Reflexão construída coletivamente no estudo da introdução e capítulo 1, “A Captura do Outro: Rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”, da obra **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**, de José de Souza Martins (2012), conduzido e orientado pela professora Dra. Roberta Sperandio Traspadini, nos encontros do grupo Saberes em Movimento ocorridos nos dias 9 e 23 de outubro de 2020, conforme registrado em sínteses.

A modernidade nos chega, pois, pelo seu contrário e estrangeira, como expressão do ver e não como expressão do ser, do viver e do acontecer. Chega-nos como uma modernidade epidérmica e desconfortável sob a forma do fardo nas costas do escravo negro, ele mesmo negação do capital e do capitalismo, embora agente humano e desumanizado do lucro naquele momento histórico. Ou sob a forma da vigilância cotidiana no panóptico oculto numa vida inteira de operários em São Paulo Railway, construída no século XIX (MARTINS, 2008, p. 27).

Em uma experiência de formação de educadores e educadoras em um pequeno povoado do Golfo da Guiné, Porto Mont, Freire conta dos desafios de realizar uma formação que não passasse pelos métodos tradicionais que separam a prática da teoria. O educador destaca a importância da codificação no processo de formação, quando os participantes “tomam distância” do objeto, o que lhes possibilitava uma nova leitura mais fiel ao texto e ao contexto. O exercício que o autor traz no texto em questão narra um momento da formação em que os/as ensinados/as iam entendendo a própria vila em que viviam: fisicamente, nada mudou, mas a leitura de seu mundo tomou novas cores e sentidos.

Foi exatamente numa das tardes de formação que, durante a discussão de uma codificação que retratava Porto Mont, com suas casinhas alinhadas à margem da praia, em frente ao mar, com um pescador que deixava seu barco com um peixe na mão, que dois dos participantes, como se houvessem combinado, se levantaram, andaram até a janela da escola em que estávamos e olhando Porto Mont lá longe, disseram, de frente novamente para a codificação que representava o povoado: ‘É. Porto Mont é assim e não sabíamos’. Até então, sua ‘leitura’ do lugarejo, de seu mundo particular, uma ‘leitura’ feita demasiadamente próxima do ‘texto’, que era o contexto do povoado, não lhes havia permitido *ver* Porto Mont como ele era. Havia uma certa “opacidade” que cobria e encobria Porto Mont (FREIRE, 2001, p. 264, grifo original).

A tomada de distância que a “leitura” da codificação lhes possibilitou os *aproximou* mais de Porto Mont como “texto” sendo lido:

Estudar é desocultar, é ganhar a compreensão mais exata do objeto, é perceber suas relações com outros objetos. Implica que o estudioso, sujeito do estudo, se arrisque, se aventure, sem o que não cria nem recria. [...] Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto (FREIRE, 2001, p. 264).

Mészáros, em *A educação para além do capital* (2005), diz que a aprendizagem é a nossa própria vida, posto que a atividade intelectual não está fora de absolutamente nenhuma atividade humana. Em que pese nossa preocupação, que é o processo histórico, entender que a mistificação da realidade não é nem uma ação exterior mística de predestinação metafísica, tampouco uma “natureza humana”, é aceitar que essas contradições mistificadoras advêm das variedades produzidas pela alienação do trabalho: um processo de auto-alienação escravizante (MÉSZÁROS, 2005, p.60).

Voltemos para a categoria basilar deste estudo: a categoria trabalho. O trabalho, enquanto condição ontológica humana, significa coexistir com a natureza e construir formas de viabilizar a existência coletiva e individual *apesar* dela, mas sem nunca negá-la. É sabido que através do trabalho

o homem e a mulher transformam a natureza enquanto transformam a si mesmos, simultaneamente. Eis que o “trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula, e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255). O trabalho é uma condição natural e eterna da vida humana, portanto, em seu sentido amplo, é comum a todas as formas sociais.

Enquanto produto histórico, o capital tem como determinação a propriedade privada da terra e explica o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o novo tipo de sociabilidade que se produziu na história mundial recente⁵⁸. “O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador”, diz Marx (2010, p. 91). Mészáros enfatiza que “a *potencialidade* da tendência universalizante do capital [...] se transforma na *realidade* da *alienação desumanizante e na reificação*” (2012, p. 17). A contradição capital/trabalho gera, na história, um rompimento gradual entre ser humano e natureza que, no modo de produção capitalista, consolida-se no mundo do trabalho contemporâneo como trabalho alienado, assalariado e “livre”. Retomar estes postulados básicos do MHD reitera que precisamos, mais do que nunca, problematizar coletivamente, de forma eficaz, uma construção sócio-histórica que é vivida como “única” possibilidade, dado que se fundamenta em um conceito de liberdade que é vivido de modo transfigurado no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras.

Uma das contradições e limitações mais importantes do sistema se refere à relação entre tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. [...] É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode admitir que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa por meio do discurso sobre “democracia e desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica (MÉSZÁROS, 2012, p. 33-34).

Antunes (2018; 2020) afirma que é por isso que emerge com força a nuvem ideológica do *não são trabalhadores; não são empregadores; não são entregadores... são colaboradores! São empreendedores!* (ANTUNES, 2020). As denominações, como tudo hoje em dia, são sempre capturadas pelo capitalismo, via neoliberalismo; isto cumpre uma função na cultura política. O trabalho autônomo mascara a responsabilidade dos empregadores de garantir os direitos trabalhistas, sob o fetichismo da tecnologia e da intelectualização e informatização do trabalho, vistos, em geral, como algo “positivo”. O complexo problemático do mundo produtivo contemporâneo, nas palavras do autor, caracteriza-se

⁵⁸ Recuperemos a canção de Dori Caymmi e Paulo César Pinheiro: “Por toda terra que passo me espanta tudo que vejo/ A morte tece seu fio de vida feita ao avesso/ O olhar que prende anda solto, o olhar que solta anda preso/ O mundo todo marcado à ferro fogo e desprezo/ A vida é o fio do tempo, a morte é o fim do novelo/ O olhar que assusta anda solto, o olhar que avisa anda preso/ É Minas, é Minas, é de hora de partir, eu vou/ Vou-me embora pra bem longe...”

[...] pela *subsunção do trabalho* ao mundo maquínico (seja pela vigência da máquina-ferramenta do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplo o *trabalho atípico*, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes. Essa *nova morfologia do trabalho* abrange os mais distintos *modos de ser* da informalidade, ampliando o universo do *trabalho invisibilizado*, ao mesmo tempo que potencializa novos mecanismos geradores de *valor*, ainda que sob a *aparência do não valor*, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração*) do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 77).

O Brasil enquanto “o país do vilipêndio”, nas palavras de Antunes (2020), ou seja, o país do/a *indigno/a*, do/a *desvalorizado/a*, do/a *desprezado/a* no mundo do trabalho, propugna um elo entre o virtual e o real sob um manto fetichista que apaga o aspecto político da luta dos/as trabalhadores/as. Como nem tudo é apenas barbárie, pululam já movimentações para uma luta organizada da classe — a exemplo dos entregadores por aplicativo no Brasil em 2020. Como um exemplo deste vilipêndio, que tende a se multiplicar, o autor traz o caso da empresa norte-americana Walmart, inspiradora da pejorativa denominação de *walmartização do trabalho*, exploração que se dá a partir de uma elaborada fusão dos elementos do modelo taylorista e toyotista de gestão do trabalho e exploração do/da trabalhador/a. Antunes (2018) diz que a Walmart não incorporou nenhum traço de efetiva valorização salarial.

O maior ‘segredo’ é a utilização de uma ampla força de trabalho composta por mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência, que vendem sua força de trabalho por valores bastante reduzidos, valendo-se também de fornecedores chineses que produzem sob encomenda para a empresa. Portanto, a ‘longa transformação’ do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global [...] que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à ‘intelectualização’ do trabalho, especialmente nas TICs [tecnologias de informação e de comunicação]. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose. Um resultado forte de tais tendências é que, ao contrário da retração ou descompensação da lei do valor, o mundo do capital vem assistindo **a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento**, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muito dos quais pós-graduandos) que não encontram empregos em seus países. Isso sem falar dos enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, cujo novos fluxos migratórios (Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste) aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados (ANTUNES, 2018, p. 39).

A armadilha do capital para esse tempo pandêmico e de hiperprecarização da vida, em que a Reforma Trabalhista compete com novos modos de dominação e cortes dos direitos laborais, a auto-alienação escravizante (MÉSZÁROS, 2005) é a engrenagem que permite, cada vez mais, a ilusão do “salário emocional”, conceito que remete a “benefícios” não monetizáveis que “determinado posto de trabalho em determinada empresa poderia oferecer” (SCHWARTZMAN, 2020, s/p) como, por exemplo, um bom ambiente de trabalho, a possibilidade de expor suas ideias

aos demais “colaboradores” (participação democrática), a possibilidade de ascensão profissional na empresa (plano de carreira) e inclusive ter o seu trabalho devidamente reconhecido. Como se estas não fossem já as premissas básicas para um suposto mundo do trabalho de sociedades estruturadas em um elevado grau de desenvolvimento técnico-científico das forças produtivas e de um complexo da Ética e do Direito (LESSA, 2012) que já conseguiu materializar algumas alternativas para as questões essenciais no que diz respeito às contradições das relações sociais de produção em voga (MÉSZÁROS, 2012).

Precisamos dar conta de interpretar o complexo desenho do exército industrial de reserva na América Latina hoje. As articulações em torno da superação da pobreza, do desemprego e subemprego hoje passam pela construção de uma unidade política que dê conta de trabalhar efetivamente em torno das garantias de acesso ao território, à moradia digna, fortalecendo as significativas parcelas da classe trabalhadora já em luta organizada⁵⁹, pautando um sentido comunidade e de moradia que (re)instaure o sentido de convivência comunitária. Quando se entende que não existe a dicotomia campo/cidade, passamos a alimentar o desejo político de construir articulações que unifiquem movimentos de luta pela terra que possam trabalhar juntos por uma reconstrução da cidadania e pela construção de um projeto político popular.

Neste sentido, os/as pesquisadores/as da atual geração da TMD atuam na direção não só de avançar na produção teórica sobre o capitalismo contemporâneo — seus limites e suas possibilidades de superação — como na de articular, a partir de seus núcleos, pessoas em luta para a consolidação de uma práxis emancipatória. Este desafio não é fácil na sociedade do espetáculo e do roubo do tempo. Urge a necessidade de uma reconstrução do sentido de trabalho popular e de trabalho coletivo em que se reconheçam os *outros* e as *outras* em sua diversidade teórica, geográfica, social e cultural, que seja capaz de, resgatando o humano pelo próprio humano, atuar desde a empatia real pelas histórias individuais dos/as sujeitos/as.

Mais do que meros reprodutores de suas ideias no hoje, essas gerações encontradas demonstram, no exemplo de seus combates, a necessidade viva de leitura, à luz do nosso tempo, das teses marxistas e sua vigência ainda hoje. As paixões das defesas se ancoram na razão político-teórica concreta da efetividade das teses da TMD. No entanto, o que a pedagogia do exemplo da vida e obra de Marini nos permite é, com base no rigor de suas teses, e no frescor de sua vigência, revisar continuamente ditos postulados a partir da vida como ocorre concretamente no nosso tempo (TRASPADINI, 2020, p. 391).

Dentre as contribuições teórico-metodológicas da TMD para o entendimento das tarefas históricas deste tempo, enquanto uma escola lúcida de pensamento e de práxis, evidencia-se o esforço

⁵⁹ Tomar em conta as lutas sociais camponesas do final do século XX e ao longo do XXI: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), as Ligas Camponesas no Brasil e na América Latina, como também o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

de encarar os desafios para a retomada de um horizonte emancipatório, socialista, disputando desde a abordagem da formação sócio-histórica brasileira em seu sentido autêntico e latino-americanista, ampliando a necessária análise sobre o passado de invasões e escravidão colonial. Por isso insistimos na chave de leitura proposta por Martins (2012) no qual podemos entender a problemática da sociabilidade capitalista para o trabalho no Brasil a partir de sua definição da condição de *fronteira do humano*: um movimento de fronteira entre o lado de lá, que podemos parafrasear como o do capital, frente ao lado de cá, como o lado do trabalho. Uma situação de fronteira que produz o que estamos denominando, desde o início deste trabalho, como a *degradação do outro nos confins do humano*. Martins reforça o caráter diverso e denso do estudo da fronteira quando damos centralidade ao debate da condição humana.

A pesquisa que resultou neste livro nos revela que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira de história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão, propriamente sociológica e antropológica que investigo o tema da fronteira e os desafios interpretativos que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. É nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do que é o fazer história, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do humano (MARTINS, 2012, p. 11, grifos originais).

Essa tendência histórica para a contínua degradação do outro, inerente ao modo de produção que privatiza a vida ao mesmo tempo em que desumaniza o humano, gerou as metamorfoses no mundo do trabalho que determinam uma tendência à vida social intensificada no fetichismo da mercadoria, via espetáculo (DEBORD, 2003). Ou seja: no mascarar da transformação perversa da aparência em essência, a vida real, sob o jugo do capital sobre e contra o trabalho, tem suas relações petrificadas, tanto nas relações interpessoais como nas relações entre seres humanos e demais seres vivos, portanto, com sua realidade primeira: a natureza. “Mas o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo e, portanto, carente, que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juro e, com isso, sua existência” (MARX, 2010, p. 91).

Quando pensamos no conjunto da juventude latino-americana em sua expressão brasileira, constatamos que a mesma atravessa um histórico de pobreza também marcado pelo desemprego estrutural e pela dinâmica de subemprego, subeducação e subalimentação (CASTRO, 1984). O relatório “Tendências Globais de Emprego para a Juventude em 2017” da OIT, mostra que a taxa de desemprego juvenil atingiu 70,9 milhões de jovens no mundo até aquele ano. No caso do brasileiro, a realidade contraditória mostrou-se bastante intensa já que em 2018 detínhamos o índice mais alto de desemprego entre jovens desde 1991: cerca de 30% da população economicamente ativa,

de 15 a 25 anos, estava fora do mercado formal de trabalho⁶⁰. A história do desenvolvimento desigual e combinado latino-americano demonstra que este problema tem raízes históricas fincadas no processo de colonização (MANDEL, 1982) e é composto por múltiplas facetas que devem ser investigadas com afinco e rigor teórico.

Habitamos um mundo no qual a ideia da experiência compartilhada atrofiou e as gratificações ou recompensas prometidas pelas opções tecnológicas mais recentes, por sua vez, jamais são alcançadas de forma plena para todos/as. A história do capitalismo deixa evidente, portanto, que em cada metamorfose, em cada ciclo de renovação, seu metabolismo social se redefine sempre pela incansável *reorganização do roubo do tempo de vida* e, frente ao desenvolvimento técnico-científico que tem se mostrado cada vez mais intenso em períodos de tempo menores, a tendência é aumentar cada vez mais o conflito presente na vida cotidiana entre o que é natural e o que é inventado (TRASPADINI, 2014, 2016, 2020). Alves (2012) aponta o fenômeno da “vida reduzida”, caracterizado justamente por essa captura da subjetividade do trabalho vivo pelo capital, na era dos empregos flexíveis, gerando uma sucessão de crises: crise da vida pessoal, crise da sociabilidade e crise de autorreferência.

A superexploração da força de trabalho, enquanto categoria analítica estruturante deste trabalho, explicita as condições de trabalho germinadas nas economias dependentes que integram o movimento geral e contínuo de exploração pelo capital baseado no roubo do tempo e da extração da terra, mas que nesta particularidade latino-americana de extração de valor (TRASPADINI, 2016) tem, em uma de suas formas, a violência inerente ao modo de ser do capital. A fisiologia do capital não é única, como também não o é a fisiologia da classe trabalhadora. É por essa não homogeneidade da composição da classe trabalhadora que se faz necessário historicizar processos e demarcar contextos para que se possa expressar, através de elementos chaves, os reflexos e resultados que engendram, na vida cotidiana, os desafios que enfrentam atualmente o/a trabalhador/a (CASTRO, 2009).

Estes elementos têm se tornado cada vez mais indispensáveis para o entendimento das determinações e o manejo das mediações do mundo do trabalho latino-americano contemporâneo em seu redesenho na divisão internacional do trabalho a partir do que se consolidou, para nós, os resultados histórico-sociais da reestruturação produtiva do capital nas décadas de 1970-1990. É urgente, portanto, que façamos a crítica tendo em vista que por mais que informalizados/as, flexibilizados/as e uberizados/as estejamos, seguimos compondo a classe fundamental que tudo produz e a qual tudo pertence. Não perder de vista a centralidade que cobra o trabalho vivo para a reprodução

⁶⁰ Ver: ILO. **Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017**. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf>. Acesso: 06 dez 2020. Ver também: CARTA CAPITAL. *OIT: desemprego entre jovens brasileiros é o dobro da média mundial*. São Paulo: novembro de 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/nhWE3Io>>. Acesso: 06 dez 2020.

ampliada de capital: reside aí a necessidade de o horizonte emancipatório não ceder às armadilhas do capital.

Os ninguéns de Galeano, *os condenados da terra* de Fanon, *os desocupados* de Antonio Berni⁶¹ e *as despossuídas* de Joana das Flores⁶²: estas imagens-representações formam um grande mural do que é, hoje, a classe trabalhadora latino-americana, na sua diversidade própria e popular. Superexplorada (MARINI, 2011), hiperprecarizada (ANTUNES, 2018), fragmentada ideológica e politicamente (IASI, 2011), mas que, sobretudo, sobrevivendo e vivendo entre o mundo do capital e o mundo do trabalho, constroem a revanche histórica na resistência cotidiana, no que Traspadini nominou como sendo *as sete virtudes do trabalho* contra *os setes pecados do capital*⁶³ (TRASPADINI, 2006).

⁶¹ Referência à obra de arte “Desocupados”, do pintor argentino Antonio Berni (1905-1981), datada de 1934.

⁶² Referência ao texto “Mulheres despossuídas no século XXI: Trabalho, Justiça e Gênero”, de Joana das Flores Duarte, que se dedica à investigação sobre o sistema carcerário brasileiro. É autora do livro “Meninas e territórios: criminalização da pobreza e seletividade jurídica”, 2018, Editora Cortez

⁶³ Neste olhar pedagógico, o mundo do trabalho ontológico guarda sete virtudes: o trabalho, a democracia popular, o encontro solidário, o amor, a revolução cultural, o estudo e a emancipação (TRASPADINI, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

Como apresentado na introdução deste trabalho, a pergunta que movimentou nosso olhar ao longo dos três capítulos foi: Em que medida a atual situação do/a trabalhador/a brasileiro/a exemplifica a especificidade da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente latino-americano, e como isso expõe a condição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho?

À luz da demarcação da Teoria Marxista da Dependência indissociável da teoria valor-trabalho de Marx e das teorias do imperialismo de Lenin, entendemos que para os dois movimentos da pergunta, a resposta é afirmativa. Sim, a superexploração é uma categoria que narra a particularidade da América Latina na totalidade da divisão internacional do trabalho, de forma subordinada, subsumida, subjugada, a partir do contínuo caráter — em suas diferentes formas — de transferência de valor e de intensificação dos mecanismos internos que contrarrestam esse mecanismo. Sim, o Brasil, apesar de sua condição subimperialista latino-americana, apresenta-se como parceiro menor no processo de apropriação da mais-valia no âmbito internacional. Nesse sentido, a particularidade conectada à totalidade expõe o caráter substantivo do capitalismo dependente *sui generis*. Estamos em comum acordo com os argumentos de Amaral e Traspadini (2020), quando retratam a diferença entre a superexploração como superlativo (economias centrais) e como substantivo (economias dependentes).

No capitalismo monopolista [...] com a acumulação em escala ampliada exigindo que a atuação do capital se dê em escala global, o processo de centralização e concentração do capital revela a quem e para onde é endereçada a massa substantiva da riqueza produzida no mundo. O capitalismo dependente, parte indissociável do capitalismo monopolista, é inexpressivo nessa lista de apropriação da riqueza. Mas é o real produtor, preterido na apropriação da mesma. De modo que a exploração da força de trabalho aqui cumpre uma função, sobretudo, internacional e, como tal, deve atender a uma fila de interesses internos e externos que conduzem a formas de trabalho fortemente precarizadas, brutalizadas e alienantes. Assim, entre a (SUPER)exploração de Marx (forma superlativa) e a superexploração de Marini (conteúdo substantivo), passando pela leitura atenta de Lênin sobre a análise da realidade concreta, o que pretendemos demarcar é o caráter relacional, processual e dialético presentes entre a parte e o todo (TRASPADINI; AMARAL, 2020, s/p).

O que mostramos nos capítulos anteriores foi a centralidade do entendimento de processualidade histórica, dimensão dialética e unidade do diverso presentes em Marx e atuais em nosso tempo. Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso apresentou um primeiro processo de voo individual ancorado em diversas frentes e coletivos, de produção conjunta.

No voo aprendemos, em meio às dificuldades, dúvidas e também certezas que vão se firmando, a fazer escolhas e dar o sentido rumo à investigação que está presente no nosso cotidiano de vida e não fora dela. Como voo, esse TCC apenas abre mais perguntas, iniciadas ao longo do

caminhar acadêmico dos últimos cinco anos dedicados ao curso de Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina. Das indagações que fundamentaram os primeiros passos deste estudo, encontram-se duas que julgamos fundamentais para os rumos que a formação tomou e que sedimentou a busca teórica ora apresentada. São elas: 1) Como podemos definir a condição da juventude no século XXI desde um esforço de superação da dicotomia campo/cidade, tal qual está dada no imaginário popular, frente ao adensamento da hegemonia da perspectiva neoliberal?; e 2) No capitalismo dependente, como se pode captar os movimentos de geração de sentidos e as significações do uso do tempo entre as juventudes trabalhadoras que estão constituídas por um subconsumo, frente à dinâmica do consumo financeirizado?

Esse TCC expõe o movimento no interior das perguntas. Um fio condutor de um novo que, à medida que é revelado à luz do MHD, acusa a necessidade de ir mais a fundo na investigação, ampliando os níveis de abstração necessários para revelar o que está por trás do concreto vivido, não necessariamente refletido. No entrelaçamento entre os três capítulos, buscamos apresentar, ainda que de forma bastante introdutória, a rica contribuição que oferece o método escolhido para o estudo e compreensão das contradições do nosso tempo histórico. A diversidade de elementos que podem ser articulados — enquanto mediações — oferecem um complemento estratégico na produção científica engajada contemporânea. O MHD abre oportunidades de metodologias diversas para o estudo e a práxis científica, em diferentes campos de atuação e em diferentes áreas do conhecimento. Sem negá-las, permite que atravessemos as fronteiras epistêmicas sem distorcer nossos princípios políticos.

Compreender a História como processo e utilizá-la como método é pretender instituir uma lógica sociocultural capaz de superar a lógica economicista, a lógica pós-moderna e outras abordagens que tendem a ignorar a história como produção econômica e cultural da existência humana (CIAVATTA, 2016, p. 211). A questão teórico-metodológica das mediações se coloca, então, como necessidade de expandir o circuito investigativo, através da capacidade organizada de pensar a realidade em seu momento histórico, mas como fazer isso? Como pensar de forma organizada as contradições de nosso tempo e as múltiplas inquietações que pululam no cotidiano?

O que pudemos constatar, ao longo da produção deste TCC, é que a reconstrução histórica do conhecimento, como disse Maria Ciavatta (2016), tem a ver necessariamente com o alargamento das fronteiras da ciência e das novas formas do ser humano se relacionar com o mundo. Isso não é pequeno. Reconhecer a complexidade do conhecimento dito “verdadeiro” (dogma) é não perder de vista que a humanidade é portadora de múltiplos saberes ao longo de sua histórica milenar, e que boa parte deles ainda estão desconhecidos. A lógica da reconstrução histórica do objeto científico integra, então, a dialética da totalidade como um princípio epistemológico, um método específico de produção de conhecimento (KOHAN, 2003; CIAVATTA, 2016).

A nosso ver, essa forma de fazer ciência é a única que permite responder à inevitável aceleração do tempo e à necessidade de movimentar-se no fluxo permanente de produção de novas sínteses que contribuam diretamente para a práxis emancipatória. Em tempos de excesso de informação, desinformação e *fake news*, movimentar-se corretamente dentro dos critérios científicos ora existentes exige que, em primeiro lugar, o/a pesquisador/a reedue-se pelo pensamento e pelo trabalho coletivo e se coloque de mente e corpo a favor do que se propõe a defender na teoria. A ciência, imersa no movimento do *aprender a aprender*, apesar das dores, promove um verdadeiro encontro com a educação como prática de liberdade, processo freireano com o qual comungamos.

Por fim, “Filosofia da práxis e superexploração da força de trabalho: apontamentos sobre o retrato (aparência-essência) do mundo do trabalho no Brasil (1999-2019)” foi uma primeira tentativa de refletir, com os pés no chão e a cabeça erguida para o horizonte, a realidade tal qual ela é e a realidade tal qual ela pode ser. Na elaboração das ideias para adiar o fim do mundo, a juventude se coloca como vetor fundamental para a construção de um novo devir, de um novo mundo possível. Que possamos, enquanto corpo social, trazer de volta à educação o que ela é em essência: processo de desvelamento do mundo através da construção crítica que nasce da curiosidade.

“Não existe tal coisa como um processo de educação neutra Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a “prática da liberdade”, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo”
(Paulo Freire, 1921-1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio (orgs). **Trabalho, Juventude e Precariedade: Brasil e Portugal**. Bauru, Canal 6: Projeto Editorial Praxis, 2012.
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese de Doutorado em Economia Política. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2012.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. Revista Katálysis [online], 2009, v. 12, n. 2. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Último acesso: 11 dez 2020.
- ANGILELI, Cecília. **Chão**. Tese de Doutorado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.
- _____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.
- _____. **Uberização, Trabalho Digital e Pós-Pandemia**. Programa Especial Mais-Esquerda [online]. Canal TV 247, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8T34uqQyh4&list=PLZo50Jfdc6d8tH0sNpMnfz5rKZxnehQ2c&index=4&t=3499s>. Acesso: 01 dez 2020.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Último acesso: 09 dez 2020.
- BAÉZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. **Liberación de la mujer y la lucha de clases**. Revista Punto Final, n. 151, Santiago de Chile, febrero de 1972.
- _____. **Teoría de la Dependencia, una anticrítica**. México: Ed. Era, 1983.
- BICHR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- BRECHT, Bertolt. **Cinco dificuldades de escrever sobre a verdade**. Ed. Abadia Catadora: Brasília, 2012.
- BRUCKMANN, Monica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración**

sudamericana. [online], 2011, 88 p. Disponível em: <https://rebellion.org/autor/monica-bruckmann/?pag=2>. Último acesso: 08 dez 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital: aparência e essência.** V. 1. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1980.

CEPAL/OIT. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe -** La dinámica laboral en una crisis de características inéditas: desafíos de la política. Informe n. 23, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/relatorio-cepaloit>. Acesso: 20 nov 2020.

CIAVATTA, Maria. **O Rio dos trabalhadores -** A educação do olhar e a fotografia como fonte histórica. Revista Trabalho Necessário [online] v. 18, n. 35, Periódicos UFF, jan 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35>. Último acesso: 10 dez 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

COLOMBI, Ana Paula *et tal.* **Passado e presente:** as desigualdades estruturais do mercado de trabalho brasileiro na crise do COVID-19. Nota do Subgrupo Empregos e Salários - Grupo de Pesquisa Conjuntura, Blog UFES. Espírito Santo: maio de 2020. Disponível em: <https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/2020/05/28/passado-e-presente-as-desigualdades-estruturais-do-mercado-de-trabalho-brasileiro-na-crise-do-covid-19/>. Acesso: 26 ago 2020.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Online. Tradução para português do Brasil: Railton Sousa Guedes. Coletivo Periferia: 2003. eBook disponível em: www.geocities.com/projetoperiferia. Último acesso: 8 dez 2020.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência da renová-la.** Nota Técnica n. 205, abril 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.html>. Acesso: 02 dez 2020.

ECHEVERRÍA, Bolívar. Modernidad y capitalismo: 15 tesis sobre la modernidad. In: _____. **Crítica de la Modernidad Capitalista (antología).** La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2011. Capítulo 1.

FALS BORDA, Orlando. La subversión justificada y su importancia histórica (1968). In: MONCAYO, Víctor Manuel. **Orlando Fals Borda: Una sociología sentipensante para América Latina.** México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020 -** Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692es>. Acesso: 15 out 2020.

- FEDERICI, Silvia. **Calibã e bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.
- _____. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.
- _____. **Carta de Paulo Freire aos professores**. Revista Estudos Avançados, v. 15, n. 42, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016, p. 45.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016.
- FONTES, Virgínia. **Tecnologia e guerra de classes**. Programa mensal Conversas impertinentes. Canal TV Boitempo, outubro 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3qnZusch9M&list=PLZo50Jfdc6d8tHOsNpMnfz5rKZxnehQ2c&index=1&t=3s>. Acesso: 01 dez 2020.
- GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Ediciones, 2004.
- _____. **O livro dos abraços**. Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 2005.
- GRISA, Gregorio. **Ações afirmativas na UFRGS: Racismo, Excelência Acadêmica e Cultura do Reconhecimento**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- GORENDER, Jacob. **Programa Roda Viva entrevista Jacob Gorender**. TV Cultura, 16 janeiro 2006. Canal Roda Viva, YouTube, Disponível em: [youtube.com/watch?v=iyUpIy8P4b4](https://www.youtube.com/watch?v=iyUpIy8P4b4). Acesso em 20 nov 2020.
- GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- _____. **A internet é o novo ópio do povo?** Programa Café Bolchevique, Canal TV Boitempo, outubro 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mZ0B4s3wTAM>. Acesso: 24 nov 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2º trimestre 2016 - Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2016_2tri.pdf. Acesso: 30

nov 2020.

- _____. **PNAD Contínua trimestral - indicadores selecionados - 2012-2017.** Agência de notícias IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1789>. Acesso: 2 dez 2020.
- _____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil /** IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso: 27 nov 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **COVID-19 crisis and the informal economy Immediate responses and policy challenges.** Geneva: ILO brief, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/BhEP0RO>. Acesso: 20 nov 2020.
- IPEA, Núcleo de Gênero. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Nota Técnica nº 24, Brasília, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/6hmzysV>. Acesso: 1 dez 2020.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ed. Ática, 2014.
- KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.
- KOHAN, Néstor. **El Capital: Historia y método - una introducción.** 1ª ed. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2003.
- KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Alta Books, 2016.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2019.
- LENIN, Vladimir I. **El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo.** 2ª ed. Buenos Aires: Ed. Libertador, 2012.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva.** Revista Crítica Marxista, São Paulo, v. 1, n. 15, 2002. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/biblioteca.php>. Último acesso: 09 dez 2020.
- _____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2018.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Trad.: Carlos Eduardo Silveira Matos. Coleção Os Economistas. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e dependência.** Archivo Ruy Mauro Marini, seção Artículos, Jornal Correio Braziliense, 1992. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/279_desenvolvimento_dependencia.html. Acesso: 30 nov 2020.
- _____. **Dialética da Dependência, 1973.** In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João

Pedro (org). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Sobre o Estado na América Latina, 1991. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (org). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4ª ed. Coleção Pátria Grande. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. **A universidade brasileira.** Revista de Educación Superior, n. 22, México, abril-junho de 1977.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da Economia Política.** Vol. 1. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2020. Capítulo 1, p. 29-150.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: tendencias 2019.** Oficina Internacional del Trabajo OIT: Ginebra, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_713013.pdf. Acesso: 25 ago 2020.

_____. **Panorama Laboral 2019: América Latina y Caribe.** Lima: Oficina Regional para América Latina y Caribe, 2019, 152 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf. Acesso: 26 ago 2020.

_____. **Panorama Laboral en tiempos de COVID-19: Impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y Caribe.** Oficina Regional de las Américas: ILO, 2020.

Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_749659.pdf. Acesso: 24 agosto 2020.

- PINASSI, Maria Orlanda. Da crise do capital aos movimentos sociais contemporâneos. [Entrevista concedida a Frederico Daia Firmiano]. **Revista Extraprensa USP**, v. 4 n. 1, Maio 2011.
- PRAUN, Luci. A solidão dos trabalhadores: a sociabilidade contemporânea e degradação do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2016, v. 19, n. 2, p. 147-160.
- SABINO DE SOUZA, Cristiane Luiza. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. A análise de Vânia Bambirra acerca da opressão das mulheres latino-americanas no lastro da teoria marxista da dependência. Artigos **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p.99-113, abr. 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1976.
- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. [S.l.]: SMC, 1991.
- SVAMPA, Maristella. **Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina**. Proyecto Subjetividades Políticas, matrices político-ideológicas y procesos de movilización en América Latina, Universidad del País Vasco Online. Paper OneWorld Perspectives, 2010. Disponível em: <www.social-globalization.uni.-kassel.de/owp.php>. Último acesso: 08 dez 2020.
- SCHWARTZMAN, Paulo. **Salário emocional, nova tática para precarizar**. Outras Palavras Net [online], nov 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/salario-emocional-nova-tatica-para-precarizar/>> Acesso: 9 dez 2020.
- TOUSSAINT, Eric, **La bolsa o la vida: las finanzas contra los pueblos**. Colección Secretaria Ejecutiva. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. Livro digital. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100607082454/labolsa.pdf>.. Último acesso: 07 dez 2020.
- TRASPADINI, Roberta; AMARAL, Marisa Silva. **A superexploração e seus dois sentidos**. Outras Palavras Net [online], dez 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/>. Acesso: 10 dez 2020.
- TRASPADINI, Roberta; ANGILELI, Cecilia et al. O Brasil e a produção das cidades: Uma leitura interdisciplinar do rural que insiste em brotar no urbano. In: SUAVE, Angela M.; DOS SANTOS, Katia H.; BASTOS, Danilo D. (orgs). **O Urbano em Questão: reflexões críticas**. São Paulo: Ed. LiberArs, 2020.
- TRASPADINI, Roberta. América Latina: entre el mundo del trabajo y el mundo del capital. In: CERUTTI, H. & MONDRAGÓN, M. (org). **Resistencia Popular y Ciudadanía Restringida: Política, economía y sociedad en América Latina y Caribe**. México, UNAM, CCyDEL, 2006.

_____. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina:** a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

_____. **Antídotos 26: Agronegócio x Agroecologia.** Agosto 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3xxFcSHDmuQ&t=240s>. Acesso: 25 ago 2020.

_____. **Supereexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: entrevista com Dra. Roberta Sperandio Traspadini.** [Entrevista concedida à Mario Soares Neto]. Revista Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 10, n. 2, mai/ago de 2020. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-10-numero-2-2020>. Último acesso: 10 dez 2020.

TRASPADINI, Roberta.; STEDILE, João Pedro. (org). **Ruy Mauro Marini - vida e obra.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina:** o pensamento de Ruy Mauro Marini. 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2019.

ZEMELMAN, Hugo. Prefácio à primeira edição. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016.